

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

LEONARDO SANGALI BARONE

**RESPONSABILIZAÇÃO POLÍTICA NOS ESTADOS BRASILEIROS:**  
o voto econômico nas eleições para governador

SÃO PAULO  
2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LEONARDO SANGALI BARONE

**RESPONSABILIZAÇÃO POLÍTICA NOS ESTADOS BRASILEIROS:**  
o voto econômico nas eleições para governador

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública

Linhas de Pesquisa: Transformações do Estado e Políticas Públicas; Política e Economia do Setor Público

Orientador: Prof. Dr. George Avelino Filho

SÃO PAULO  
2009

Barone, Leonardo Sangali.

Responsabilização Política nos Estados Brasileiros: o voto econômico nas eleições para governador / Leonardo Sangali Barone. - 2009.

104 f.

Orientador: George Avelino Filho.

Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Eleições – Aspectos econômicos - Brasil. 2. Voto – Aspectos econômicos - Brasil. 3. Brasil – Governadores – Eleições – Aspectos econômicos. 4. Federalismo - Brasil. I. Avelino Filho, George. II. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 324(81)

LEONARDO SANGALI BARONE

**RESPONSABILIZAÇÃO POLÍTICA NOS ESTADOS BRASILEIROS:**  
o voto econômico nas eleições para governador

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública

Linhas de Pesquisa: Transformações do Estado e Políticas Públicas; Política e Economia do Setor Público

**Data da aprovação:**

\_\_ / \_\_ / \_\_\_\_

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. George Avelino Filho  
FGV-EAESP

---

Prof. Dr. Fernando Luiz Abrucio  
FGV-EAESP

---

Prof. Dr. Fernando de Magalhães Papaterra  
Limongi  
FFLCH-USP

*Aos meus pais*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à CAPES, ao CNPQ e ao GVPesquisa, instituições das quais em algum momento do curso de mestrado fui bolsista. Também agradeço à FGV-EAESP, não apenas pelo programa de pós-graduação do qual fiz parte, mas por ter sido uma de minhas casas desde 2002.

Agradeço aos professores convidados para a banca, Prof. Fernando Abrucio e Prof. Fernando Limongi. Talvez sem saberem, ambos foram importantes para que eu tomasse a decisão de me tornar um cientista social e pesquisador. Graças ao curso de Instituições Políticas Brasileiras do Prof. Fernando Limongi no curso de ciências sociais da FFLCH-USP me interessei por ciência política e decidi ingressar em um programa de mestrado. Foi neste curso (com a contribuição de Eduardo Caldas, a quem também agradeço) que li um texto do Prof. Fernando Abrucio sobre federalismo e política estadual e me interessei definitivamente pelo tema. Agradeço ao Prof Abrucio também pelo constante apoio e excelentes aulas como coordenador e professor do curso de mestrado.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Prof George Avelino Filho. Além de orientador dedicado e competente, me surpreendeu com frequência pela confiança que depositou em mim. Mais ainda, o agradeço por me convidar reiteradamente para ser mais do que um orientando, mas um parceiro de pesquisa, e pelos vários convites para desenvolver projetos que ultrapassam a duração do curso de mestrado. Foi um privilégio tê-lo como orientador.

Não poderia deixar de maneira alguma de agradecer muito à professora Ana Cristina Braga Martes, a quem sou eterno devedor. Foi ela quem me deu a primeira oportunidade de trabalhar como pesquisador e de desenvolver o gosto por pesquisar e ensinar.

Agradeço também ao Prof. Ciro Biderman, que deu enormes contribuições à pesquisa como professor e membro da banca da qualificação e aos professores Abraham Sicsú Laredo, Kurt von Mettenheim, Lucio Rennó, Maria Rita Loureiro, Mario Aquino Alves, Marta Farah, Paulo Arvate, Peter Spink, Regina Pacheco e Valeriano Costa, que, como professores formais ou informais, contribuíram de alguma forma para meu desenvolvimento acadêmico.

Agradeço muito aos meus companheiros do mestrado, em especial aos que se tornaram meus amigos, com os quais compartilhei os percalços, angústia, ansiedade e, finalmente, a satisfação. Torço pelo sucesso de vocês. Agradeço aos pesquisadores do CEPESP que em vários momentos salvaram a minha dissertação com pequenas dicas que se tornaram enormes ajudas.

Agradeço aos meus professores de graduação da FGV-EAESP por tentarem fazer de mim um administrador de empresas. Agradeço aos meus professores do curso de ciências sociais da USP, responsáveis por me impedirem de me tornar um administrador de empresas e pela incrível experiência que foi este curso. Agradeço aos amigos que fiz na USP, que compartilharam tal experiência comigo. Agradeço ao Prof. Pedro Neiva, que, como professor e crítico, contribuiu para minha dissertação, e aos colegas que fiz no CEBRAP pela oportunidade de aprender um pouco mais.

Agradeço aos meus amigos e familiares (consangüíneos ou não) que aceitaram minhas desculpas para faltar em reuniões e festas por causa da dissertação e por sempre apoiarem meus projetos.

Agradeço à Aninha, por revisar o texto, me agüentar, me apoiar, e compartilhar comigo tudo nesta vida. Graças a ela sou, sem dúvida alguma, uma pessoa melhor e mais feliz.

Por fim, agradeço enormemente aos meus pais, a quem dedico esta dissertação, por serem os melhores pais que alguém pode ter.



## RESUMO

O intuito desta dissertação é investigar a capacidade dos eleitores brasileiros em atribuir responsabilidade aos governadores dos estados e a seus partidos pelas políticas públicas estaduais no período após redemocratização, mais especificamente de 1990 em diante. De maneira breve, se tratou de verificar se a probabilidade de reeleição de um governador ou de perpetuação de seu partido no governo é influenciada pela performance econômica de seu estado, pela performance da economia nacional ou não é influenciada pela economia. Utilizando-se dos pressupostos das teorias do voto econômico, se pretendeu auferir a existência de algum dos dois padrões de responsabilização política de governadores apontados pela literatura: o *voto econômico subnacional* e o *voto de referendo*. Além disso, foi explorada a relação entre o desempenho fiscal do governador e probabilidade de reeleição. Também foi testada a possibilidade de que as diferenças entre os estados no contexto federativo contemporâneo sejam um fator mediador da relação entre economia e voto. De maneira geral, os resultados da pesquisa apontam para a existência de *voto econômico subnacional* mediado pelo grau de autonomia dos estados em relação ao governo federal e para a rejeição da tese do *voto de referendo*. Em estados mais dependentes os eleitores tendem a penalizar seus governadores por altos níveis de desemprego. Também o desempenho fiscal apareceu como uma variável importante para explicar a reeleição nos estados. Governadores que apresentam superávits correntes em anos eleitorais foram beneficiados eleitoralmente, contrariando a noção de que em democracias novas os políticos são capazes de melhorar seu desempenho eleitoral através de aumento do gasto público.

**Palavras-chave:** federalismo; responsabilização política; accountability eleitoral; governadores de estado; voto econômico.

## ABSTRACT

The main purpose on this research is to examine if brazilian electors hold state governors and their parties responsible for local public policies after the transition to democracy, more specifically from 1990 on. It was tested if the probability of reelection in state elections is influenced by subnational economic performance, national economic performance or none of them. Using theoretical models derived from economic voting theory, it was tested if any of the two accountability patterns pointed by the literature exists: *retrospective subnational economic voting* ou *national referendum*. Also the relationship between reelection and fiscal performance was explored. Finally, it was tested the conditional effects of the differences of economic structure and autonomy from national government between brazilian states on economic voting. The results point that brazilian electorate hold state governors accountable for unemployment depending on the autonomy of the state from the federal government, confirming the existence of a *retrospective economic voting* behavior and rejecting the *national referendum* thesis. States that depend more on fiscal transfers from national government punish governors for high levels of unemployment. Also the fiscal performance seems to be another important factor to explain reelection in state elections. Fiscal surplus in election years is rewarded by electors, against the interpretations that in new democracies politicians can improve electoral performance by raising public expenditure.

**Key-words: federalism; political accountability; electoral accountability; state governors; economic voting.**

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 3.1 – Hipóteses da pesquisa	48
GRÁFICO 3.1 – Superávit corrente por ano eleitoral (média dos estados)	53
GRÁFICO 3.2 – Participação (%) das receitas tributárias nas receitas correntes estaduais – TRIBUT (média dos anos eleitorais de 1990 a 2006)	54
GRÁFICO 3.3 – Participação (%) do PIB agropecuário no PIB estadual – AGROPEC (média dos anos eleitorais de 1990 a 2006)	55
QUADRO 3.2 – Variáveis da pesquisa	58
GRÁFICO 4.1 - Efeito marginal médio do desemprego relativo sobre as chances de reeleição	66
GRÁFICO 4.2 - Efeito marginal médio do desemprego relativo sobre as chances de reeleição	70
GRÁFICO 4.3 – Relação entre Grau de Dependência e Emprego Público	72

## LISTA DE TABELAS

TABELA 3.1 – Classificação das eleições estaduais de 1990 a 2006	40
TABELA 3.2 – Classificação das eleições estaduais de 1990 a 2006	41
TABELA 3.3 – Economia estadual X REELEITO	51
TABELA 3.4 – GOVERN X REELEITO	56
TABELA 3.5 – CASACA X REELEITO	56
TABELA 3.6 – PART_PRES X REELEITO	57
TABELA 4.1 – Modelo 1: efeitos da economia estadual sobre a reeleição	60
TABELA 4.2 – Modelo 2: efeitos da economia estadual e nacional sobre a reeleição	63
TABELA 4.3 – Modelo 3: efeitos da economia nacional sobre a reeleição, considerando associação dos candidatos com o presidente da república	65
TABELA 4.4 – Modelo 4: efeito da economia estadual sobre a reeleição, considerando diferenças de estrutura econômica entre os estados	68
TABELA 4.5 – Modelo 5: efeito da economia estadual sobre a reeleição, considerando diferenças de autonomia dos estados em relação ao governo federal	69

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA</b>	<b>12</b>
<b>2 A LITERATURA SOBRE O VOTO ECONÔMICO E SOBRE FEDERALISMO BRASILEIRO</b>	<b>17</b>
2.1 O voto econômico	17
2.1.1 Origens do voto econômico e voto econômico nacional	17
2.1.2 O voto subnacional: <i>voto econômico</i> e <i>voto de referendo</i>	21
2.2 Federalismo no Brasil: assimetria e desproporcionalidade	27
2.2.1 Origem do Federalismo no Brasil	27
2.2.2 Assimetria entre os estados e o papel da estrutura econômica e dos partidos políticos	28
2.2.3 Descentralizações, centralizações e as desigualdades de relação com o governo federal	30
<b>3 PESQUISA, DESENHO DE PESQUISA E HIPÓTESES</b>	<b>35</b>
3.1 Introdução e Problema de Pesquisa	35
3.2 Desenho de Pesquisa e Seleção dos Casos	36
3.3 Reeleição, o problema do multipartidarismo e a construção da variável dependente	38
3.4 Hipóteses centrais: <i>voto econômico subnacional</i> e <i>voto de referendo</i>	43
3.5 Hipóteses secundárias: o desempenho fiscal	45
3.6 Hipóteses secundárias: o federalismo brasileiro diferenças entre os estados	46
3.7 Variáveis independentes	48
<b>4 MODELOS TEÓRICOS E OS RESULTADOS DA PESQUISA</b>	<b>59</b>
4.1 Um modelo simples de voto econômico para governador	59
4.2 Economia estadual <i>versus</i> economia nacional e o <i>voto de referendo</i>	62
4.3 Federalismo assimétrico e desproporcional: o efeito das diferenças entre as estruturas econômicas dos estados e do grau de autonomia em relação ao governo federal	66
4.4 Avaliação dos resultados da pesquisa e comparação com demais federações	74
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>86</b>

## 1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Uma das características fundamentais dos regimes democráticos é que os governantes são submetidos periodicamente à avaliação de seus governados através de procedimentos eleitorais. Em outras palavras, democracias são regimes que possibilitam aos eleitores responsabilizar seus governantes utilizando-se do voto como instrumento. A capacidade de exercer controle eleitoral sobre os políticos eleitos é um dos temas mais recorrentes na ciência política contemporânea.

O intuito desta dissertação é investigar a capacidade dos eleitores brasileiros em atribuir responsabilidade aos governadores dos estados e a seus partidos pelas políticas públicas estaduais no período após a redemocratização, mais especificamente de 1990 em diante. De maneira breve, trata-se de verificar se a probabilidade de reeleição de um governador ou de perpetuação de seu partido no governo é influenciada pela performance econômica de seu estado, pela performance da economia nacional ou não é influenciada pela economia.

A escolha deste objeto de pesquisa deve-se a uma série de razões. A primeira delas é a importância política dos governadores de estado no Brasil. Desde a República Velha, governadores e chefes políticos locais têm sido protagonistas centrais na política brasileira e o federalismo, uma das principais características institucionais do país. A disputa por poder e recursos entre os entes federativos ocupou ao longo da história o centro do debate político. Mais ainda, a partir da restituição das eleições diretas para governador em 1982 e da Constituição de 1988 houve um expressivo processo de descentralização política, administrativa e de políticas públicas e conseqüentemente um aumento da importância dos estados na política brasileira. Os governadores foram atores fundamentais no processo de redemocratização e de construção da nova ordem institucional. Trata-se de um contexto no qual os governadores assumiram grande papel na produção de políticas públicas, ademais de controlarem grande parte da arrecadação e dos gastos do setor público em relação aos demais níveis de governo<sup>1</sup>.

A segunda razão é a necessidade da ciência política brasileira de aprofundar o conhecimento empírico e teórico sobre a dinâmica política estadual. Enquanto o tema da descentralização

---

<sup>1</sup> Em 1998 e 2002, os gastos totais dos estados representava 38% do gasto público. Em 2006, este valor foi de 35%. A média para o período

(fiscal, de políticas e administrativa) tem sido abordado com freqüência pela literatura (ARRETICHE, 1999, 2000; FALETTI, 2005, 2006; RODDEN, 2005; SOUZA, 2001, STEIN, E., 1999), o controle político sobre os governadores e os mecanismos pelos quais são decididas as contendas estaduais permanecem assuntos pouco explorados. Mais ainda, a ciência política brasileira carece de estudos comparativos entre estados.

Por fim, a possibilidade de se comparar os resultados encontrados na pesquisa com os demais países federativos estudados pela ciência política também justifica a escolha do objeto. A literatura internacional sobre o tema tem se desenvolvido muito nos últimos anos em países federativos. Há um grande volume de pesquisas sobre o voto para governador nos Estados Unidos e pesquisas recentes têm estudado países como Alemanha, Argentina, Austrália, Canadá, Índia e México<sup>2</sup>. Até onde se verificou, existe apenas uma pesquisa sobre o mesmo tema para o caso brasileiro (GÉLINAU, 2002), mas de escopo limitado<sup>3</sup>. No capítulo 4 são comparados os resultados obtidos para o Brasil com os achados dessa literatura.

São utilizados na dissertação modelos de voto econômico, originados da teoria econômica da democracia<sup>4</sup>. Esses modelos trazem como vantagem a simplicidade de sua construção, pois permitem ao pesquisador trabalhar com dados secundários e agregados sobre eleições, economia e finanças públicas, freqüentemente disponibilizados por institutos de pesquisa e órgãos de governo<sup>5</sup>. Também permitem, dada a difusão dos modelos de voto econômico entre pesquisadores de diversos países, atingir os objetivos de comparação presentes nesta dissertação. Por fim, estes modelos viabilizam a condução de estudos quantitativos com um grande número de casos.

Entretanto, a opção pelos modelos de voto econômico implica também uma série de limitações. Em primeiro lugar, eles respondem apenas parcialmente à pergunta sobre se os eleitores são capazes de responsabilizar os governadores e seus partidos pelo resultado das políticas públicas estaduais através do voto, pois as inferências ficam limitadas às políticas econômicas, e não ao conjunto das políticas estaduais. Ao longo da dissertação, a medida de

---

<sup>2</sup> Ver Ebeid e Rodden (2001; 2006); Rodden e Wibbels (2005); Gélinau (2002a; 2002b; 2003); Remmer e Gélinau (2003, 2005); Gélinau e Bélanger (2003; 2005); Leigh e McLeish (2008)

<sup>3</sup> O trabalho de François Gélinau está limitado ao teste de um modelo de voto de referendo apenas ao ano de 1997 e a 11 estados, utilizando uma pesquisa de opinião do Instituto DATAFOLHA e trabalhando com dados individuais e não agregados. O trabalho de Gélinau é explicado adiante na revisão de literatura.

<sup>4</sup> Ver Downs, Anthony (1999). Teoria Econômica da Democracia. EDUSP, São Paulo

<sup>5</sup> Há trabalhos que utilizam dados individuais (por eleitor) para testar o voto econômico, por exemplo Key (1961), Fiorina (1978) e Kiewet (1981).

performance das políticas públicas estaduais será o desempenho econômico do estado, sem esquecer, no entanto, do limite que fica desde já imposto.

Em segundo lugar, há outras explicações na literatura de ciência política sobre o comportamento dos eleitores que não as aqui utilizadas. A teoria econômica da democracia, da qual se originam os modelos de voto econômico, é apenas uma dentre as teorias capazes de explicar o voto. Parte-se nessa dissertação da premissa de que a dimensão econômica do voto é relevante para explicar o comportamento dos eleitores nas eleições estaduais, mas que não é capaz de explicá-lo por completo sozinha. Mais ainda, como se verificará adiante na discussão dos modelos teóricos, se rejeitadas as hipóteses sobre a influência da economia (nacional ou estadual) sobre as eleições estaduais, há que se buscar resposta para o comportamento eleitoral em outras teorias que não a teoria econômica sobre a democracia.

Adiante, serão revisadas as principais pesquisas sobre voto subnacional que utilizaram pressupostos teóricos, métodos e dados semelhantes aos desta pesquisa. A interpretação corrente sobre as eleições estaduais é que, antes de servir como um mecanismo de sanção dos governadores, ela é utilizada como um referendo da performance do presidente e do governo nacional. A literatura deu o nome de *national referendum* (referendo nacional), ou, como será chamado nesta pesquisa, *voto de referendo*<sup>6</sup>, a esse padrão de responsabilização política.

Diferentemente dos chefes de governos nacionais, entretanto, governadores não são integralmente responsáveis pela performance econômica de seus estados, uma vez que lhes faltam instrumentos de política exclusivos dos governos centrais. Assim, em situações nas quais há dificuldades de se atribuir responsabilidade ao governante local, os eleitores decidiriam seu voto com base em questões nacionais, tornando as eleições dos estados referendos do governo nacional. Dito de outra forma, partidários do presidente da república serão beneficiados (punidos) eleitoralmente quando o resultado da economia nacional for bom (ruim) ou a popularidade do presidente for alta (baixa).

---

<sup>6</sup> As teses de voto de referendo foram inicialmente aplicadas aos membros do legislativo nacional dos Estados Unidos e não a governadores estaduais. Segundo tais teses, a disputa pelas cadeiras na Câmara e Senado norte-americanos seria influenciada pela performance do presidente da república. Mais tarde, a tese passou a ser aplicada a todo o sistema político, ou seja, partia-se da hipótese de que o desempenho do presidente e do governo nacional teria efeitos em todas as eleições em todos os níveis do governo, inclusive sobre os governadores.



O *voto de referendo* é uma explicação alternativa e mais comumente encontrada na literatura sobre voto para governador do que o *retrospective economic subnational vote*, ou *voto econômico subnacional*, como será chamado nesta dissertação. Este padrão de responsabilização política corresponde às situações nas quais os eleitores responsabilizam os governadores exclusivamente pela performance econômica de seus estados.

O objetivo básico nesta dissertação, portanto, é averiguar a existência de algum desses dois padrões de responsabilização política e as condições nas quais ocorrem. O desenho da pesquisa e os modelos teóricos constituirão uma variação daqueles utilizados por Ebeid e Rodden (2001; 2006) para estudar o voto para governador nos Estados Unidos.

Uma observação importante é que, ainda que ambas sejam formas de controle dos políticos por parte dos eleitores, há diferenças expressivas entre *voto econômico subnacional* e *voto de referendo*. Enquanto o *voto econômico subnacional* aponta para existência de um controle político direto entre eleitor e governador, o *voto de referendo* denota ausência de clareza de responsabilidade no nível local e cria um problema de controle político. Se as eleições servem de referendo ao governo nacional ou ao presidente da república, os governadores são julgados com base em critérios que não tem relação com seu desempenho no governo estadual. O problema é ainda maior quando se trata de um contexto de um federalismo descentralizado e, como se verá adiante, assimétrico e desproporcional como o brasileiro.

Ademais da preocupação com a relação entre economia e voto, nesta dissertação são abordadas questões sobre as finanças estaduais e sobre os efeitos mediadores das diferenças entre os estados sobre o controle político. A relação entre voto, gasto público, dependência de transferências federais e diferenças de estrutura econômica entre os estados são temas sobre os quais foram formuladas e testadas hipóteses nesta pesquisa.

Busca-se nesta dissertação, portanto, compreender como os eleitores reagem à condução da economia e das finanças estaduais em um contexto federativo, ou seja, se os eleitores punem ou beneficiam os governadores nas eleições estaduais de acordo com suas políticas e performance econômicas e gestão dos recursos públicos estaduais.

No Capítulo 2, é discutida a literatura sobre voto econômico em governos subnacionais, federalismo no Brasil e sobre a dinâmica eleitoral estadual. Mais importante ainda, são

apresentados alguns estudos sobre governos estaduais conduzidos em outros países e que servirão de referência para a construção dos modelos teóricos. Dentre eles destacam-se Ebeid e Rodden (2001, 2006) sobre os Estados Unidos, Rodden e Wibbels (2005) sobre a comparação entre Argentina, Alemanha, Canadá, México e Estados Unidos, Gélineau (2002), sobre Argentina, Brasil e Venezuela, Remmer e Gélineau (2003, 2005) sobre a Argentina, Gélineau e Bélanger (2003, 2005) sobre o Canadá e Leigh e McLeish (2008), sobre a Austrália.

Em seguida, no Capítulo 3, serão apresentados a pergunta e o desenho de pesquisa, a formulação das hipóteses, a construção das variáveis e os dados utilizados. No Capítulo 4, os resultados da pesquisa empírica são apresentados, avaliados e discutidos, tendo em vista as contribuições para a pesquisa no campo da ciência política brasileira. Os resultados encontrados são comparados aos resultados de estudos similares em outros países.

Por fim, as considerações finais no Capítulo 5 trazem uma síntese da dissertação, retomam o debate tendo em vista os achados empíricos e apresentam uma breve agenda de estudos sobre a relação entre políticas públicas e eleições estaduais no Brasil.

## **2 A LITERATURA SOBRE O VOTO ECONÔMICO E SOBRE O FEDERALISMO BRASILEIRO**

Neste capítulo, é apresentada a bibliografia fundamental desta dissertação. Os temas que serão trabalhados e articulados ao longo do capítulo são: os fundamentos do voto econômico; o *voto econômico subnacional* e o *voto de referendo* e sua aplicação em outras federações; e o federalismo no Brasil, ressaltando as assimetrias e diferenças entre os estados.

### **2.1 O voto econômico**

Uma das teorias que oferece respostas à pergunta de pesquisa desta dissertação é a teoria do voto econômico, cujos fundamentos são encontrados na teoria econômica da democracia. Abaixo, uma breve síntese das origens do voto econômico e da sua aplicação para as eleições presidenciais é apresentada. Em seguida, são discutidos os modelos de *voto econômico subnacional* e de *voto de referendo*, tentando abarcar os principais autores da literatura norte-americana, sua aplicação em outros países, e as variações nos desenhos de pesquisa. Há grande preocupação em apresentar os trabalhos que inspiram a construção dos modelos teóricos desta dissertação, mais especificamente os de: Ebeid e Rodden (2001, 2006) sobre os Estados Unidos; Rodden e Wibbels (2005) sobre a comparação entre Argentina, Alemanha, Canadá, México e Estados Unidos; Gélineau (2002), sobre Argentina, Brasil e Venezuela; Remmer e Gélineau (2003, 2005) sobre a Argentina; Gélineau e Bélanger (2003; 2005) sobre o Canadá; e Leigh e McLeish (2008), sobre a Austrália.

#### **2.1.1 Origens do voto econômico e voto econômico nacional**

A literatura sobre o voto econômico tem origem na teoria econômica da democracia, cujo trabalho pioneiro mais relevante é o livro de Anthony Downs (1999), publicado inicialmente em 1957. A principal característica da teoria econômica da democracia é tratar os objetos políticos com os instrumentos da microeconomia. O pressuposto fundamental dessa teoria é o de que a ação coletiva é resultado agregado da soma das ações individuais de agentes capazes de decidir racionalmente e estrategicamente de acordo com suas preferências.

Downs teve como preocupação fundamental explicar o comportamento de eleitores e partidos políticos – ou políticos tomados individualmente – a partir do pressuposto da ação individual racional. De sua obra é possível derivar dois postulados utilizados pelas teorias do voto econômico: (1) políticos buscam maximizar suas carreiras políticas, o que significa, na maior parte das vezes, maximizar a quantidade de votos recebidos; (2) eleitores utilizam o voto para maximizar sua renda – em outras palavras, os eleitores maximizam sua função de utilidade através do voto.

Aparentemente, esses postulados derivados de Downs são extremamente rígidos e incapazes de explicar plenamente o comportamento dos políticos e partidos e dos eleitores. Entretanto, é razoável acreditar que os políticos, uma vez que tenham a intenção de se reeleger busquem se comportar de tal modo a obter uma quantidade suficiente de votos; e que os eleitores, em face da decisão sobre quem será o formulador das políticas econômicas que afetarão seu bem-estar, considerem a dimensão econômica do voto como relevante para sua decisão.

Diversos trabalhos foram capazes de verificar a existência de um comportamento eleitoral orientado por temas econômicos. O trabalho empírico pioneiro é de Kramer (1971). O autor assumiu que os eleitores utilizam como atalho informacional a performance anterior dos partidos e de seus candidatos para decidir seu voto. Kramer encontrou que flutuações econômicas de curto prazo são importantes para explicar as variações no voto para a Câmara Baixa dos Estados Unidos. Os indicadores econômicos mais importantes para explicar tais variações seriam a renda *per capita* dos eleitores, o nível de desemprego e as taxas de inflação. Tufte (1975) confirmou os achados de Kramer e afirmou que as eleições legislativas que ocorrem no meio do mandato do presidente norte-americano são fortemente influenciadas pelas condições econômicas de curto prazo. O autor dá a esse comportamento do eleitor o nome de referendo da performance presidencial (*national referendum*)

Tanto Kramer (1971) quanto Tufte (1975) fazem parte do conjunto de autores que trabalharam o impacto dos resultados macroeconômicos agregados sobre os resultados eleitorais ou sobre a popularidade do presidente. Um segundo conjunto de autores, inspirados nos trabalhos de Key (1966) e Fiorina (1978) utilizaram dados extraídos no nível individual coletados em *surveys*. Segundo essa vertente, a aprovação presidencial ou os resultados eleitorais são influenciados pela situação de bem-estar individual do eleitor ou por sua percepção sobre a economia (por exemplo, os trabalhos de KIEWIET, 1981, 2000). Análises

no nível individual têm a virtude de permitir o controle das variáveis ligadas ao status sócio-econômico dos eleitores, preferências políticas e ideológicas e identificação partidária. Também essas análises confirmam a influência da economia nos resultados eleitorais, diferindo do primeiro conjunto de autores apenas no desenho de pesquisa, metodologia e tipo de dados utilizados (GÉLINEAU, 2002).

Sinteticamente, essa literatura buscou explicar os resultados eleitorais ou a popularidade do presidente através da avaliação retrospectiva que os eleitores fazem dos governantes na condução da economia. Ainda que a economia não seja o único tema levado em consideração pelos eleitores, sua contribuição na decisão do voto seria fundamental. Fatores como crescimento econômico, inflação e desemprego estariam associados a variações nos níveis de popularidade do presidente ou nas suas chances eleitorais (LEWIS-BECK; PALDAM, 2000).

Embora muitos estudos tenham descoberto evidências importantes sobre a conexão entre voto e economia, há um grande problema de instabilidade nos resultados encontrados pelos autores do campo, pois há grande variação entre países e através do tempo no mesmo país (GÉLINEAU, 2002, LEWIS-BECK; PALDAM, 2000). Em primeiro lugar, não há clareza de qual é o fator econômico determinante. Também não é claro se a deterioração dos indicadores econômicos tem o mesmo efeito que sua recuperação sobre o voto ou o apoio ao presidente, ou seja, se recompensas e punições são igualmente proporcionais em relação aos indicadores econômicos.

Uma outra importante preocupação da literatura sobre o voto econômico é a da existência de condições para que ele ocorra. Como demonstraram Powell e Whitten (1993), Anderson (2000) e Rudolph (2003), as instituições e os contextos políticos alteram as condições nas quais o voto econômico ocorre. Dito de outra forma, é preciso que haja clareza de responsabilidade, ou seja, que o eleitor seja capaz de identificar o responsável pelo resultado da economia, para que os eleitores possam recompensar ou punir eleitoralmente o governo pela condução das políticas econômicas. Dentre as instituições que potencialmente alteram a clareza de responsabilidade podemos destacar o sistema de governo, o sistema eleitoral e a autonomia e divisão de atribuições entre os níveis de governo.

Aos sistemas majoritários, que concentram mais o poder de decisão sobre as políticas públicas, é atribuída maior clareza de responsabilidade do que aos sistemas nos quais o poder

é fragmentado ou desconcentrado – sistemas consociativos ou consensuais (LIJPHART, 1999). O federalismo, que implica divisão de poder entre territórios com certo grau de autonomia em algumas áreas de política é uma das instituições que potencialmente diminuem a clareza de responsabilidade. No caso brasileiro, além do federalismo, o sistema eleitoral proporcional para o Legislativo e a separação entre os Poderes Executivo e Legislativo contribui para dispersar ainda mais o poder entre diversos grupos políticos.

No federalismo, os governos subnacionais não são capazes de determinar integralmente os rumos de sua própria economia e dependem das decisões e da performance do governo federal nesta área de política. Também o governo federal depende de como os estados manejam suas finanças para lograr políticas econômicas que exijam maior disciplina fiscal. Assim, em países federativos, a performance econômica do governo central é função das decisões tomadas pelos governos subnacionais e vice-versa. A dependência mútua é um potencial fator de redução da clareza de responsabilidade.

A literatura de política comparada explorou de maneira vasta as capacidades dos governos centrais em obter disciplina fiscal dos governadores de estados e províncias em tentativas de ajuste (STEIN, E. 1999; RODDEN, 2002, 2003, 2005; WIBBELS, 2006; REMMER; WIBBELS, 2000; JONES; TOMMASI; SANGUINETTI, 2000). No entanto, questões relativas à condução da economia estadual pelos governos subnacionais permanecem ainda pouco exploradas e elucidadas. O fato dos governadores não serem responsáveis pela condução da economia não torna as eleições estaduais e o apoio aos governadores e legisladores estaduais insuladas das questões políticas e econômicas nacionais (REMMER; GELINEAU, 2003; 2005). Como afirmou Rodden (2005), as autoridades subnacionais têm seu sucesso determinado tanto por um componente referente ao seu desempenho local quanto por um componente referente ao desempenho de seu partido nacionalmente.

Abaixo, são apresentados os modelos de voto subnacional e as principais pesquisas sobre o tema. Estes modelos são uma tentativa de elucidar como opera o controle dos políticos no nível subnacional e qual a relação entre performance das políticas estaduais, nacionais e o voto.

### 2.1.2 O voto subnacional: *voto econômico e voto de referendo*

A literatura sobre o voto subnacional surgiu nos Estados Unidos para dar conta de explicar como governadores e senadores são afetados pelas condições econômicas nacionais e subnacionais. Peltzman (1987), um dos primeiros se preocupar com a relação entre voto para governador e a renda do eleitor, identificam que “O eleitor (marginal) aparentemente entende que os governadores têm pouca influência no crescimento da renda estadual, e eles ou elas recompensam (penalizam) de maneira adequada o partido e o presidente em exercício pela boa (má) performance macro” (PELTZMAN, 1987, p. 294, tradução própria e grifo no original).

Chubb (1988) demonstrou com dados agregados que as eleições para governador e para o legislativo estadual nos Estados Unidos estavam fortemente associadas às condições econômicas nacionais e não às condições econômicas estaduais. R. Stein (1990) encontrou padrão semelhante ao de Chubb e concluiu que nas eleições estaduais a avaliação retrospectiva da economia não é realizada sobre o governador que busca reeleição, mas sobre o partido do presidente. Enquanto Chubb trabalhou com dados agregados, R. Stein trabalhou com dados individuais provenientes de *surveys*.

Tal como afirmou Tufte (1975), não apenas as eleições legislativas da metade do mandato presidencial são utilizadas pelos eleitores como referendo da performance do partido do presidente (*national referendum*), mas também as eleições estaduais, inclusive para governador. Simon, Marra e Strom (1991) foram mais longe no argumento: a performance do presidente – da qual a avaliação retrospectiva econômica é um componente fundamental – tem efeitos sobre todo o sistema eleitoral. Os autores encontraram que a aprovação presidencial influencia as eleições em todos os níveis de governo nos Estados Unidos – de tal forma que se confirmou a existência de referendo nacional. Abromowitz e Segal (1986), também já haviam encontrado forte influência da popularidade do presidente sobre as eleições para o Senado norte-americano. Abromowitz e Segal (1986) e Simon, Marra e Strom (1991) trabalharam com dados agregados. Piereson (1975), utilizando dados de *surveys* coletados em 1970, no meio do mandato de Nixon, concluiu de maneira semelhante que a aprovação presidencial tem efeitos não apenas nas eleições para o Congresso Nacional dos Estados Unidos, mas em todo o sistema político-eleitoral.

Atkeson e Partin (1995), no entanto, contrariaram a literatura sobre o tema. Os autores Partin contrapuseram as duas explicações, a do *voto de referendo* – na qual as eleições subnacionais seriam referendos do presidente e do governo nacional – e a do *voto econômico* (subnacional) – na qual aos governos subnacionais é atribuída responsabilidade por suas políticas (econômicas) – ao estudarem as eleições para governador e senador nos Estados Unidos. Utilizando dados de *surveys*, os dois autores confirmaram a existência de *voto de referendo* nas eleições no Senado, corroborando os achados de Abromowitz e Segal (1986) e Simon, Marra e Strom (1991). Entretanto, em contraste com Chubb (1988) e R. Stein (1990), os autores encontraram os primeiros indícios relevantes de que nas eleições para governador operaria o *voto econômico (subnacional)*.

A explicação dada por Atkeson e Partin é a de que os eleitores são capazes de atribuir responsabilidade claramente a cada um dos ramos e níveis de governo. Aos senadores, que fazem parte do nível nacional de governo, apesar de representarem a localidade, lhes é atribuída responsabilidade pelas políticas nacionais. Aos governadores, executivos estaduais, resta a responsabilidade sobre as condições relativas de seu estado em comparação com o restante do país – e não apenas com relação aos resultados imediatos das políticas. Ainda em concordância com esses dois autores, Lowry, Alt e Ferree (1998) encontraram que os eleitores conseguem manter os governadores responsáveis penalizando-os nas eleições legislativas estaduais em caso de desequilíbrio fiscal.

Ebeid e Rodden (2001, 2006)<sup>7</sup> demonstraram que padrões distintos de voto – *voto de referendo e voto econômico* – podem existir não apenas em níveis e ramos diferentes de governo, mas dentro do mesmo nível e ramo de governo nos Estados Unidos. Em situações variadas e em momentos distintos podem emergir diferentes respostas de voto dadas as mesmas condições macroeconômicas.

Os autores encontram que a estrutura econômica dos estados (ou, mais precisamente, o tipo de atividade produtiva predominante) e o momento da política norte-americana alteram as condições sob as quais a responsabilização dos governadores ocorre. Ebeid e Rodden dividiram as eleições estaduais em um período de maior dependência dos estados em relação

---

<sup>7</sup> Os textos de Ebeid e Rodden (2001) e Ebeid e Rodden (2006) são versões diferentes do mesmo trabalho. Apenas no primeiro deles a dimensão temporal é incluída. No segundo os autores tratam apenas da estrutura econômica como mediadora da relação entre economia e voto estadual, e incluem o desemprego (nacional, estadual e relativo) como variáveis explicativas importantes.



ao governo federal (1940-1970) e outro (*devolution*) de maior autonomia (1970-1998). Antes da *devolution* (até 1970), predominava o *voto de referendo*; depois de 1970, predominava o *voto econômico subnacional* nas eleições para governador.

Da mesma forma, o *voto de referendo* preponderava em estados cuja atividade produtiva dominante era a produção de produtos primários, fortemente dependentes de transferências fiscais e subsídios e mais influenciados por variações nos preços internacionais e nas políticas macroeconômicas nacionais. Por sua vez, o *voto econômico subnacional* para governador preponderava em estados industriais e de economia diversificada. Os resultados de Ebeid e Rodden (2001, 2006) corroboram o que Powell e Whitten (1993), Anderson (2000) e Rudolph (2003) afirmaram: o voto econômico (e suas derivações) depende do contexto no qual as eleições ocorrem. Pode-se argumentar a partir dos achados de Ebeid e Rodden (2001, 2006) que: (1) o momento do federalismo norte-americano (ou seja, uma determinada circunstância da divisão de poderes e da relação entre união e estados); e (2) as diferenças entre os membros da federação alteram as condições sobre as quais as eleições estaduais são realizadas. Este último argumento servirá mais adiante para formulações importantes sobre o caso brasileiro.

Dado que o modelo de Ebeid e Rodden será utilizado como referência para a construção dos modelos teóricos desta dissertação, cabe identificar com mais detalhes seus principais componentes. Os dois autores trabalham com dados agregados por estado. A variável dependente utilizada é o total de votos do partido que busca reeleição, e o período de análise vai de 1940 a 1998. As principais variáveis independentes são:

- a) o crescimento da renda *per capita* nacional e o desemprego nacional no ano da eleição;
- b) o crescimento da renda *per capita* estadual e o desemprego estadual no ano da eleição;
- c) a diferença entre os crescimentos da renda nacional e da renda estadual da renda *per capita* e dos níveis de desemprego estadual e nacional no ano da eleição (crescimento relativo da renda estadual e desemprego relativo);
- d) uma variável dicotômica para a filiação partidária do candidato (1 quando for do mesmo partido do presidente e -1 quando não for) utilizada em interação com as variáveis econômicas;

- e) o voto recebido pelo partido nas últimas eleições (para qualquer nível ou ramo de governo);
- f) a existência de presidente eleito pelo mesmo partido do candidato (valor 1) ou pela oposição (valor -1) em eleições coincidentes (valor 0 quando não houver eleição presidencial simultânea à estadual);
- g) a filiação partidária comum ao presidente (valor 1) e ao partido de oposição ao presidente em eleições coincidentes para a presidente e governador (valor -1) ou eleições não-coincidentes (valor 0).

Além dessas variáveis, os autores incluíram na pesquisa a variável “índice de produtos primários”, que, em interação com os indicadores econômicos, permitiu aos autores testar o efeito de mediação da estrutura econômica, procedimento que será repetido nesta pesquisa. Por fim, para testar as diferenças entre o período pré e pós-*devolution*, os autores simplesmente separaram a amostra em especificações diferentes do modelo, ou seja, testaram o modelo para cada período.

Em outro trabalho, Rodden e Wibbels (2005) utilizaram um modelo semelhante ao de Ebeid e Rodden (2001, 2006) e compararam os casos de Argentina, Alemanha, Canadá, Estados Unidos e México. Por falta de dados os autores não incluíram a Austrália na análise e afirmaram que sua intenção futura é incluir também Brasil, Espanha, Índia e Suíça. Rodden e Wibbels não observaram em nenhum dos países estudados indícios que demonstrassem a existência de voto econômico nos níveis regionais de governo. Como os próprios autores ressaltaram, faltam graus de liberdade nos modelos para testar se há influência de diferenças econômicas ou de outra ordem dentro de cada um desses países – a exemplo do caso americano – que façam a mediação entre a economia e o voto.

Rodden e Wibbels (2005) encontraram evidências de que o voto de referendo opera com mais força em Estados Unidos e Canadá. Governadores dos Estados Unidos e primeiros-ministros provinciais canadenses têm melhor desempenho quando são do mesmo partido do presidente e a economia nacional vai bem. Bélanger e Gélinau (2003, 2005) confirmaram o padrão de voto de referendo nas eleições provinciais no Canadá. Segundo estes autores, usar as eleições provinciais como referendo do governo federal – ou seja, manter os políticos nacionais responsáveis em última instância – é a maneira pela qual os eleitores resolvem o problema da incerteza e a confusão sobre a responsabilidade sobre a economia.

Outro resultado interessante encontrado por Rodden e Wibbels (2005) refere-se à Argentina e corrobora os resultados de Remmer e Gélinau (2003, 2005). Os autores encontraram que os beneficiados pelo bom resultado da economia não são os partidários do presidente da república, mas os governadores – não importando o partido – que busquem reeleição. Remmer e Gélinau (2003, 2005), apesar de terem demonstrado a existência de voto de referendo, encontraram que os governadores de outros partidos também se beneficiam em caso de bons resultados econômicos.

Remmer e Gélinau (2003, 2005) adaptaram o modelo de voto de referendo para utilizá-lo no caso argentino. A grande diferença em relação aos modelos anteriores é que a variável dependente não é o voto do candidato à reeleição no governo provincial, mas os votos recebidos pelo candidato do presidente da república na eleição subnacional. No trabalho de 2003 os autores utilizaram somente dados agregados por província; no de 2005, os autores continuaram a utilizar o modelo com dados agregados e construíram também um modelo para trabalhar com dados individuais (por eleitor) obtidos através de *surveys*. Nesta pesquisa não foi possível reproduzir para o Brasil um modelo semelhante ao de Remmer e Gélinau pela dificuldade em identificar nas eleições estaduais quem é o candidato do presidente a governador. No entanto, seria muito interessante em pesquisas futuras replicar os procedimentos adotados por estes dois autores.

O principal achado de Remmer e Gélinau (2003, 2005) é de que a performance da economia provincial pouco importa em comparação à performance da economia nacional para o desempenho dos candidatos do presidente nas eleições estaduais. Essas conclusões de Remmer e Gélinau (2003, 2005) coincidem com as da literatura norte-americana sobre o tema. Entretanto, o mais interessante dos resultados desses autores é referente à participação do fluxo de transferências e do déficit de gastos corrente. Estes três fatores são capazes de reduzir a importância da performance da economia nacional nas eleições estaduais para o caso argentino. Os autores interpretam isso como a capacidade dos políticos atenuarem os efeitos da economia nacional sobre a eleição estadual através de políticas fiscais e de clientelismo.

Por fim, Leigh e McLeish (2008) utilizaram uma variação do modelo de Ebeid e Rodden (2001, 2006) para estudar o caso australiano. Ao invés de introduzir simultaneamente no modelo um indicador econômico nacional com um indicador de diferença entre economia

nacional e estadual, os autores substituíram o indicador nacional pelo estadual. Seu objetivo foi separar a economia estadual em duas parcelas, uma que está sob o controle do governador (indicador relativo, chamado de “competência”) e uma que não está sob o controle do governador (indicador estadual em valor absoluto, denominado pelos autores de “sorte”). Entretanto, este modelo é inadequado para testar a possibilidade de ocorrência do *voto de referendo*, uma vez que não há nenhum indicador nacional. Leigh e McLeish (2008) encontraram como resultado central que os primeiros-ministros estaduais e territoriais australianos são avaliados pelo indicador estadual (“sorte”), havendo, portanto, atribuição de responsabilidade equivocada por parte do eleitorado.

O único trabalho encontrado sobre o tema que trata do caso brasileiro é o de Gélineau (2002). Nessa pesquisa, o autor testou as hipóteses do voto econômico em três países, Argentina, Brasil e Venezuela, tanto para os governos centrais destes países quanto para os governos subnacionais. Sobre os governos estaduais brasileiros, os testes empíricos de Gélineau são muitos limitados. O autor trabalhou exclusivamente com dados no nível individual coletados em um *survey* do Instituto Datafolha de 1997, restritos, portanto, a um momento específico do período de análise desta dissertação, e aplicado a apenas onze estados. Ademais, o autor não utilizou como variável dependente os resultados eleitorais ou a intenção de voto, mas a aprovação do governo estadual. Os resultados de Gélineau (2002) indicam não haver nenhuma evidência de que os eleitores respondem às expectativas sobre a economia nacional ao avaliar o governador, como prevê o *voto de referendo*. Em vez disso, o autor encontrou suporte empírico para a existência de um comportamento de avaliação retrospectiva do governador com base na economia estadual, tal como sugere o *voto econômico subnacional*.

Há, contudo, que se tomar muito cuidado ao analisar as evidências empíricas que levaram Gélineau a essas conclusões sobre o comportamento do eleitorado no Brasil. O autor atribuiu à inflação o status de medida da economia nacional, uma vez que seus efeitos são sentidos por toda a população, e ao desemprego o status de medida local da performance econômica. Assim, a expectativa que os respondentes do *survey* tinham sobre o desemprego passou a ser medida do autor para a economia estadual. A conclusão de que há *voto econômico subnacional* no Brasil foi fundamentada, portanto, na existência de relação entre a avaliação que os eleitores fazem dos governadores e a expectativa de desemprego, assumida como indicador da economia local. Por fim, o autor também encontrou que a avaliação que os eleitores faziam dos governadores – de qualquer partido, e não apenas do partido do

presidente – estava fortemente ligada à avaliação que faziam do presidente. Gélineau sugeriu como explicação para este resultado que os eleitores brasileiros percebiam, de alguma forma, os governadores como subordinados do governo federal.

Esse conjunto de trabalhos apresentados acima forma a base teórica principal a partir da qual são construídos os modelos desta dissertação, com destaque para os trabalhos de Ebeid e Rodden (2001, 2006) e Rodden e Wibbels (2005). O trabalho de Gélineau (2002), servirá como referência inicial sobre o tema no Brasil.

## **2.2 Federalismo no Brasil: assimetria e desproporcionalidade**

Nesta seção serão abordados a origem do federalismo no Brasil, o papel das disparidades econômicas entre os estados e os principais diagnósticos a respeito das conseqüências do arranjo federativo.

### **2.2.1 Origem do Federalismo no Brasil**

O arranjo federativo é uma das principais características institucionais brasileiras. Países federativos são aqueles que dividem constitucionalmente o poder entre um governo central e unidades locais (governos subnacionais), de tal forma que determinadas matérias ou áreas de política são de exclusividade do governo central, outras de exclusividade dos governos subnacionais e outras são de responsabilidade compartilhada (DAHL, 1986 apud STEPAN 1999)<sup>8</sup>. O federalismo também é um processo institucionalmente estruturado por meio do qual a autoridade é distribuída e redistribuída (RODDEN, 2005).

A distribuição do poder entre territórios e suas conseqüências políticas são objeto de grande interesse na ciência política contemporânea. O federalismo é apontado como uma possível solução institucional para sociedades multinacionais, de larga extensão ou com clivagens territoriais, étnicas, religiosas e lingüísticas que sejam expressivas ou numéricas (STEPAN

---

<sup>8</sup> Utiliza-se na dissertação a definição de Dahl para federalismo: “um sistema em que algumas matérias são de exclusiva competência de determinadas unidades locais, cantões, estados, províncias, e estão constitucionalmente *além* do âmbito de autoridade da União, enquanto outras estão *fora* da esfera de competência das unidades menores.” (Dahl, 1986 apud Stepan 1999).

1999; LIJPHART 1999). No Brasil redemocratizado fazem parte da federação não apenas o governo central e os governos estaduais, mas também os municípios. Nesta dissertação, no entanto, os municípios são desconsiderados da análise.

Diferentemente dos Estados Unidos, no Brasil o Estado Nacional precedeu a federação. Foi na passagem do Império para República em 1889 que se instituiu o arranjo federativo. O nascimento da federação brasileira contraria o que Riker, um dos principais teóricos sobre o tema, considera como a origem das federações: a união entre estados (ARRETCHE, 2001). Foi o governo central brasileiro quem conferiu autonomia às suas partes, e não as partes que constituíram um governo central. A origem do federalismo no Brasil se assemelha mais ao que Stepan chama de *hold together* (manutenção da união nacional) do que da origem *come together* (união entre estados autônomos). Assim, a federação brasileira nasceu de um processo de descentralização, em contraste com a federação norte-americana concebida por Hamilton, Madison e Jay.

### **2.2.2 Assimetria entre os estados e o papel da estrutura econômica e dos partidos políticos**

Uma importante característica do federalismo brasileiro é que os atores que por ele optaram o fizeram em relação de extrema desigualdade de poder (ABRUCIO; COSTA, 1999). Ainda que as elites locais fossem autônomas para decidirem suas lideranças, alguns estados na Primeira República eram politicamente muito mais relevantes na arena nacional do que outros, especialmente os estados de São Paulo e Minas Gerais. Segundo Abrucio e Costa (1999), a assimetria de poder entre estados favoreceu um padrão de relação não cooperativo e foi responsável pela construção, ao longo da história da República brasileira, de coalizões de estados rivalizando umas contra as outras. A rivalidade e a assimetria entre os estados desfavoreceram a capacidade dos governos nacionais em construir coalizões políticas nacionais estáveis para governar o país e, por diversas vezes, foram componentes importantes para explicar as crises institucionais pelas quais o Brasil passou no século XX.

A assimetria e divergência de interesses entre os estados brasileiros foram acentuadas ainda mais ao longo do tempo pela diferença entre as estruturas econômicas dos estados (aqui entendidas como o tipo de atividade produtiva predominante). A existência de um Brasil

urbano e industrial em alguns estados, e de outro, rural e agrário, freqüentemente associados na literatura com a dualidade modernidade-atraso, constitui peça fundamental das explicações das crises políticas brasileiras do século XX. As diferenças econômicas entre os estados será um dos fundamentais considerados nesta pesquisa. Como comentado acima, Ebeid e Rodden (2001, 2006) encontram que diferenças nas estruturas econômicas dos estados levam a padrões de voto para governador distintos nos Estados Unidos. A suspeita é de que também as diferenças entre os estados no federalismo brasileiro leve a padrões de responsabilização política distintos.

O exame da literatura que trata do período aponta que o federalismo brasileiro e suas conseqüências estão diretamente ligados às crises políticas, em especial do período 1946-1964, além de representar um obstáculo à industrialização e modernização do país (ALMEIDA, 2001). A formulação corrente é a de que as características da federação brasileira, ao aumentar o poder político das regiões/estados rurais e conservadores, dificultavam as reformas das quais o Brasil necessitava para se industrializar e modernizar e criava um impasse político entre os Poderes Executivo e Legislativo (SOUZA, 1990). O presidente, eleito em um colegiado nacional e com apoio nos centros urbanos, industriais e progressistas, enfrentaria no Congresso, cujo viés era conservador e rural, um obstáculo enorme para governar o país (ALMEIDA, 2001).

Diversos autores contestam, no entanto, essa formulação. Souza (1990), que analisa o processo político-partidário de 1930 a 1964, afirmou que a clivagem que produziu os impasses políticos do período entre os regimes autoritários não foi a produzida pelo conflito entre regiões rurais e conservadoras e regiões industrializadas e progressistas. Para a autora, foi a clivagem engendrada por grupos getulistas e anti-getulistas que, refletida no Congresso Nacional, produziu tais impasses. Nicolau (2000), por sua vez, afirmou que não se pode assumir o conservadorismo do Congresso sem antes se verificar como a distorção entre estados provocada pelo federalismo afeta a distorção da distribuição das cadeiras entre partidos mais conservadores ou progressistas. O autor argumentou que o federalismo não é a única variável institucional que tem conseqüências para a representação. As próprias regras eleitorais podem produzir distorção na representação.

Souza (1990), Nicolau (2000) e Almeida (2001), chamam a atenção para uma importante variável interveniente desconsiderada sempre que se analisam as conseqüências do

federalismo: o sistema partidário. Tanto Vargas durante o Estado Novo, quanto os militares no regime militar de 1964-1984, que centralizaram o poder no governo federal, buscaram governar contornando, e por vezes moldando, o sistema partidário. Tal como ocorre com a formulação corrente sobre os impactos do sistema federativo sobre a arena política nacional durante o regime de 1946-1964, os diagnósticos sobre o impacto do federalismo após a redemocratização deixam de introduzir na análise a dinâmica partidária, por considerar os partidos políticos brasileiros fracos (SAMUELS, 2003; RODDEN, 2003; MAINWARING, 1999; AMES, 2003). Na dissertação, especialmente quando se tratar dos *modelos de voto de referendo*, o vínculo partidário entre os candidatos será um fator de influência em sua fortuna eleitoral. Busca-se analisar se são beneficiados eleitoralmente: (1) candidatos à reeleição correligionários de um presidente que apresenta bom desempenho da economia; (2) candidatos à reeleição pertencentes ao partido de um candidato a presidente vitorioso em eleições simultâneas. As conseqüências do federalismo não podem ser presumidas apenas a partir de suas regras institucionais e devem necessariamente levar em consideração os partidos políticos.

### **2.2.3 Descentralizações, centralizações e as desigualdades de relação com o governo federal**

A dinâmica centralização-descentralização esteve presente em toda a história do federalismo brasileiro. Os dois períodos mais marcantes de centralização em torno do governo federal foram os dois períodos autoritários do século XX – o Estado Novo e regime militar de 1964-1984. A partir da década de 80, entretanto, se começou a reverter a tendência centralizadora do governo federal. Havia um diagnóstico realizado por atores políticos e analistas e amplamente difundido de que a centralização no governo federal era responsável por diversos problemas do sistema político brasileiro. Nas palavras de Almeida, “Supunha-se que o fortalecimento das instâncias subnacionais, em especial dos municípios, permitiria aos cidadãos influenciar as decisões e exercer controle sobre os governos locais, reduzindo a burocracia excessiva, o clientelismo e a corrupção” (ALMEIDA, 2005, p.29). Descentralização, de acordo com a autora, era uma idéia-força com ímpeto próprio (ALMEIDA, 2005, p.32). Mais ainda, pensar em democratização implicava necessariamente pensar em descentralização de recursos e atribuições para estados e municípios, fortalecendo, como conseqüência, os governadores e prefeitos.



Durante o período de retorno à democracia, a liberação da competição eleitoral ocorreu antes nos níveis estadual e municipal do que no nível federal. Os governadores – tanto de oposição quanto apoiadores do regime anterior – foram atores centrais no processo de redemocratização e de elaboração de uma nova ordem para o país (ABRUCIO, 1998). Sua interferência no movimento das Direta-Já foi decisiva. Foi um governador de estado, Tancredo Neves, quem se tornou presidente da República. Na Assembléia Nacional Constituinte, os governadores contribuíram, de maneira indireta, porém ativa, para a descentralização administrativa, política e de políticas públicas. Isso não significa, contudo que a participação dos governadores foi o fator causal suficiente da descentralização (ALMEIDA, 2005).

A participação dos governadores na política nacional da década de 80 foi tão expressiva que, na eleição de 1986, graças à ausência da eleição presidencial, a disputa para governador balizava também a formação de chapas para as eleições proporcionais para deputados e senadores (ABRUCIO, 1998). Vale lembrar que os parlamentares eleitos para essa legislatura foram aqueles que participaram da Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988.

As regras sobre o arranjo federativo produzidas na Constituição de 1988 fazem da federação brasileira uma das mais desequilibradas – quanto às suas regras de distribuição de poder – em favor das minorias regionais, ou, mais bem definido nas palavras de Stepan (1999), mais restritivas do *demos* (*demos constraining*). O Brasil é, ao lado dos Estados Unidos, um dos países federativos que mais restringem o *demos*. Como mencionam Snyder e Samuels (2004), o Senado brasileiro e a Câmara dos Deputados são das Casas Legislativas mais desproporcionais do mundo.

A literatura freqüentemente aponta como razões para tal desequilíbrio: (1) a existência de um Senado (Câmara Alta) no qual os estados são igualmente representados; (2) a grande abrangência das políticas pelo Senado e muitos poderes a ele atribuídos quando comparado à Câmara dos Deputados (Câmara Baixa)<sup>9</sup>; (3) a grande distorção da representação na Câmara dos Deputados em favor dos estados menos populosos; (4) e governos estaduais com grande autonomia em diversas áreas de política e detentores de diversos instrumentos de política

---

<sup>9</sup> Segundo Neiva (2006), o Senado brasileiro a segunda Câmara Alta mais poderosa do mundo, atrás apenas do Senado boliviano.

econômica, tais como arrecadação própria de tributos, bancos estaduais públicos e capacidade de endividamento (STEPAN 1999; SNYDER; SAMUELS, 2004; SAMUELS; ABRUCIO, 2000; ABRUCIO, 1998; NEIVA, 2006).

O diagnóstico sobre as conseqüências na política nacional do federalismo brasileiro produzido na redemocratização aponta para a predominância dos interesses regionais sobre os interesses nacionais (AMES, 1995; SAMUELS, 2000; RODDEN, 2003). Mais ainda, o arranjo federativo brasileiro que emergiu na década de 80 teria contribuído também para acentuar ainda mais a fragmentação do sistema partidário brasileiro (MAINWARING, 1999). A lógica prevalecente na arena eleitoral seria a do localismo e do individualismo dos parlamentares e políticos em face das organizações partidárias (AMES, 2003). Essa característica marcante do federalismo brasileiro contribuiria para acentuar o caráter ingovernável do sistema político brasileiro indicado pela literatura<sup>10</sup> e teria efeitos sobre a arena legislativa nacional, sobre o sistema partidário, e, acima de tudo, sobre as relações intergovernamentais e a dinâmica política estadual.

O desequilíbrio do federalismo brasileiro e a distorção da representação nas duas casas legislativas nacionais confeririam às minorias territoriais grande poder de veto na arena nacional, especialmente no parlamento. Através do poder de veto de suas bancadas legislativas na Câmara dos Deputados e no Senado, os estados seriam capazes de manter o governo central refém dos interesses estaduais (SAMUELS, 2003; RODDEN, 2003). Mais ainda, para governar o país, seria necessário construir coalizões que englobassem as minorias regionais, e não apenas os partidos políticos. Os governadores controlariam as bancadas estaduais e seriam os condutores desse processo. A manutenção do governo federal como refém dos interesses regionais explicaria, entre outros aspectos, a indisciplina fiscal e o crescimento das dívidas estaduais dos estados até o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (SAMUELS, 2003; RODDEN, 2003).

Um conjunto de pesquisadores brasileiros, contudo, começou a questionar tais avaliações pessimistas a respeito do sistema partidário e da incapacidade de se governar o país (RODRIGUES, 2002; SCHMITT, 1999; MELO, 2000; FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995, 1999, 2002; NICOLAU, 2000). De acordo com essa literatura, é possível governar o Brasil,

---

<sup>10</sup>A respeito do caráter ingovernável do sistema político brasileiro, ver Mainwaring (1991, 1995, 1999); Ames (1995, 2003); Lamounier e Meneguello (1986); Samuels (1997); Lima Jr. (1993); e Kinzo (1993).

estabelecendo coalizões majoritárias de governo, negociadas entre os partidos políticos (e não entre as bancadas estaduais). Mais ainda, os partidos não são fracos como se supunha, são disciplinados e previsíveis na arena legislativa nacional, têm perfis nítidos e são distinguíveis ideologicamente e quanto a sua composição social, de tal maneira que as coalizões e migrações partidárias se dão dentre partidos com afinidades ideológicas. Assim, as bancadas estaduais não importam para governar o Brasil e as conseqüências do federalismo sobre o sistema partidário não são sentidas. Arretche (2007) demonstrou que quando foram colocadas em votação matérias tratando de assuntos que afetavam diretamente os estados não houve indício de que as bancadas estaduais exerciam seu poder de veto.

Uma das razões – não a única – pelas quais há divergências entre os diagnósticos pessimistas sobre a capacidade de se governar o Brasil e as pesquisas que contestaram tais diagnósticos é a distância temporal entre esses dois conjuntos de trabalhos. A exceção de Ames (2003) e Mainwaring (1999), os trabalhos que apontam para a dificuldade de se governar o Brasil têm como foco os primeiros anos do período democrático (geralmente até o início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso). Nesse período, o governo federal não conseguiu realizar as reformas necessárias para a contenção da inflação e passou por várias situações de crise política. Mais ainda, o sistema partidário estava em processo de redefinição, com surgimento de partidos e mudanças nas legendas e composições de bancadas. Assim, parte do diagnóstico pessimista sobre as instituições políticas brasileiras pode não estar equivocado, mas apenas limitado a um período específico da democracia brasileira que é coberto por esta pesquisa.

Nesta dissertação, o desequilíbrio nas relações políticas provocados pelo arranjo federativo constituirá uma parte importante da pesquisa. Ainda que o federalismo brasileiro não afete a capacidade de se governar o país, os estados recebem recursos federais de maneira desigual, como se verá mais abaixo. Desconfia-se que a capacidade dos governadores estaduais em obter recursos federais pode influenciar a dinâmica política estadual, tal como afirmam as teses da tomada do governo federal como refém dos interesses regionais (SAMUELS, 2003; RODDEN, 2003). Em outras palavras, suspeita-se que estados mais dependentes de recursos federais apresentem padrões de responsabilização política distinto dos demais estados.

Resumidamente, dois aspectos fundamentais sobre o federalismo brasileiro interessam para esta pesquisa: as diferenças entre as estruturas econômicas dos estados que foram produzidas

historicamente e que potencialmente têm impacto na maneira como os políticos locais são responsabilizados; e as diferenças de relação com o governo federal, mais especificamente, sua capacidade de obter recursos públicos federais.

### **3 PESQUISA, DESENHO DE PESQUISA E HIPÓTESES**

Neste capítulo são apresentados o problema de pesquisa, o desenho de pesquisa, os critérios de seleção dos casos, os critérios de construção das variáveis e as fontes utilizadas para a coleta de dados.

#### **3.1 Introdução e Problema de Pesquisa**

A pergunta à qual se pretende responder nessa dissertação é: os eleitores brasileiros são capazes de responsabilizar os governadores e seus partidos pelo resultado das políticas públicas estaduais através do voto? Em outras palavras, há *accountability* no nível estadual? Essa pergunta é relevante no contexto de um federalismo descentralizado como o brasileiro após 1990. Se governadores têm, desde a redemocratização, mais atribuições, receitas maiores, sejam próprias ou advindas de transferências, e se são responsáveis por uma parcela maior do gasto público, é fundamental saber qual a capacidade que os eleitores têm de controlá-los politicamente.

Como trabalhado no capítulo anterior, a literatura sobre o voto subnacional assume a possibilidade de duas formas de controle dos eleitores sobre governadores de estados e províncias: o *voto econômico subnacional* e o *voto de referendo*. É preciso deixar claro que a utilização de modelos derivados da teoria econômica da democracia limita a resposta da pergunta às políticas econômicas e não ao conjunto das políticas estaduais. No entanto, partindo-se dos pressupostos de que há uma dimensão econômica importante no voto e de que as políticas econômicas são uma das principais políticas de um governo, testes empíricos realizados a partir de modelos de voto econômico são capazes de auferir consistentemente se há responsabilização dos governadores ou não pelo mecanismo eleitoral.

Nesta dissertação, o teste empírico conduzido para responder à pergunta de pesquisa consiste em saber se a probabilidade de reeleição de um governador ou de seu partido varia de acordo com o desempenho da economia estadual, da economia nacional, seja ou não condicionado pela pertença do candidato ao partido do presidente, ou a nenhuma delas, não tendo relação com a economia, como será explicado em detalhe mais adiante. Também serão testados os efeitos do gasto público sobre a probabilidade de reeleição e os efeitos condicionantes das

diferenças entre estados (quanto ao grau de autonomia em relação ao governo federal e quanto a possíveis diferenças de estrutura econômica). Uma vez que a variável dependente da pesquisa (denominada *reeleito*) é dicotômica – recebe valor 1 se houver reeleição e 0 se não houver – a técnica estatística utilizada é a regressão logística.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas na pesquisa é a construção da variável dependente. A reeleição para cargos do executivo foi permitida pela legislação brasileira apenas a partir da eleição de 1998 e, na maioria dos casos incluídos na pesquisa, os partidos políticos tiveram de lançar candidatos novos. Como recurso analítico, se optou por expandir a definição de reeleição para torná-lo o mais abrangente possível. São considerados candidatos à reeleição (nos termos desta pesquisa) todos aqueles que representarem a continuidade do governo. Há três razões principais para expandir o critério: evitar viés de seleção; dar conta da realidade partidária e eleitoral dos estados brasileiros de maneira mais adequada; e ampliar o número de casos para melhorar a qualidade do teste estatístico. A seguir, o desenho de pesquisa e a seleção de casos serão explicitados. Logo abaixo, os critérios de construção da variável dependente, a classificação das eleições e o número de observações em cada classificação serão detalhados.

### **3.2 Desenho de Pesquisa e Seleção dos Casos**

Para responder à pergunta de pesquisa acima colocada, é necessário um estudo capaz de generalizar as respostas encontradas para todo o país e para o período em análise. Uma vez que a intenção neste trabalho é verificar se há ou não associação entre o comportamento dos eleitores, traduzidos em resultado eleitoral, e as políticas econômicas dos governos estaduais e do governo federal, deve-se conduzir um estudo quantitativo e com um grande número de casos. A unidade de análise da dissertação é o estado, e cada estado em um determinado ano de eleição produz uma observação.

Foram incluídos na pesquisa os vinte e seis estados brasileiros e o Distrito Federal. As eleições selecionadas foram as de 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006. Os estados do Amapá, Roraima, Tocantins e o Distrito Federal, no entanto, não existiam, eram considerados apenas territórios ou não conduziram eleições em 1986. Esses três estados e o Distrito Federal em 1990 não foram incluídos no banco de dados da pesquisa, uma vez que é impossível

determinar quem é o candidato à reeleição se não há governador em fim de mandato. Nos estados restantes, houve eleições ininterruptas durante todo o período pesquisado.

Apesar das eleições para governador terem iniciado em 1982, há importantes razões para que o período de análise comece em 1990. A mais relevante delas é que as eleições de 1982 e de 1986, as primeiras para governador desde o regime militar, não foram realizadas sob a mesma Constituição que as demais. Ainda que a Assembléia Nacional Constituinte tenha mantido as principais regras do sistema eleitoral sob as quais as eleições foram retomadas na década de 80 (a única mudança para as eleições para governador foi a introdução do segundo turno), as atribuições dos governadores e o funcionamento do arranjo federativo foram alterados com a promulgação da Constituição de 1988.

A estabilização do sistema partidário é outra razão para desconsiderar a década de 80 da análise. Entre o fim do bipartidarismo e os primeiros anos da década de 90 houve um intenso processo de criação de novas legendas. Mais ainda, em 1986 o partido do presidente em exercício (PMDB, do ex-presidente José Sarney) ganhou as eleições para governador em quase todos os estados e a inclusão deste ano na pesquisa poderia provocar fortes distorções nos resultados. Trata-se de um período muito excepcional na história política brasileira e de adaptação às novas instituições e, portanto, se optou por descartá-lo.

Ao todo, são 131 observações, 23 para o ano de 1990 e 27 para cada um dos demais anos. Dessas 131, três serão descartadas por incapacidade de se coletar informações precisas, como será discutido logo abaixo. Restam, portanto, 128 observações. Todos os dados eleitorais são utilizados em nível agregado e por estado. Apesar de diversas pesquisas sobre voto subnacional em outros países utilizarem dados de *survey* ou de pesquisas de índice de aprovação dos governos, no Brasil só será possível estudar todo o período pretendido e com cobertura nacional a partir de dados agregados dada a insuficiência de pesquisas regulares. Também os indicadores econômicos que servem de *proxy* para as políticas econômicas nacionais e estaduais e os dados sobre finanças públicas estaduais são secundários e agregados por estado. Conforme forem apresentadas as variáveis mais abaixo, as fontes, formas de coleta e construção dos dados serão explicitadas.

A primeira etapa da pesquisa consistiu na construção dos modelos teóricos que orientaram os testes empíricos. Em seguida, foram coletados os dados, cujas principais fontes são: IBGE

(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, cujos dados foram coletados pelo portal IPEADATA), STN/ (Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda), TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e o Banco de Dados Eleitorais do Brasil do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisa e Ensino do Rio de Janeiro), organizado pelo cientista político Jairo Marconi Nicolau. Essas fontes foram suficientes para a construção do banco de dados com informações sobre as 131 eleições estaduais ocorridas de 1990 a 2006. A partir desse banco de dados, foram conduzidos os testes estatísticos e interpretados os resultados. Os resultados estatísticos foram produzidos no software STATA.9.

### **3.3 Reeleição, o problema do multipartidarismo e a construção da variável dependente**

A maior dificuldade encontrada na pesquisa foi a construção da variável dependente, denominada REELEITO: se o candidato à reeleição foi eleito (REELEITO=1) ou não foi eleito (REELEITO=0). A escolha de uma variável dicotômica e não de uma variável contínua, ainda que torne mais complexo o teste estatístico, está relacionada a preferências analíticas: pouco importa para as finalidades desta pesquisa a diferença pela qual um candidato perdeu ou ganhou a eleição; interessa saber se a reeleição, como evento, ocorreu ou não. As fontes para a construção dessa variável são o TSE e o Banco de Dados Eleitorais do Brasil.

Em geral, os trabalhos sobre o voto para governador assumem como tentativa de reeleição não apenas a candidatura do governador cujo mandato termina, mas também a candidatura de um membro do partido do governador para sucedê-lo (EBEID; RODDEN, 2001, 2006; RODDEN; WIBBELS, 2005;). Parte-se sempre do pressuposto de que é o partido, e não o candidato individualmente, que busca a reeleição ou de que o candidato à reeleição é aquele que representa a continuidade das políticas e do grupo político do governador.

Em países bipartidários, como no Canadá ou Estados Unidos, ou em países nos quais dois grandes partidos predominam na disputa pelos cargos do executivo, a exemplo da Argentina, a construção da variável dependente é facilitada pela lógica bipartidária, sendo possível identificar claramente qual é o partido que busca a reeleição. No caso brasileiro, porém, as disputas estaduais ocorrem em um contexto multipartidário complexo. Não é somente o número de partidos, a migração partidária e a troca de nome, divisão ou fusão dos partidos



que tornam a construção dessa variável tarefa complicada. A lógica das coligações eleitorais e das coalizões de governo aumentam enormemente a complexidade do cenário partidário estadual brasileiro. Quinze partidos distintos elegeram governadores de 1990 a 2006<sup>11</sup>. Oito governadores que obtiveram mandatos consecutivos foram eleitos para o segundo mandato em um partido diferente do que foram eleitos para o primeiro. Das 131 eleições, em 40 delas o partido vitorioso na eleição anterior não apresentou nenhuma candidatura e em treze casos sequer participou de alguma coligação eleitoral de candidatos a governador.

A variação da legislação eleitoral é também outro problema que contribuiu para aumentar a complexidade do cenário. Em 1990, as eleições para governador ocorreram separadamente das eleições para presidente. A partir da eleição de 1998, foi permitida a reeleição direta do governador por mais um mandato. E, por fim, em 2006, as coligações eleitorais estiveram limitadas pelas coligações nacionalmente estabelecidas (verticalização das alianças).

Na pesquisa, as 131 eleições estaduais brasileiras estudadas foram classificadas nas seguintes situações<sup>12</sup>: 1- o governador concorreu à reeleição (se houve possibilidade) pelo mesmo partido pelo qual foi eleito anteriormente; 2- o governador concorreu à reeleição (se houve possibilidade) por um partido diferente daquele pelo qual foi eleito anteriormente; 3- o partido pelo qual o governador foi eleito lançou um novo candidato; 4- o partido pelo qual o governador foi eleito apoiou um candidato de outro partido, fazendo parte de sua coligação; 5- o governador apoiou um candidato de um partido que fazia parte de sua coligação eleitoral na última eleição, mas seu partido não faz parte da coligação deste candidato; 6- o governador apoiou um candidato de outro partido, mas seu partido não faz parte da coligação; 7- nenhum dos candidatos é apoiado pelo governador. Infelizmente, não há dados disponíveis sobre coligações estaduais que certamente permitiria classificar as eleições estaduais de maneira mais adequada. Não foi encontrada na literatura nenhuma tentativa semelhante de classificação das eleições para governador.

---

<sup>11</sup> PDS, PDT, PFL (DEM), PMDB, PPB (PP), PPR, PPS, PRS, PSC, PSDB, PSL, PT, PTB e PTR.

<sup>12</sup> Exceto para os casos nos quais o governador se candidatou ao fim de seu primeiro mandato sob outra legenda, foram desconsideradas as trocas de partido nessa classificação.

**TABELA 3.1**  
**Classificação das eleições estaduais de 1990 a 2006**

	Ano					Total
	1990	1994	1998	2002	2006	
Governador concorreu à reeleição pelo mesmo partido	0	0	13	9	11	<b>33</b>
Governador concorreu à reeleição por outro partido	0	0	5	0	3	<b>8</b>
Partido pelo qual o governador foi eleito lançou candidato	14	13	5	12	6	<b>50</b>
Partido pelo qual o governador foi eleito entrou em coligação	6	6	2	4	4	<b>22</b>
Governador apoiou candidato de um partido que o havia apoiado	1	1	1	2	0	<b>5</b>
Governador apoiou um candidato de outro partido	2	4	1	0	3	<b>10</b>
Nenhum candidato é apoiado pelo governador	0	3	0	0	0	<b>3</b>
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>131</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e do Banco de Dados Eleitorais do Brasil (IUPERJ)

Como a reeleição para cargos executivos foi proibida até as eleições de 1998, em apenas 64 das 131 eleições estaduais ocorridas entre 1990 e 2006 houve possibilidade de reeleição. Dos governadores que poderiam ter competido pela reeleição, 41 (64%) o fizeram, oito dos quais por um partido político diferente daquele pelo qual foi eleito. Em 64% dos casos o partido vencedor na eleição anterior lançou novamente candidato. Somadas, as situações nas quais o governador em fim de mandato entrou na disputa eleitoral ou o partido pelo qual foi eleito lançou candidato perfazem quase 70% dos casos observados. Segue abaixo as tabelas com a distribuição das eleições que compõe a amostra de acordo com cada situação. Para os nomes dos governadores eleitos e os candidatos por eles apoiados vide Apêndice B.

**TABELA 3.2**  
**Classificação das eleições estaduais de 1990 a 2006**

	Ano					
	1990 e 1994		1998 a 2006		Total	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mesmo governador e/ou partido	27	54%	64	79%	<b>91</b>	<b>69%</b>
Outro Partido	23	46%	17	21%	<b>40</b>	<b>31%</b>
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>	<b>81</b>	<b>100%</b>	<b>131</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e do Banco de Dados Eleitorais do Brasil (IUPERJ)

Nas tabelas 3.1 e 3.2, apenas 54% dos casos nos anos de 1990 e 1994 correspondem ao mesmo partido lançando candidatura após o término de quatro anos à frente do governo estadual. A razão para um valor tão baixo é facilmente encontrada quando se analisa caso a caso: diversos governadores mudaram de legenda ao longo de seus mandatos e, por várias vezes, o partido pelo qual foi eleito deixou de ter importância nas eleições estaduais. Conseqüentemente, os candidatos apoiados pelo governador não são do mesmo partido pelo qual este foi eleito. A partir de 1998, 79% dos candidatos são governadores buscando reeleição direta ou o mesmo partido lançando candidato. Os valores refletem a diminuição da criação de legendas e da migração de partido por parte dos governadores a partir de 1994 (com reflexos nos dados sobre 1998).

Ao lidar com o sistema partidário brasileiro, não é possível adotar os mesmos critérios utilizados por pesquisadores que estudaram países de sistema bipartidário, ou seja, não é possível pressupor que só são candidatos à reeleição aqueles lançados sob a mesma legenda do governador eleito. Em 30% dos casos, o partido vencedor na eleição anterior não lançou candidatura própria e em 10% sequer participou em alguma coligação eleitoral. Em quase todos estes casos, o candidato que representará a continuação do governo é de outro partido que não o do governador e desconsiderar este aspecto da política brasileira traria sérios prejuízos analíticos para a pesquisa.

A definição de candidato à reeleição adotada nesta pesquisa para a construção da variável dependente REELEITO é a mais ampla possível: o candidato à reeleição é aquele que representa a continuação do governo que termina. Inversamente, busca-se saber se houve ou não mudança de governo. O critério de determinação do candidato à reeleição é, portanto, o

recebimento do apoio eleitoral do governador em fim de mandato. Em ordem de preponderância, são consideradas candidaturas de reeleição aquelas em que: o governador é o candidato ao segundo mandato; o candidato for do partido vencedor na eleição anterior; o partido vencedor na eleição anterior estiver na coligação, ainda que o candidato não seja do partido; o candidato for apoiado pelo governador. Em outras palavras, todas as observações que foram classificadas na tabela 3.1 nas situações de 1, 2, 3, 4, 5 e 6 serão computadas como casos de tentativa de reeleição, perfazendo 128 observações. Em apenas três casos não foi possível identificar um candidato à reeleição, tal qual o critério estabelecido nesta pesquisa.

A principal razão para a adoção dessa definição é a crença de que ela é mais adequada para lidar com o contexto partidário brasileiro após a Constituição de 1988. A maioria das situações nas quais o governador não pôde permanecer por mais um mandato o partido se preocupou em lançar um sucessor. No estado da Paraíba, por exemplo, o PMDB governou de 1986 a 2002 sem que nenhum governador tenha permanecido dois mandatos.

Nas situações em que o partido vencedor na eleição precedente não apresentou candidatura, não necessariamente inexistirá um candidato plenamente identificado com o governo que se encerra. Pelo contrário, a regra é que haja apoio explícito do governador a um dos candidatos, ainda que este apresente plataforma eleitoral que destoe das políticas de seu apoiador. Um dos exemplos mais emblemáticos é o do Rio de Janeiro nas últimas três eleições. Anthony Garotinho foi eleito governador do estado em 1998 pelo PDT. Terminou seu mandato pelo PSB, partido pelo qual foi candidato à presidência da república em 2002, e foi sucedido por sua esposa, Rosinha Garotinho, eleita também pelo PSB. Em 2003, ambos migraram para o PMDB, partido que lançou Sérgio Cabral à sucessão de Rosinha Garotinho para governo do estado em 2006. Sérgio Cabral já havia sido apoiado por Anthony e Rosinha Garotinho em 2002 quando foi eleito senador pelo Rio de Janeiro.

Há uma segunda e importante razão para a ampliação da definição de candidato à reeleição. Se fossem escolhidos apenas os casos nos quais o governador se candidata para um segundo mandato ou nos quais há continuidade partidária entre as eleições (o partido vencedor em uma eleição apresenta candidato na eleição seguinte), haveria sérios riscos de incorrer em viés de

seleção<sup>13</sup>. Porque alguns governadores não tentam permanecer oito anos no governo? Porque um partido no governo não lançaria um novo candidato? Sendo impossível responder a essas questões, a opção foi trabalhar na pesquisa com todas as eleições para as quais foi possível coletar dados confiáveis. Ainda assim, em caráter secundário, no Apêndice C são apresentados os resultados utilizando outras duas definições para candidato à reeleição: somente os governadores que podem se reeleger e tentam fazê-lo (totalizando 41 observações); todos os governadores que tentam se reeleger (pelo mesmo partido pelo qual foram eleitos ou não) acrescidos dos candidatos lançados pelo partido pelo qual o governador em fim de mandato foi eleito (ao todo 91 observações). Como poderá se observar, os resultados gerais se mantêm quando muda o critério.

Por fim, a terceira razão para a ampliação da definição e da adoção do critério acima explicitado é que ainda não há um histórico de eleições estaduais brasileiras no período pós-Constituição de 1988 suficientemente grande para realizar pesquisas quantitativas sem ampliar os critérios tal como nesta pesquisa. Conforme sejam realizadas mais eleições para governador, esta pesquisa necessitará, sem dúvida alguma, ser revista.

### **3.4 Hipóteses centrais: *voto econômico subnacional e voto de referendo***

Uma vez resolvido o problema da definição do que são candidatos à reeleição, resta saber quais são as variáveis que influenciam as eleições para governador dos estados brasileiros. Segundo Rodden (2005), as autoridades subnacionais têm seu sucesso eleitoral determinado tanto por um componente referente ao seu desempenho local quanto por um componente referente ao desempenho de seu partido nacionalmente. Como trabalhado anteriormente, a literatura aponta para a existência dos dois padrões de responsabilização política, correspondente a esses dois componentes apontados por Rodden (2005): *voto econômico subnacional e voto de referendo*.

A existência do *voto econômico subnacional* depende da relação entre reeleição do governador (ou de seu candidato) e o desempenho da economia estadual. Segundo Géliveau

---

<sup>13</sup> Em pesquisas futuras seria interessante utilizar modelos estatísticos de seleção – a exemplo do *Heckman Selection Model with Probit* – para investigar se há diferenças entre os candidatos que poderiam se reeleger e sequer tentaram e os candidatos que efetivamente concorreram à reeleição.

(2002), há evidências de que os eleitores brasileiros fazem uma avaliação retrospectiva do governador com base nos resultados da economia estadual<sup>14</sup>. Espera-se, portanto, que os candidatos à reeleição sejam beneficiados eleitoralmente por um bom desempenho da economia estadual. Logo, a primeira hipótese desta pesquisa é:

*H1: A probabilidade de reeleição nas eleições para governador aumenta quanto melhor for o desempenho da economia estadual.*

Em contraste, a existência do voto de referendo depende da relação entre reeleição dos membros do partido do presidente da república nos governos estaduais e o desempenho da economia nacional. Supõe-se que os candidatos à reeleição que pertençam à base presidencial sejam beneficiados eleitoralmente por um bom desempenho da economia nacional<sup>15</sup>. Logo, a segunda hipótese deste trabalho é:

*H2: A probabilidade de reeleição nas eleições para governador aumenta quanto melhor for o desempenho da economia nacional se o candidato pertencer ao partido do presidente da república.*

É fundamental observar que a hipótese H2 é uma hipótese condicional. Assume-se no *voto de referendo* que o efeito da economia nacional sobre as chances de reeleição ocorre somente se o candidato for correligionário do presidente da república. Logo, se espera que os candidatos que não sejam do partido presidencial não sejam afetados pela performance da economia nacional. Entretanto, a literatura tem apontado para a possibilidade de que todos os governadores, independentemente do partido ao qual pertençam, tenham seus destinos eleitorais associados ao presidente da república. Rodden e Wibbels (2005) demonstraram que na Argentina a condição partidária do candidato não faz efeito e todos os governadores têm suas chances eleitorais influenciadas pela economia nacional. Remmer e Gélinau (2003, 2005), apesar de terem obtido indícios da existência do *voto de referendo* na Argentina,

---

<sup>14</sup> É importante lembrar que a medida utilizada por Gélinau (2002) para a economia estadual é a expectativa de desemprego retirada de um *survey* do Instituto Datafolha de 1997, e que sua variável dependente é a avaliação sobre o governador. Pode-se argumentar que a expectativa de desemprego não é uma *proxy* adequada do desempenho da economia estadual.

<sup>15</sup> Uma das maneiras mais utilizadas para auferir a existência de *voto de referendo* é associar o desempenho eleitoral dos candidatos a governador ou sua popularidade com a popularidade do presidente. As pesquisas de popularidade do presidente no Brasil, entretanto, passaram a ser regulares apenas a partir do final da década de 1990 e não há série histórica disponível para o período de análise desta pesquisa. Futuramente, incluir a popularidade do presidente nos modelos teóricos representaria um grande ganho para a pesquisa,

encontraram que todos os governadores são beneficiados eleitoralmente quando a economia nacional vai bem. Gélinau (2002), como discutido acima na revisão de literatura, assume que o mesmo ocorre para o caso brasileiro. Segundo o autor, os eleitores percebem de alguma forma que os governadores são subordinados do governo federal e atrelam seus destinos ao do presidente da república. Logo, alternativamente à hipótese H2 sobre o *voto de referendo*, é importante formular uma hipótese sobre os potenciais efeitos da economia nacional em todas as candidaturas:

*H3: A probabilidade de reeleição nas eleições para governador aumenta quanto melhor for o desempenho da economia nacional.*

É a partir do teste de H1, H2 e H3 que se responderá se os eleitores brasileiros são capazes de responsabilizar os governadores e seus partidos pelo resultado das políticas públicas estaduais através do voto. Se as hipóteses H1 e H2 forem rejeitas conjuntamente, duas conclusões são possíveis. Assumindo que a premissa desta pesquisa sobre a importância do componente econômico no voto está correta, a rejeição da existência do *voto econômico subnacional* e do *voto de referendo* permite concluir que não existe controle eleitoral sobre os governadores dos estados brasileiros. Se, no entanto, a premissa não é aceita, se pode concluir que os fatores econômicos não são capazes de explicar o voto para governador no Brasil e que os eleitores responsabilizam os governadores pelo resultado de outras políticas públicas.

### **3.5 Hipóteses secundárias: o desempenho fiscal**

Ao explorarmos a literatura sobre voto econômico em outras federações, encontramos ainda possíveis relações entre a reeleição de governadores e fatores ligados a finanças públicas. A principal delas é a relação entre reeleição e o desempenho fiscal. Entretanto, há divergência sobre se essa relação é positiva ou negativa. Autores como Brender e Drazen (2005) argumentaram que em novas democracias, dentre as quais o Brasil estaria incluído, apresentam níveis de déficit corrente maiores em anos eleitorais do que democracias mais antigas. Estes autores apontaram que a produção de déficits está ligada ao manejo do orçamento público com a finalidade de obter vantagens eleitorais. Os achados destes autores concordam com os de Remmer e Gélinau (2003, 2005), que indicam que os governadores argentinos de fato usam seus orçamentos para aumentar suas chances de reeleição, produzindo

déficits fiscais. Por sua vez, Jones, Meloni e Tommasi (2007) encontraram que os eleitores argentinos são “fiscalmente liberais”, ou seja, beneficiam eleitoralmente o aumento dos gastos públicos *per capita*, concordando com Brender e Drazen (2005). Assumindo a possibilidade de se encontrar uma relação positiva entre gasto e público e chances de reeleição nesta pesquisa temos que:

*H4a: A probabilidade de reeleição do nas eleições para governador aumenta quanto maior for o déficit fiscal.*

Contudo, há que se considerar a possibilidade inversa. Peltzman (1992) obtém como resultado de sua pesquisa que os eleitores americanos são “fiscalmente conservadores” e punem os governadores pelo aumento dos gastos estaduais. Lowry, Alt e Ferree (1998) encontraram resultados semelhantes aos de Peltzman demonstrando que os eleitores norte-americanos punem o partido do governador desequilíbrios fiscais utilizados em eleições legislativas estaduais. Arvate, Avelino e Tavares (2008), contrariando Brender e Drazen (2005), evidenciam que, para o caso brasileiro, a probabilidade de reeleição aumenta com superávits correntes. Assim, alternativamente a H4a, temos:

*H4b: A probabilidade de reeleição do nas eleições para governador aumenta quanto maior for o superávit fiscal.*

### **3.6 Hipóteses secundárias: o federalismo brasileiro diferenças entre os estados**

Em nenhuma das hipóteses anteriormente elaboradas foi contemplada a possibilidade de que existam diferenças ou assimetrias entre os estados. O país foi até então tratado de forma homogênea. Contudo, em todos os países federativos é de se esperar que os estados e províncias tenham padrões políticos distintos entre si. Ebeid e Rodden (2001, 2006), em trabalho sobre os Estados Unidos, demonstraram que as diferenças entre os membros da federação alteram as condições sobre as quais as eleições estaduais são realizadas e os políticos responsabilizados. Quando se explora a literatura sobre o federalismo brasileiro, duas diferenças que podem influenciar os padrões de responsabilização política são particularmente notadas: diferenças no grau de dependência do governo federal entre os



estados; e diferenças de estrutura econômica entre os estados. Essas duas diferenças serão tratadas como condições que mediarão os efeitos das hipóteses principais.

O debate sobre o federalismo no Brasil aponta que as assimetrias e disparidades econômicas entre os estados foram um dos aspectos a moldar a construção das relações entre os governos estaduais e o governo central ao longo da história. Essas diferenças produzidas inicialmente na economia resultavam também em diferenças políticas entre os estados e, por conseguinte, diferentes relações estabelecidas com o governo federal. Ebeid e Rodden (2001, 2006) argumentam que estados cuja produção é menos diversificada e mais dependente de produtos primários estão mais vulneráveis à flutuação internacional de preços, às políticas econômicas nacionais e a decisões tomadas na arena nacional sobre determinados setores da economia. A expectativa é que os eleitores desses estados retirem responsabilidade do governador sobre a economia e a coloquem sobre o presidente. Nos demais estados se espera que a figura central a ser responsabilizada pela economia seja o governador. Portanto, estados mais dependentes de produtos primários devem ter maior propensão ao *voto de referendo*, enquanto de estados com economia industrial e mais diversificada se espera que sejam mais propensos ao *voto econômico subnacional*:

*H5: O impacto marginal da economia estadual sobre a probabilidade de reeleição será maior em estados mais industrializados.*

Por fim, sobre as diferenças no grau de dependência, há estados brasileiros nos quais as receitas advêm primordialmente de transferências fiscais do governo federal enquanto outros estados são capazes de gerar a maior parte de suas receitas com arrecadação tributária. A expectativa é de que os estados com grande dependência de transferências fiscais apresentem padrões de reeleição distintos daqueles estados capazes de produzir a maior parte de seus recursos. É de se esperar que em estados que arrecadem a maior parte das suas receitas os governadores tenham maior capacidade de influenciar o resultado da economia. Logo:

*H6: O impacto marginal da economia estadual sobre a probabilidade de reeleição será maior em estados em estados menos dependentes do governo federal.*

Entretanto, de acordo com Moura Neto et al (2006), estados que recebem mais transferências fiscais tem diferenciais salariais do setor público em relação ao setor privado maiores do que

estados menos dependentes de transferências fiscais. Supõe-se que as transferências fiscais tenham grande impacto sobre o emprego público. Se assim for, em estados mais dependentes de recursos federais a responsabilidade do governador sobre o desemprego será maior. Portanto, há que se considerar que, quando se tratar de desemprego, o impacto da variável econômica seja inverso:

*H6b: O impacto marginal da economia estadual sobre a probabilidade de reeleição será maior em estados em estados menos dependentes do governo federal.*

Na próxima seção são explicadas as variáveis independentes a serem inseridas nos modelos teóricos e a relação delas com cada uma das hipóteses. Segue abaixo um quadro com as hipóteses da dissertação:

### **QUADRO 3.1** **Hipóteses da pesquisa**

- 
- 
- H1: A probabilidade de reeleição nas eleições estaduais aumenta quanto melhor for o desempenho da economia estadual*
- H2: A probabilidade de reeleição nas eleições estaduais aumenta quanto melhor for o desempenho da economia nacional se o candidato pertencer ao partido do presidente da república*
- H3: A probabilidade de reeleição nas eleições estaduais aumenta quanto melhor for o desempenho da economia nacional*
- H4a: A probabilidade de reeleição nas eleições estaduais aumenta quanto maior for o déficit fiscal*
- H4b: A probabilidade de reeleição nas eleições estaduais aumenta quanto maior for o superávit fiscal*
- H5: O impacto marginal do desemprego estadual sobre a probabilidade de reeleição será maior em estados em estados menos dependentes do governo federal*
- H6a: O impacto marginal do desemprego estadual sobre a probabilidade de reeleição será maior em estados mais industrializados.*
- H6b: O impacto marginal da economia estadual sobre a probabilidade de reeleição será maior em estados em estados menos dependentes do governo federal.*
- 

Fonte: Elaboração própria

### **3.7 Variáveis independentes**

As principais variáveis independentes da pesquisa são as variáveis de desempenho econômico estadual e nacional. A grande maioria dos trabalhos sobre o voto econômico adota como

indicadores de desempenho econômico três variáveis: crescimento da renda; desemprego e inflação. Entretanto, não existem dados sobre inflação para todos os estados brasileiros para o período de análise. Os dados de inflação são coletados em geral somente em determinadas regiões metropolitanas e os índices são produzidos para representar a variação nacional dos preços. A ausência de um indicador de inflação disponível inviabiliza a sua inclusão na pesquisa. Logo, ainda que a inflação tenha sido uma das variáveis fundamentais da economia nacional nas décadas de 1980 e 1990, os indicadores de desempenho econômico utilizados nesta pesquisa serão desemprego e crescimento da renda.

Tal como ocorre com a inflação, os institutos de pesquisas e órgãos oficiais não publicam nenhum indicador de desemprego para todos os estados brasileiros. A alternativa encontrada na pesquisa foi construir as variáveis de desemprego a partir da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios), que é uma pesquisa IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de abrangência nacional sobre as características socioeconômicas da população brasileira semelhante ao Censo, mas realizada por amostras. Pelas respostas dos questionários da PNAD é possível verificar se o entrevistado tinha trabalho no momento da pesquisa e, no caso de não trabalhar, se buscava trabalho. A partir dessas duas informações foi possível calcular uma medida de desemprego que contemplasse todos os estados em todos os anos pesquisados<sup>16</sup>. Ainda que os valores encontrados não reflitam com precisão a quantidade de desempregados dos estados brasileiros nos anos estudados e não necessariamente se assemelhem aos valores de desemprego publicados pelos institutos de pesquisas e órgãos oficiais, o indicador obtido serve como uma medida confiável da variação nos níveis de emprego entre os anos e entre os estados. A construção da variável desemprego é explicada em detalhes no Apêndice A.

Para calcular o crescimento econômico, por sua vez, se utilizou na pesquisa o PIB estadual (fonte: IPEADATA)<sup>17</sup>. O PIB não é a melhor medida para utilizar em pesquisas sobre o voto econômico, pois seu valor reflete a renda total do Estado, ocultando eventuais distorções na distribuição de renda. Inicialmente, a opção era trabalhar na pesquisa com um valor da renda dos eleitores calculada a partir da PNAD da mesma forma que o desemprego. No entanto,

---

<sup>16</sup> De maneira breve, o procedimento adotado foi o cálculo dos valores de pessoas empregadas e de pessoas desempregadas dentro da população economicamente ativa por estado para os anos nos quais houve PNAD. Em seguida, calculou-se:  $\text{Desempregados}/(\text{Empregados}+\text{Desempregados})$ .

<sup>17</sup> PIB Estadual a preços constantes - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional (fonte: IPEADATA)

devido às mudanças de moeda e à alta inflação no período anterior a 1994, houve dificuldades para trazer os valores da renda encontrada na PNAD a valores presentes. No Apêndice A, estão disponíveis os valores correntes da renda total e renda de todos os trabalhos das pessoas com mais de 10 anos para os estados brasileiros encontrados a partir da PNAD para serem utilizados em pesquisas futuras como substituto do PIB no cálculo do crescimento da renda.

Os valores de desemprego e do crescimento da renda adotados na pesquisa serão os valores do ano da eleição, e não do mandato completo. Existem pesquisas que optam por utilizar indicadores de todo o mandato sob o argumento de que os eleitores não consideram apenas a performance recente dos políticos na escolha do voto, e sim todo o período para o qual o político foi eleito. Há um grande debate na literatura de *political business cycle*<sup>18</sup> sobre os efeitos políticos das eleições sobre os ciclos macroeconômicos. Autores que trabalharam com o ciclo político argumentam que há uma variação dos indicadores econômicos provocada pelo calendário eleitoral, uma vez que políticos tomariam decisões sobre políticas econômicas objetivando melhores performances eleitorais. Trabalhar com o mandato ou com o ano da eleição é uma escolha aberta ao pesquisador e depende do entendimento que se tem sobre o comportamento dos eleitores na hora de decidir seu voto. As hipóteses desta pesquisa foram construídas tendo em mente o impacto das variáveis econômicas medidas no ano eleitoral sobre a probabilidade de reeleição. Será pressuposta nesta dissertação, portanto, a primazia do ano eleitoral sobre o mandato na escolha do voto. Ademais, como a literatura que serviu de subsídio a esta dissertação e com a qual se pretende comparar os resultados desta pesquisa utiliza o ano da eleição, para que as comparações sejam válidas se adotou o mesmo critério. Nada impede, porém, de que futuramente sejam utilizados os valores das variáveis calculadas para o mandato em novas pesquisas.

As principais variáveis independentes utilizadas como medidas de desempenho econômico serão: desemprego estadual no ano da eleição (DESEMP\_EST); desemprego nacional no ano da eleição (DESEMP\_NAC); crescimento da renda estadual no ano da eleição (RENDA\_EST); e crescimento da renda nacional no ano da eleição (RENDA\_NAC). Além dos valores absolutos para os estados, serão incluídos indicadores relativos de desemprego e de crescimento da renda para os estados (DESEMP\_REL e RENDA\_REL). Estas duas

---

<sup>18</sup> Para uma discussão detalhada sobre *political business cycle* ver Drazen (2000).

variáveis são calculadas a partir subtração dos valores do desemprego e do crescimento da renda estaduais pelos valores nacionais.

As duas variáveis econômicas relativas são de fundamental importância para a pesquisa. Analiticamente, estas variáveis representam o desempenho do estado em relação ao restante da federação<sup>19</sup>. Ainda que o país apresente uma melhoria (ou deterioração) da economia, os estados podem apresentar resultados econômicos distintos da média nacional. A razão apontada por Ebeid e Rodden (2001, 2006) para a inclusão destas variáveis é que os eleitores podem estar preocupados com o desempenho do governador comparativamente ao de outros estados. Quando forem inseridas as variáveis de desemprego e renda nacional nos modelos teóricos, as variáveis relativas substituirão as estaduais.

Se explorada inicialmente a relação entre as variáveis econômicas estaduais e as chances de reeleição, um resultado contraditório é encontrado. Candidatos reeleitos apresentaram taxas de crescimento do PIB claramente maiores do que os candidatos não-reeleitos, seja quando são observados os dados absolutos ou dados relativos da economia estadual. Entretanto, o desemprego apresenta uma relação inversa: foram as observações nas quais não houve reeleição as que apresentaram taxas de desemprego menores nos anos eleitorais. Sem controlar por outras variáveis, portanto, não podemos chegar a nenhuma conclusão quanto aos efeitos da economia estadual sobre as chances de reeleição.

**TABELA 3.3**  
**Economia estadual X REELEITO**

	Desemprego		Crescimento da renda	
	Estadual	Relativo	Estadual	Relativo
<b>Não-reeleitos</b>	7,03%	-0,36%	3,91%	2,16%
<b>Reeleitos</b>	7,69%	-0,47%	7,20%	4,21%

Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE e IPEADATA

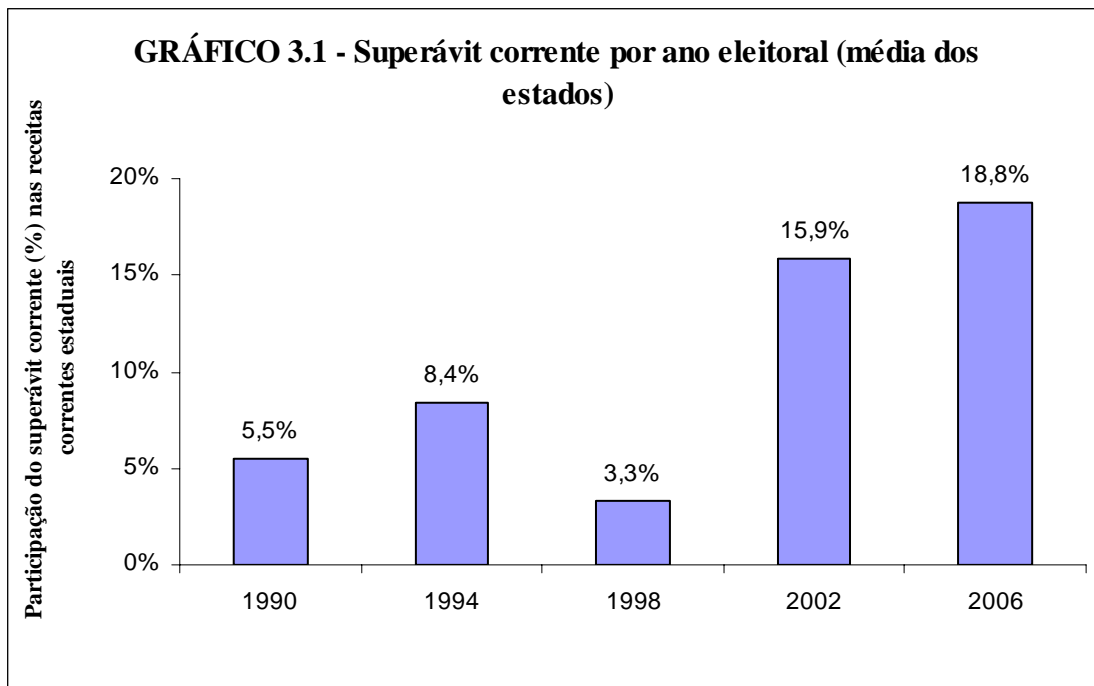
Uma observação importante sobre as variáveis econômicas é que há baixa correlação entre crescimento da renda e desemprego. Pesquisadores normalmente evitam utilizar essas duas variáveis juntas no mesmo modelo. Entretanto, como a correlação entre as variáveis estaduais e variáveis relativas é baixa (0,2487 para as primeiras e -0,0995 para as segundas), serão

<sup>19</sup> Nos termos de Leigh e McLeish (2008), as variáveis DESEMP\_EST e RENDA\_EST corresponderiam ao que os autores denominaram “sorte” e as variáveis DESEMP\_REL e RENDA\_REL corresponderiam ao que denominaram “competência”.

construídas três especificações em cada modelo – uma apenas com variáveis de crescimento da renda, uma apenas com variáveis de desemprego e outra com ambas. As variáveis nacionais apresentaram correlação um pouco mais alta (0,7840), mas é preciso lembrar que existem apenas cinco valores para estas variáveis em toda a pesquisa (uma para cada ano eleitoral).

Foi escolhida como medida de gasto público o resultado corrente dos governos estaduais. A variável DEFICT representa a participação da diferença entre as receitas e despesas correntes nas receitas correntes do estado no ano da eleição. Estados que apresentam valores positivos nesta variável são estados que obtiveram superávit corrente e estados que apresentam valores negativos são estados que produziram déficit corrente. A variável DEFICT servirá não apenas para testar as hipóteses H4a e H4b, mas também como uma importante variável de controle. Todos os dados sobre receita e despesas estaduais foram retirados diretamente da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF).

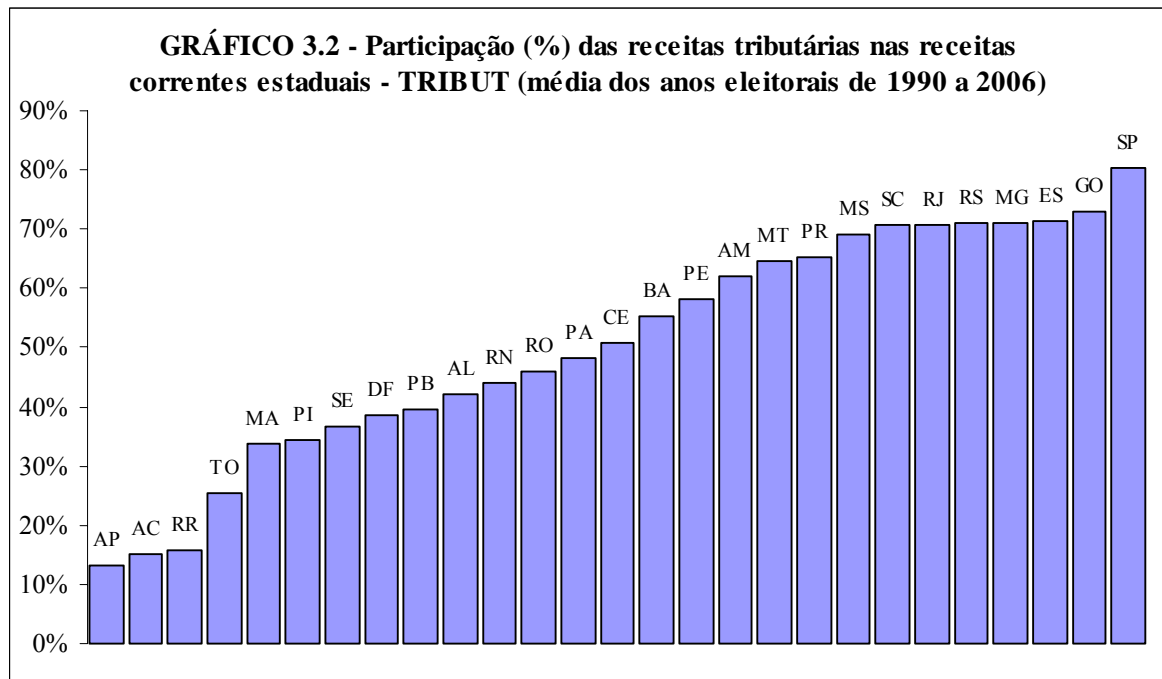
Quando se separa a variável DEFICT entre reeleitos e não-reeleitos, vemos que há uma grande diferença entre as médias das observações: casos de não-reeleição apresentam uma média de 7,38% de superávit corrente, enquanto casos de reeleição têm 13,8% de superávit em média. Ao que parece, quanto maior do superávit corrente, maiores as chances de reeleição, tal como descrito na hipótese H4b. Como se pode ver pelo Gráfico 3.1, a partir de 2002 os valores de superávit corrente sobrem de maneira significativa, provavelmente resultado da Lei de Responsabilidade Fiscal aprovada em 2001.



Fonte: STN/MF

Sobre a autonomia ou dependência financeira dos estados em relação ao governo federal, se optou por criar a variável **TRIBUT**, que representa a participação das receitas tributárias nas receitas correntes do estado no ano da eleição<sup>20</sup>. Valores mais próximos de 1 na variável **TRIBUT** significam baixa dependência de recursos federais e valores próximos de 0 alta dependência. Espera-se que esta variável, quando inserida no modelo em interação com as variáveis econômicas, condicione os efeitos da economia sobre as chances de reeleição. Trata-se de um procedimento semelhante ao de Ebeid e Rodden (2001, 2006) com relação aos efeitos mediadores da estrutura econômica dos estados. Seguindo as recomendações de Brambor, Clark e Golder (2005) para modelos de interação, sempre que for utilizada em interação com outras variáveis, a variável **TRIBUT** será incluída também de maneira direta no modelo, ainda que se espere que seu coeficiente não seja estatisticamente diferente de zero.

<sup>20</sup> Uma outra possibilidade para se construir um indicador autonomia dos estados em relação ao governo federal seria calcular a participação das transferências advindas do governo federal na receita corrente. Esta variável teria valor próximo ao de  $(1 - \text{TRIBUT})$ . Como as contas de transferências estão espalhadas em várias rubricas nos demonstrativos fornecidos pela STN/MF, se optou por utilizar a variável calculada a partir de receitas tributárias, cujo valor é mais facilmente encontrado.



Fonte: IPEADATA

Vê-se, pelo Gráfico 3.1, que há grande variação da participação das receitas tributárias nas receitas estaduais. A média nos anos eleitorais para São Paulo, estado mais independente de recursos federais, é de pouco mais de 80%. Amapá, Acre e Roraima, entretanto, têm médias abaixo de 20% das receitas correntes. Há, portanto, grande variação quanto ao grau de dependência em relação ao governo federal, uma vez que se espera que os estados mais à esquerda no gráfico recebam muito mais recursos de transferências proporcionalmente à sua capacidade de gerar recursos.

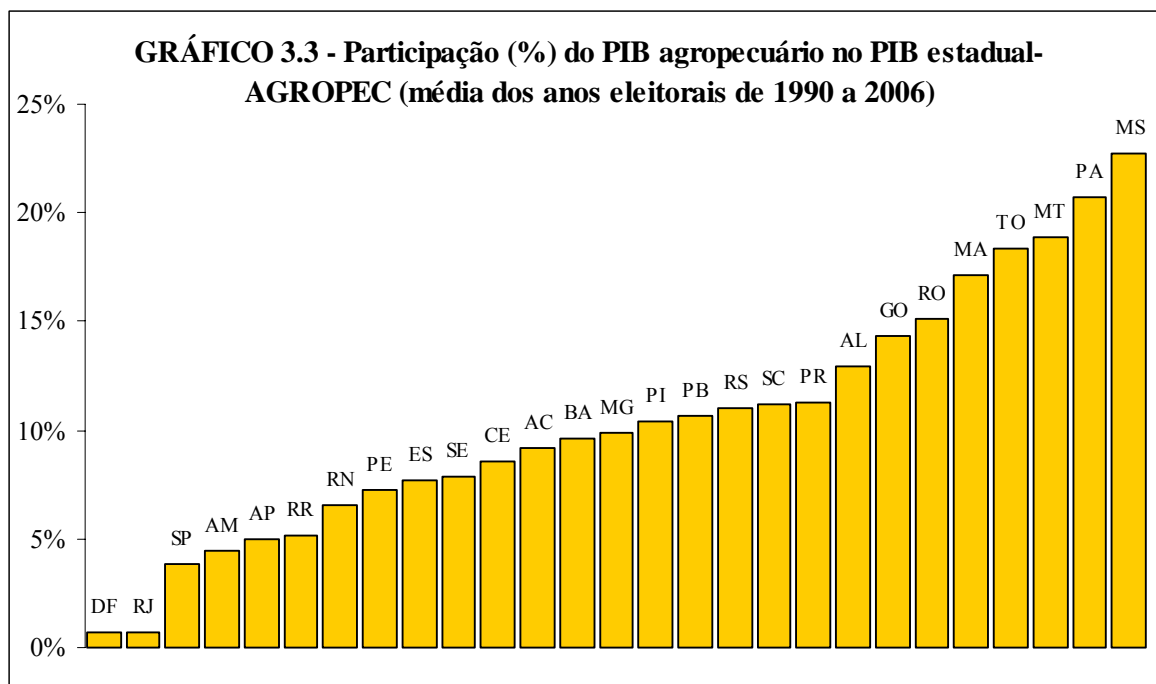
O mesmo tratamento dado à variável TRIBUT será dado à variável AGROPEC. Esta variável servirá para condicionar os resultados pelas diferenças econômicas entre os estados da federação. AGROPEC representa a participação do PIB agropecuário<sup>21</sup> no PIB estadual no ano da eleição<sup>22</sup>. A fonte dos valores do PIB da agropecuária e do PIB total é o IPEADATA. Quanto mais próximo de 1, maior a participação da produção agropecuária no PIB estadual. Também a variável AGROPEC tem grande variação, como se observa abaixo no Gráfico 3.2. O Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo são os estados em que PIB agropecuário é proporcionalmente menor, representando menos de 5% do PIB total na média dos anos

<sup>21</sup> PIB Estadual - agropecuária - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional (fonte: IPEADATA).

<sup>22</sup> PIB Estadual a preços constantes - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional (fonte: IPEADATA).



eleitorais. Em outros estados (RO, MA, TO, MT, PA e MS), a média passa de 15% do PIB estadual. Esses dados reafirmam a existência de diferenças na estrutura econômica entre os estados.



Fonte: IPEADATA

Também são incluídas na pesquisa algumas variáveis políticas relevantes. A primeira delas é a variável GOVERN, que indica se o candidato à reeleição é o próprio governador do estado (GOVERN=1) ou não (GOVERN=0). Se há vantagens inerentes ao governador na disputa estadual é esperado que esta variável influencie a probabilidade de reeleição. Como se pode observar na Tabela 4.1, dentre os 41 governadores que se candidataram à reeleição 73% deles obtiveram um segundo mandato. Contrariamente, candidatos do partido do governador ou simplesmente apoiado por eles apresentam uma taxa de reeleição de apenas 39,1%. O teste de  $\chi^2$  da tabela abaixo indica uma forte associação entre a presença do governador na disputa e a probabilidade de reeleição. Mais adiante, nos modelos estatísticos, é esperado que o coeficiente da variável GOVERN tenha significância estatística e sinal positivo.

**TABELA 3.4**  
**GOVERN X REELEITO**

	Governador		Outro		Total	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
<b>Não-reeleitos</b>	11	26,8%	53	60,9%	64	50,0%
<b>Reeleitos</b>	30	73,2%	34	39,1%	64	50,0%
<b>Total</b>	41	100,0%	87	100,0%	128	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e do Banco de Dados Eleitorais do Brasil (IUPERJ)  
Pearson Chi2: 12,9543 Pr: 0,000

Para captar possíveis efeitos da coincidência entre as eleições para presidente e governador será incluída a variável CASACA. A literatura aponta que a vitória de um candidato à presidência em eleições simultâneas tem efeitos positivos nas demais candidaturas do partido, uma vez que há reciprocidade de apoio entre as candidaturas (EBEID e RODDEN, 2001, 2006). A esse fenômeno dá-se o nome de efeito casaca (do inglês *coattail*). Na pesquisa, exceto para a eleição de 1990, na qual não houve disputa para presidente, toda vez que o partido do candidato fizer parte da coligação eleitoral vitoriosa nacionalmente a variável CASACA será codificada como 1. Nas demais observações será codificada como 0. Se há efeitos positivos em participar da coligação eleitoral de um candidato a presidente vitorioso sobre a probabilidade de reeleição nos estados se espera que esta variável tenha significância estatística.

**TABELA 3.5**  
**CASACA X REELEITO**

	Partido do candidato a presidente eleito		Outro partido		Total	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
<b>Não-reeleitos</b>	5	38,5%	59	51,3%	64	50,0%
<b>Reeleitos</b>	8	61,5%	56	48,7%	64	50,0%
<b>Total</b>	13	100,0%	115	100,0%	128	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e do Banco de Dados Eleitorais do Brasil (IUPERJ)  
Pearson Chi2: 0,7706 Pr: 0,380

Pela Tabela 3.5, o resultado encontrado vai na direção do que se espera: dentre os treze candidatos pertencentes ao partido do candidato a presidente vencedor em eleições simultâneas a proporção de reeleitos (61,5%) é maior do que de não reeleitos. O inverso ocorre para os membros dos demais partidos: um pouco menos da metade (48,7%) se reelegeu. Apesar disso, o teste  $\chi^2$  indica não haver associação entre a variável CASACA e a

variável dependente. Certamente, o baixo número de observações na coluna da esquerda influencia este resultado.

Por fim, será incluída a variável PART\_PRES, que indica se o candidato à reeleição é do mesmo partido do presidente da república em exercício ou é de outro partido (PART\_PRES=1 quando o candidato for do partido do presidente e PART\_PRES=0 quando não for). A introdução desta variável também atende aos propósitos de condicionar o impacto do desempenho econômico sobre as chances de reeleição. A existência do *voto de referendo* é auferida pela relação entre os candidatos à reeleição do partido do presidente e a economia nacional. A variável PART\_PRES interagirá com as variáveis de desempenho econômico nacional – RENDA\_NAC e DESEMP\_NAC para que se possa testar a hipótese H2. Quando for incluída diretamente no modelo, dela se espera nenhum impacto estatisticamente relevante sobre a variável dependente.

Infelizmente, apenas em 19 eleições havia um candidato à reeleição pertencente ao partido do presidente, o que prejudica a construção da TABELA 4.3. A distribuição na tabela indica que os correligionários do presidente tiveram resultados eleitorais melhores do que os políticos de outros partidos. A taxa de reeleição entre membros do partido presidencial foi de 63,2%. Dentre os candidatos de outros partidos, a quantidade de reeleitos e de não reeleitos é quase a mesma: 47,7% e 52,3%, respectivamente. O teste  $\chi^2$  da tabela indica que as diferenças entre os grupos de partidários do presidente e os demais não é estatisticamente significativa.

**TABELA 3.6**  
**PART\_PRES X REELEITO**

	Partido do presidente		Outro partido		Total	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
<b>Não-reeleitos</b>	7	36,8%	57	52,3%	64	50,0%
<b>Reeleitos</b>	12	63,2%	52	47,7%	64	50,0%
<b>Total</b>	19	100,0%	109	100,0%	128	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e do Banco de Dados Eleitorais do Brasil (IUPERJ)

Pearson Chi2: 1,5451

Pr: 0,214

Segue abaixo um quadro com as descrições das variáveis e fontes:

**QUADRO 3.2**  
**Variáveis da pesquisa**

<b>Variável</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>
REELEITO (Var. dependente)	1 se houve reeleição e 0 se não houve	TSE; IUPERJ
GOVERN	1 se governador é candidato à reeleição; 0 se governador não é candidato	TSE; IUPERJ
CASACA	1 se candidato for de um partido da coligação vitoriosa nas eleições presidenciais; 0 se for de outro partido ou eleições não coincidirem	TSE; IUPERJ
DEFICIT	Diferença entre receitas e despesas estaduais correntes sobre receitas estaduais correntes no ano da eleição	STN/MF
RENDA_EST	Crescimento do PIB estadual no ano da eleição	IPEADATA
RENDA_NAC	Crescimento do PIB nacional no ano da eleição	IPEADATA
RENDA_REL	Diferença entre RENDA_EST e RENDA_NAC	IPEADATA
DESEMP_EST	Desemprego estadual no ano da eleição	PNAD (IBGE)
DESEMP_NAC	Desemprego nacional no ano da eleição	PNAD (IBGE)
DESEMP_REL	Diferença entre DESEMP_EST e DESEMP_NAC	PNAD (IBGE)
PART_PRES	1 se candidato à reeleição for do partido do presidente; 0 se for de outro partido	TSE; IUPERJ
TRIBUT	Receitas tributárias sobre receitas estaduais no ano da eleição	STN/MF
AGROPEC	PIB estadual na agropecuária sobre PIB estadual no ano da eleição	IPEADATA

Fonte: Elaboração própria

## 4 MODELOS TEÓRICOS E OS RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa. Foram construídos cinco modelos distintos para testar as hipóteses apresentadas no Capítulo 3. Ao final do capítulo, os resultados encontrados são avaliados e comparados com outras pesquisas apresentadas na revisão da literatura.

### 4.1 Um modelo simples de voto econômico para governador

Se os estados forem considerados como unidades políticas independentes da federação, recebendo, portanto, o mesmo tratamento dado a países, é possível construir um modelo mais simples de voto econômico nas eleições estaduais. Neste modelo, são ignorados os possíveis efeitos da economia nacional sobre a estadual e se assume que o governador é o único responsável pelos resultados econômicos de seu estado. Assim, os indicadores de desempenho econômico utilizados são DESEMP\_EST e RENDA\_EST e busca-se fundamentalmente saber se estas variáveis têm impacto sobre as chances de reeleição do governador ou seu candidato (variável dependente: REELEITO).

Além dos indicadores de desempenho econômico estadual, constam no modelo as seguintes variáveis: GOVERN, que indica a presença de um governador na disputa (em oposição a um candidato apoiado por ele); CASACA, para captar possíveis efeitos positivos nas chances de reeleição advindos da relação do candidato a governador com um candidato a presidente vitorioso (em eleições coincidentes); e DEFICT, para se testar a hipótese de que o manejo orçamentário pode ter impacto (positivo ou negativo, tal como discutido previamente) nas chances de reeleição. A equação deste modelo é:

$$\text{REELEITO} = \beta_0 + \beta_1 * (\text{Economia Estadual})_{ij} + \beta_2 * (\text{DEFICIT})_{ij} + \beta_3 * (\text{GOVERN})_{ij} + \beta_3 * (\text{CASACA})_{ij} + e_{ij}^{23}$$

---

<sup>23</sup> O termo  $e_{ij}$  é o resíduo do modelo; os diferentes  $\beta$  são os coeficientes das variáveis independentes;  $ij$  é a observação do estado  $i$  no ano  $j$ . Nas tabelas nas quais os testes estatísticos são apresentados, o valor fora do parênteses é o coeficiente (ou o antilogaritmo da *odds ratio*) e o valor entre parênteses é o erro padrão.

**TABELA 4.1****Modelo 1: efeitos da economia estadual sobre a reeleição**

<b>Variável Independente</b>	<b>Especificação 1</b>	<b>Especificação 2</b>	<b>Especificação 3</b>
<b>GOVERN</b>	1,454 *** (0,434)	1,450 *** (0,441)	1,450 *** (0,442)
<b>CASACA</b>	0,098 (0,661)	0,068 (0,658)	0,097 (0,661)
<b>DEFICIT</b>	0,023 * (0,012)	0,024 ** (0,012)	0,023 * (0,012)
<b>RENDA_EST</b>	0,012 (0,015)		0,012 (0,015)
<b>DESEMP_EST</b>		0,015 (0,061)	0,003 (0,063)
<b>CONSTANTE</b>	-0,770 ** (0,272)	-0,825 * (0,496)	-0,788 (0,499)
<b>Efeito Fixo</b>	não	não	não
<b>N</b>	128	128	128

Variável Dependente (REELEITO): 1 se houve reeleição; 0 se não houve reeleição

Os valores entre parênteses abaixo dos coeficientes são os erros padrão

\*\*\* significante a 0,01; \*\* significante a 0,05; \* significante a 0,1

Duas observações preliminares são importantes antes de serem apresentados os resultados. A primeira delas é que quando se inclui o efeito fixo nas especificações, perdem-se cinco observações devido ao fato de que em nenhuma eleição no estado do Rio Grande do Sul o candidato à reeleição foi vitorioso. De maneira geral, a inclusão do efeito fixo altera muito pouco os níveis de significância dos coeficientes dos cinco modelos que serão apresentados e não altera os sinais destes coeficientes, as tabelas com o efeito fixo foram deixadas para o Apêndice C.

Como em 1994 o IBGE não realizou a PNAD, para evitar perder observações na pesquisa se estimou um valor do desemprego para 1994 a partir dos valores de 1993 e 1995. Assim, a segunda observação é que, junto às especificações dos modelos que incluem o efeito fixo estão as especificações nas quais não consta o ano de 1994 na amostra para garantir valores mais precisos das variáveis de desemprego. Como as mudanças nos coeficientes são muito pequenas e não há alteração em nenhum nível de significância das variáveis se optou novamente por manter apenas as especificações com o maior número de casos no texto principal da dissertação.

Tal como esperado pela análise da TABELA 3.4, a variável GOVERN é significativa ao nível de 0,01 em todas as especificações do modelo. O sinal do coeficiente desta variável é positivo e se for convertido para *odds ratio*<sup>24</sup>, tem-se que quando o próprio governador é candidato à reeleição suas chances são aproximadamente 4,3 vezes maiores em relação aos demais candidatos, em qualquer uma das especificações. A presença do governador na disputa, tal como se suspeitava, é um importante fator na determinação do resultado da eleição estadual. Em contraste, a outra variável política de controle inserida no modelo, CASACA, não tem significância estatística. Aparentemente, ser correligionário de um candidato à presidência vitorioso em eleições simultâneas não altera as chances de reeleição.

A variável DEFICIT também é significativa nas três especificações. Quando o desemprego é utilizado como medida da performance da economia estadual, a variável DEFICIT é significativa ao nível de 0,05; nas demais especificações, é significativa ao nível de 0,10. Os coeficientes desta variável têm sinal positivo e as *odds ratio* são maiores que 1 em todas as especificações. Como os valores positivos da variável DEFICIT significam que as receitas correntes foram maiores do que as despesas correntes, as chances de reeleição de um governador ou de seu candidato aumentam quanto maior for o superávit corrente. Este resultado nos leva à rejeição da hipótese H4a: governadores que gastam mais em final de mandato não aumentam suas chances de reeleição. Segundo estes primeiros resultados, os governadores capazes de manter as despesas correntes menores do que as receitas correntes são beneficiados eleitoralmente, sustentando a hipótese H4b e a tese de que os eleitores brasileiros são “fiscalmente conservadores”.

Entretanto, a alteração nas chances de reeleição ocasionada pela produção de superávit corrente é pequena se comparado ao impacto da presença do próprio governador na disputa eleitoral. Para um aumento de 1% no superávit corrente as chances de um candidato aumentam em 0,023 (observe-se que este valor não é o coeficiente, mas a *odds ratio* menos 1). Assim, de acordo com este resultado, se um governador produzir 20% das receitas

---

<sup>24</sup> Nas tabelas são apresentados os coeficientes encontrados na regressão logística. A interpretação dos coeficientes, entretanto, não é muito simples e convém convertê-lo para *odds ratio* (OR). O coeficiente da regressão logística é o logaritmo natural da *odds ratio*, ou seja,  $OR = e^{(\text{COEFICIENTE})}$ . Quando o coeficiente for negativo, OR será menor do que 1 e o aumento de uma unidade na variável independente diminui em (1-OR) as chances do evento ocorrer em relação a não ocorrer. Neste capítulo, “chances”, ou “razão de diferença” é sinônimo de *odds ratio* e distinto de probabilidade (p). “Chance” é a probabilidade (p) de um evento ocorrer (reeleição) sobre a probabilidade (1-p) dele não ocorrer (não-reeleição).

correntes de superávit corrente ao invés de igualar receitas e despesas correntes, ele aumenta suas chances de reeleição em 0,58.

Por fim, as variáveis de desempenho econômico estadual RENDA\_EST e DESEMP\_EST não têm significância estatística em nenhuma das especificações. Não se observa neste modelo, portanto, nenhum indício de *voto econômico subnacional*, seja com crescimento da renda, do desemprego ou de ambos como indicadores da economia estadual, e inicialmente a hipótese H1 é rejeitada. Contudo, este modelo apresentado é o mais simples possível, por tratar os estados como unidades políticas independentes. Na seção seguinte, é apresentado um modelo mais adequado para testar do *voto econômico subnacional*.

#### **4.2 Economia estadual versus economia nacional e o voto de referendo**

A razão da inadequação do modelo anterior é simples: não há qualquer controle dos efeitos da economia nacional sobre os indicadores econômicos estaduais. Tal como discutido anteriormente, os governadores não dispõem de instrumentos plenos de política econômica e o resultado econômico estadual depende de decisões e restrições impostas no âmbito federal. É por esta razão que desde os primeiros trabalhos sobre voto econômico para governador a possibilidade de que ocorra o *voto de referendo* como substituto do *voto econômico subnacional* é considerada. Estados não são unidades políticas completamente autônomas.

Para aprimorar o modelo anterior foi estabelecido o mesmo procedimento adotado por Ebeid e Rodden (2001, 2006): substituir as variáveis econômicas estaduais RENDA\_EST e DESEMP\_EST por variáveis nacionais (RENDA\_NAC e DESEMP\_NAC) e pelas variáveis de desempenho relativo (RENDA\_REL e DESEMP\_REL). Essa troca permite controlar o efeito da economia nacional e testar apenas o efeito do desempenho econômico do estado em relação ao restante da federação. A equação do Modelo 2 é:

$$\text{REELEITO} = \beta_0 + \beta_1 * (\text{Economia Relativa})_{ij} + \beta_2 * (\text{Economia Nacional})_{ij} + \beta_3 * (\text{DEFICIT})_{ij} + \beta_4 * (\text{GOVERN})_{ij} + \beta_5 * (\text{CASACA})_{ij} + e_{ij}$$

Há também uma segunda vantagem na substituição das variáveis. Remmer e Gélinau (2003, 2005) e Rodden e Wibbels (2005) encontraram que o desempenho da economia nacional afeta



todos os governadores independentemente dos partidos aos quais pertençam e Gélinau (2002) afirmou que a avaliação que os eleitores brasileiros fazem do presidente e dos governadores caminham juntas. A introdução das variáveis econômicas nacionais – sem qualquer mediação pelo sistema partidário – está em concordância com a possibilidade, aventada pela literatura, de que fatores nacionais influenciem as chances de reeleição nos estados e permitirá o teste da hipótese H3.

**TABELA 4.2**  
**Modelo 2: efeitos da economia estadual e nacional sobre a reeleição**

Variável Independente	Especificação 1	Especificação 2	Especificação 3
GOVERN	1,506 *** (0,440)	1,505 *** (0,482)	1,516 *** (0,516)
CASACA	0,150 (0,670)	0,093 (0,666)	0,166 (0,678)
DEFICIT	0,024 ** (0,012)	0,025 ** (0,012)	0,024 ** (0,012)
RENDA_REL	0,022 (0,019)		0,023 (0,020)
RENDA_NAC	-0,005 (0,027)		-0,010 (0,046)
DESEMP_REL		0,030 (0,079)	0,045 (0,082)
DESEMP_NAC		-0,006 (0,097)	0,017 (0,166)
CONSTANTE	-0,780 *** (0,272)	-0,675 (0,719)	-0,901 (1,156)
Efeito Fixo	não	não	não
N	128	128	128

Variável Dependente (REELEITO): 1 se houve reeleição; 0 se não houve reeleição

Os valores entre parênteses abaixo dos coeficientes são os erros padrão

\*\*\* significante a 0,01; \*\* significante a 0,05; \* significante a 0,1

Quando observadas as variáveis que foram mantidas do modelo anterior (GOVERN, CASACA e DEFICT), são encontrados resultados muito semelhantes e que reforçam os achados do modelo anterior. A variável CASACA segue sem ter significância estatística. A variável GOVERN, por sua vez, mantém altos níveis de significância em todas as especificações e seus coeficientes são ligeiramente maiores. As chances de reeleição aumentam aproximadamente 4,5 vezes se o candidato for o próprio governador em qualquer uma das três especificações.

Com relação à variável DEFICIT, ademais de um pequeno aumento nos coeficientes (cerca de 0,01 para as três especificações), os níveis de significância estatística nas especificações em que se utilizou o crescimento da renda passaram de 0,1 para 0,05, reafirmando a explicação anterior sobre a relação entre superávit corrente e reeleição. Novamente, a hipótese H4b e a tese de que os eleitores brasileiros punem a produção de déficits em anos eleitorais é sustentada.

A substituição das variáveis econômicas estaduais pelos indicadores relativos e nacionais não provocou o efeito esperado. Ainda que a teoria apresente o Modelo 2 como mais adequado aos propósitos desta pesquisa, a mudança em relação ao Modelo 1 não surtiu nenhum efeito relevante e as medidas de performance econômica continuam sem significância estatística. A partir destes resultados, é mantida a rejeição da hipótese H1, sobre a existência do *voto econômico subnacional*. A hipótese H3, sobre os possíveis efeitos da economia nacional em todas as tentativas de reeleição nos governos estaduais também foi rejeitada.

No Modelo 2 não foi contemplada a possibilidade de que a economia nacional tenha efeitos apenas sobre os candidatos à reeleição que sejam correligionários do presidente da república. Se parte da avaliação que os eleitores fazem sobre os governadores está ligada ao desempenho nacional de seu partido, se espera que os fatores nacionais – nesta dissertação representados pelos fatores econômicos – tenham impacto apenas sobre a probabilidade de reeleição dos candidatos pertencentes ao partido do presidente da república. Trata-se de testar a H2, que é uma hipótese condicional, tal como colocado no capítulo anterior.

Assim, para aprimorar o Modelo 2, além das variáveis econômicas, foi inserida a variável PART\_PRES (quando o candidato for correligionário do presidente, PART\_PRES=1; quando não for, PART\_PRES=0) em interação com as variáveis de desempenho econômico nacional (RENDA\_NAC e DESEMP\_NAC). Seguindo as orientações de Brambor, Clark e Golder (2005)<sup>25</sup>, a variável PART\_PRES também foi incluída diretamente no modelo por fazer parte do termo de interação, ainda que não se espere que sozinha tenha impacto na variável dependente. A equação do Modelo 3 é:

---

<sup>25</sup> Segundo Brambor et al (2003), quando são utilizadas interações entre as variáveis para testar hipóteses condicionais, tal como as hipóteses H2, H5 e H6 desta dissertação, exceto sob condições muito específicas, todos os termos da interação devem ser incluídos no modelo, mesmo que a expectativa é que seus coeficientes não sejam estatisticamente diferentes de zero.

$$\text{REELEITO} = \beta_0 + \beta_1 * (\text{Economia Relativa})_{ij} + \beta_2 * (\text{Economia Nacional})_{ij} * (\text{PART\_PRES})_{ij} + \beta_3 * (\text{Economia Nacional})_{ij} + \beta_4 * (\text{PART\_PRES})_{ij} + \beta_5 * (\text{DEFICIT})_{ij} + \beta_6 * (\text{GOVERN})_{ij} + \beta_7 * (\text{CASACA})_{ij} + e_{ij}$$

**TABELA 4.3**  
**Modelo 3: efeitos da economia nacional sobre a reeleição,**  
**considerando associação dos candidatos com o presidente da**  
**república**

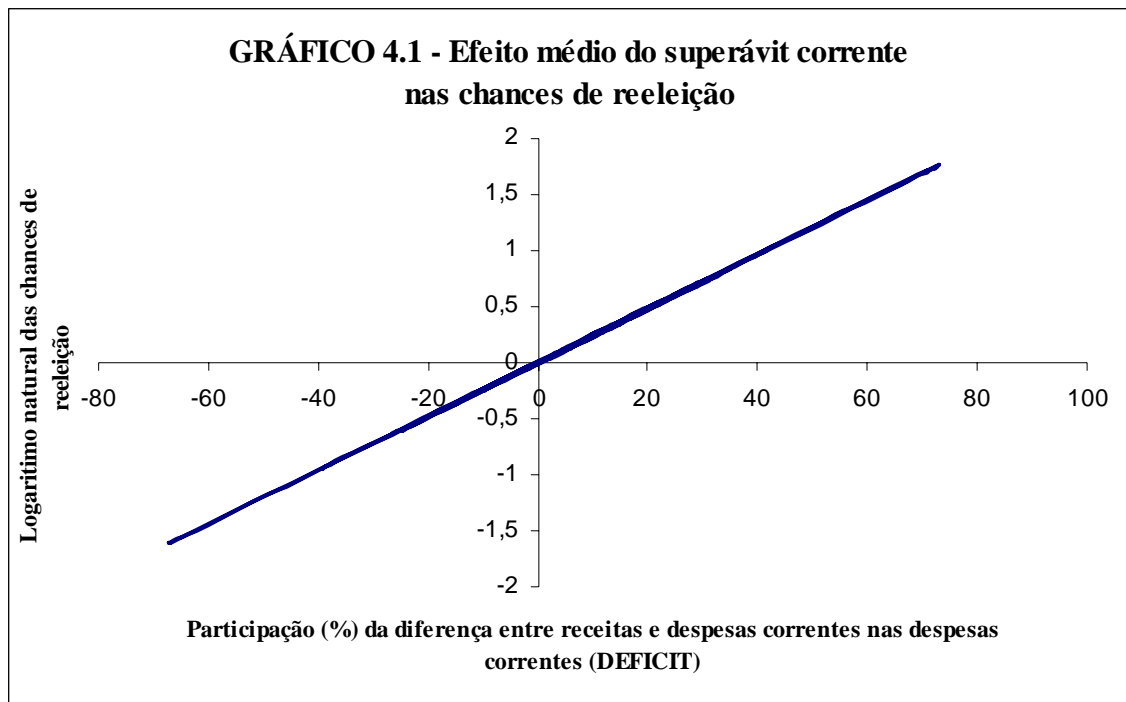
Variável Independente	Especificação 1	Especificação 2	Especificação 3
<b>GOVERN</b>	1,506 *** (0,442)	1,517 *** (0,483)	1,550 *** (0,524)
<b>CASACA</b>	-0,211 (0,788)	-0,263 (0,776)	-0,030 (0,903)
<b>DEFICIT</b>	0,024 ** (0,012)	0,026 ** (0,012)	0,024 ** (0,012)
<b>RENDA_REL</b>	0,022 (0,019)		0,024 (0,020)
<b>RENDA_NAC</b>	-0,008 (0,029)		-0,011 (0,050)
<b>RENDA_NAC * PART_PRES</b>	0,012		0,055 (0,144)
<b>DESEMP_REL</b>		0,027 (0,080)	0,047 (0,084)
<b>DESEMP_NAC</b>		-0,018 (0,103)	0,007 (0,178)
<b>DESEMP_NAC * PART_PRES</b>		0,007 (0,286)	-0,182 (0,530)
<b>PART_PRES</b>	0,591 (0,706)	0,553 (2,490)	1,962 (4,069)
<b>CONSTANTE</b>	-0,845 *** (0,281)	-0,608 (0,723)	-0,896 (1,227)
<b>Efeito Fixo</b>	não	não	não
<b>N</b>	128	128	128

Variável Dependente (REELEITO): 1 se houve reeleição; 0 se não houve reeleição

Os valores entre parênteses abaixo dos coeficientes são os erros padrão

\*\*\* significante a 0,01; \*\* significante a 0,05; \* significante a 0,1

Novamente, os resultados para as variáveis GOVERN, CASACA e DEFICIT se mantêm, com variações tênues nos coeficientes e nos erros padrão que pouco alteram a interpretação anterior sobre eles. A presença do governador na disputa eleitoral e a produção de superávits correntes são os fatores que, de acordo com o Modelo 3, contribuem para o aumento das chances de reeleição, confirmando os resultados dos Modelos 1 e 2.



Fonte: Elaboração própria

A hipótese condicional H2, testada pela introdução da interação entre as variáveis econômicas nacionais, RENDA\_NAC e DESEMP\_NAC, com a variável PART\_PRES foi rejeitada. Nenhuma das interações nas três especificações apresentou coeficiente estatisticamente diferente de zero e não se pode afirmar que os candidatos à reeleição que pertencem ao partido do presidente sejam prejudicados (beneficiados) pelo mau (bom) desempenho da economia nacional. A introdução do termo de interação também não modificou a significância das demais variáveis de desempenho econômico e pouco alterou o valor dos coeficientes. O Modelo 3, mesmo com o termo de interação, é muito semelhante ao Modelo 2.

### **4.3 Federalismo assimétrico e desproporcional: o efeito das diferenças entre as estruturas econômicas dos estados e do grau de autonomia em relação ao governo federal**

Uma das possíveis explicações para que as variáveis de desempenho econômico não tenham nenhum impacto estatisticamente relevante sobre as chances de reeleição nos governos estaduais é que seu efeito não é homogêneo para todo o país. As diferenças entre os estados podem gerar relações distintas entre economia e resultados eleitorais, tal como apontaram Ebeid e Rodden (2001, 2006).

As duas diferenças apontadas como relevantes pela literatura sobre o federalismo brasileiro são quanto ao grau de autonomia em relação ao governo federal e quanto à estrutura econômica dos estados. Em ambos os casos os, possíveis efeitos condicionais das diferenças serão captados pela introdução de uma variável contínua que traduza a variação entre os estados quanto à estrutura econômica e quanto ao grau de dependência, AGROPEC e TRIBUT, em interação com as variáveis de desempenho econômico relativo (RENDA\_REL e DESEMP\_REL). Novamente, seguindo as recomendações de Brambor, Clark e Golder (2005), AGROPEC e TRIBUT constarão diretamente no modelo, mesmo que não se espere delas qualquer influência sobre a variável dependente que seja estatisticamente relevante. A equação do Modelo 4 é:

$$\begin{aligned} \text{REELEITO} = & \beta_0 + \beta_1 * (\text{Economia Relativa})_{ij} + \beta_2 * (\text{Economia Relativa})_{ij} * (\text{AGROPEC})_{ij} + \\ & \beta_3 * (\text{Economia Nacional})_{ij} + \beta_4 * (\text{AGROPEC})_{ij} + \beta_5 * (\text{DEFICIT})_{ij} + \beta_6 * (\text{GOVERN})_{ij} + \\ & \beta_7 * (\text{CASACA})_{ij} + e_{ij} \end{aligned}$$

**TABELA 4.4**  
**Modelo 4: efeito da economia estadual sobre a reeleição,**  
**considerando diferenças de estrutura econômica entre os estados**

Variável Independente	Especificação 1	Especificação 2	Especificação 3
GOVERN	1,588 *** (0,455)	1,495 *** (0,488)	1,518 *** (0,533)
CASACA	0,148 (0,675)	0,101 (0,670)	0,139 (0,683)
DEFICIT	0,024 ** (0,012)	0,025 ** (0,012)	0,025 ** (0,012)
RENDA_REL	-0,001 (0,035)		-0,004 (0,037)
RENDA_REL * AGROPEC	0,002 (0,003)		0,002 (0,003)
RENDA_NAC	-0,007 (0,027)		-0,025 (0,048)
DESEMP_REL		0,216 (0,148)	0,212 (0,154)
DESEMP_REL * AGROPEC		-0,024 (0,017)	-0,021 (0,018)
DESEMP_NAC		-0,012 (0,102)	0,053 (0,177)
AGROPEC	-0,003 (0,032)	0,009 (0,033)	-0,002 (0,035)
CONSTANTE	-0,796 (0,433)	-0,884 (0,904)	-1,313 (1,376)
Efeito Fixo	não	não	não
N	128	128	128

Variável Dependente (REELEITO): 1 se houve reeleição; 0 se não houve reeleição

Os valores entre parênteses abaixo dos coeficientes são os erros padrão

\*\*\* significante a 0,01; \*\* significante a 0,05; \* significante a 0,1

Como se observa na Tabela 4.4, a inclusão das diferenças de estrutura econômica como condicionalidade para a relação entre economia estadual e reeleição não altera nenhum dos resultados anteriores. No Modelo 4, nem os termos de interação (DESEMP\_REL\* AGROPEC e RENDA\_REL\*AGROPEC), nem as variáveis dos termos inseridas diretamente apresentam coeficientes estatisticamente distintos de zero. GOVERN e DEFICIT permanecem como as duas únicas variáveis relevantes para explicar a reeleição para governador. Aparentemente, a ocorrência do *voto econômico subnacional* e do *voto de referendo* não é mediada pela estrutura econômica estadual, tal qual ocorre nos Estados Unidos segundo Ebeid e Rodden (2001, 2006) e como previa a hipótese H5 desta pesquisa.

As diferenças quanto ao grau de autonomia em relação ao governo federal, porém, se apresentam como condições fundamentais para que ocorra o *voto econômico subnacional*. A equação do Modelo 5 é:

$$\text{REELEITO} = \beta_0 + \beta_1 * (\text{Economia Relativa})_{ij} + \beta_2 * (\text{Economia Relativa})_{ij} * (\text{TRIBUT})_{ij} + \beta_3 * (\text{Economia Nacional})_{ij} + \beta_4 * (\text{TRIBUT})_{ij} + \beta_5 * (\text{DEFICIT})_{ij} + \beta_6 * (\text{GOVERN})_{ij} + \beta_7 * (\text{CASACA})_{ij} + e_{ij}$$

**TABELA 4.5**  
**Modelo 5: efeito da economia estadual sobre a reeleição,**  
**considerando diferenças de autonomia dos estados em relação ao**  
**governo federal**

Variável Independente	Especificação 1	Especificação 2	Especificação 3
GOVERN	1,471 *** (0,443)	1,907 *** (0,559)	2,121 *** (0,628)
CASACA	0,173 (0,679)	-0,126 (0,738)	0,005 (0,765)
DEFICIT	0,023 * (0,012)	0,023 * (0,012)	0,025 ** (0,012)
RENDA_REL	0,003 (0,043)		-0,055 (0,053)
RENDA_REL * TRIBUT	0,000 (0,001)		0,002 (0,001)
RENDA_NAC	-0,006 (0,027)		0,023 (0,050)
DESEMP_REL		-0,955 *** (0,350)	-1,128 *** (0,405)
DESEMP_REL * TRIBUT		0,022 *** (0,007)	0,026 *** (0,008)
DESEMP_NAC		-0,056 (0,103)	-0,113 (0,186)
TRIBUT	-0,011 (0,011)	-0,007 (0,012)	-0,010 (0,013)
CONSTANTE	-0,189 (0,682)	0,004 (1,059)	0,400 (1,572)
Efeito Fixo	não	não	não
N	128	128	128

Variável Dependente (REELEITO): 1 se houve reeleição; 0 se não houve reeleição

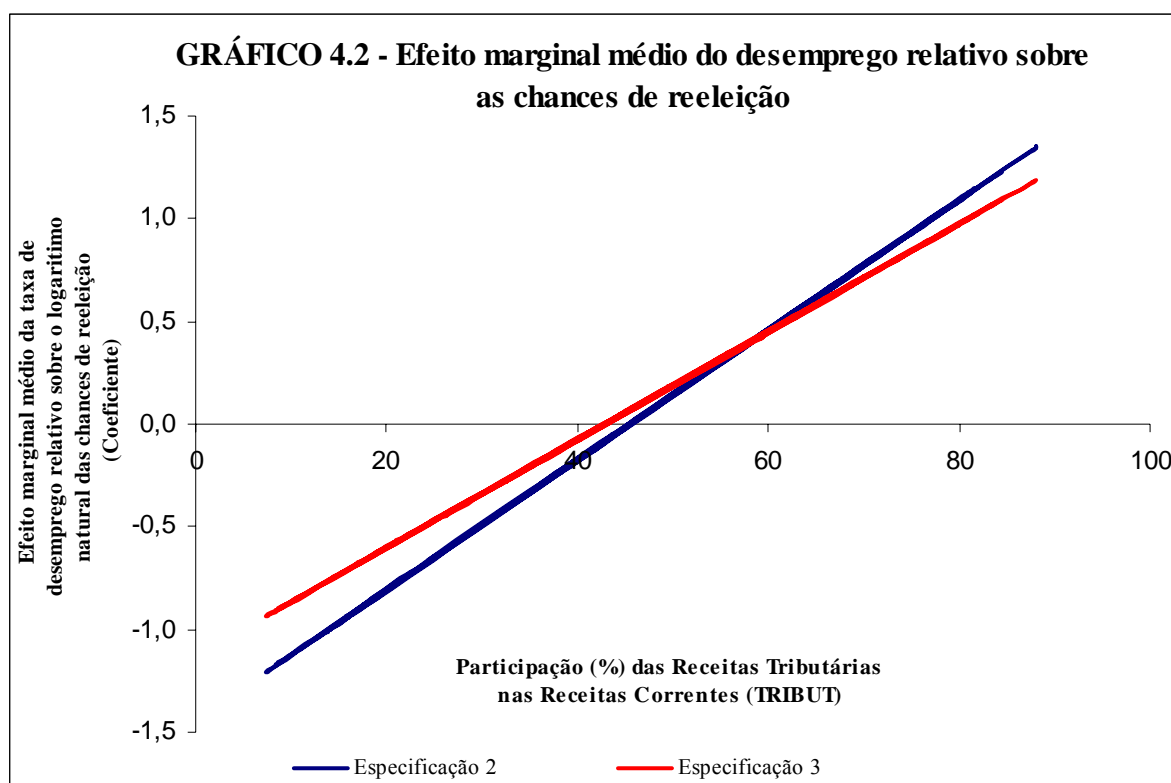
Os valores entre parênteses abaixo dos coeficientes são os erros padrão

\*\*\* significante a 0,01; \*\* significante a 0,05; \* significante a 0,1

No Modelo 5, em lugar de AGROPEC foi utilizada a variável TRIBUT em interação com os indicadores econômicos de desempenho relativo. A Especificação 1 apresenta resultados semelhantes aos demais modelos. Contudo, nas Especificações 2 e 3, nas quais o desemprego é usado como medida de desempenho econômico, a variável de desemprego relativo

(DESEMP\_REL) e o termo de interação entre o desemprego relativo e a *proxy* para as diferenças de autonomia com relação ao governo federal (DESEMP\_REL\*TRIBUT) são significantes ao nível de 0,01.

O desemprego relativo apresentou coeficiente negativo, mas a interpretação do coeficiente desta variável não é direta, pois os efeitos da diferença entre o desemprego estadual e o desemprego nacional são mediados pela autonomia do estado em relação ao governo federal. O impacto do desemprego relativo sobre as chances de reeleição depende do valor da variável TRIBUT e só pode ser entendido em termos marginais. Para a Especificação 2, o impacto marginal médio de DESEMP\_REL sobre a variável dependente é  $(0,032*TRIBUT - 1,44)$ ; para a Especificação 3 o valor é de  $(0,026 *TRIBUT - 1,13)$ . O Gráfico 4.2 apresenta os efeitos marginais médios do desemprego relativo sobre as chances de reeleição:



Fonte: Elaboração própria

Nas observações com menores valores para a participação das receitas tributárias nas receitas correntes, o efeito marginal médio do desemprego relativo sobre a variável dependente é negativo. Em outras palavras, para os estados mais dependentes do governo federal o aumento no desemprego relativo diminui as chances de reeleição. Contrariamente, para as observações



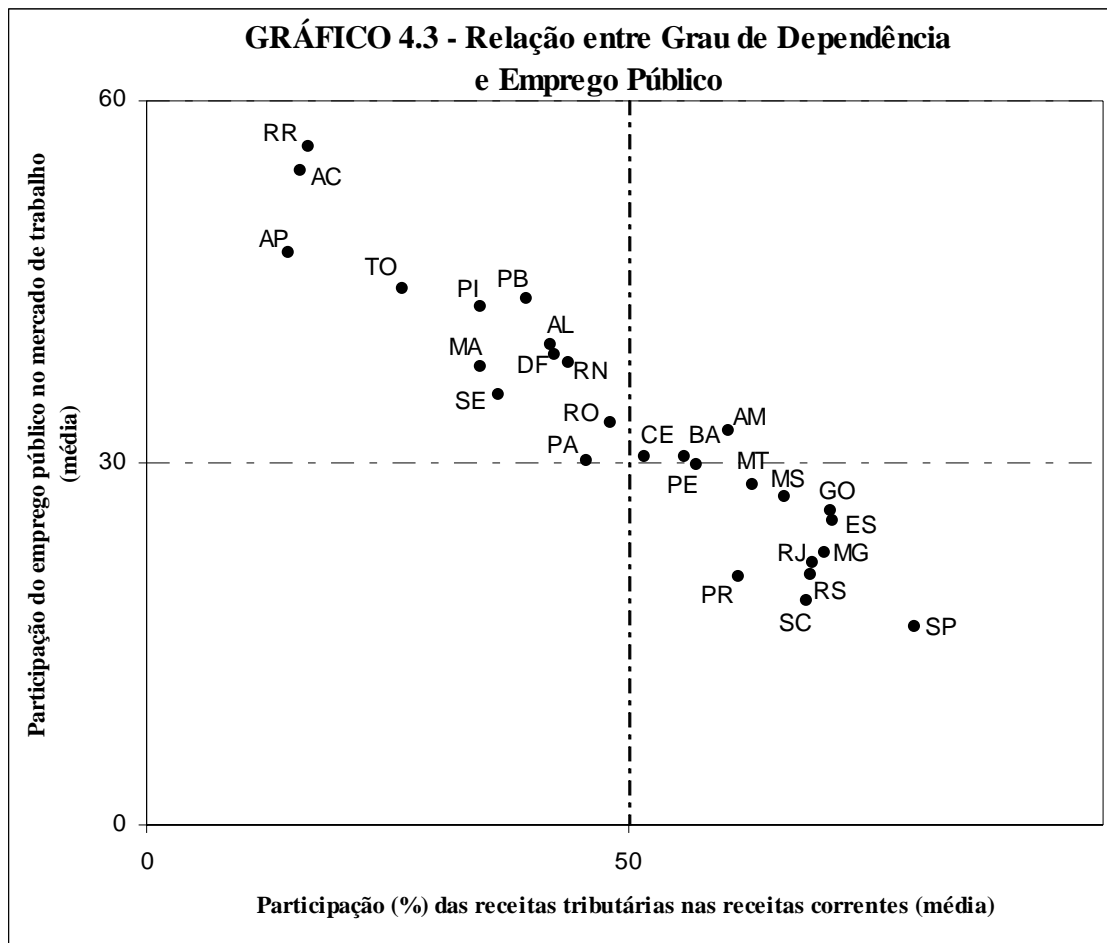
com valores altos na variável TRIBUT, o desemprego relativo tem impacto positivo, ou seja, o aumento do desemprego relativo aumenta as chances de reeleição.

O resultado encontrado no Modelo 5 causa certa estranheza. Governadores que dispõem de menos recursos próprios são responsabilizados pelo desemprego estadual de seus estados enquanto governadores mais autônomos em relação ao governo central são beneficiados eleitoralmente com o aumento do desemprego.

A explicação para que o desemprego seja importante na avaliação que os eleitores fazem do governador em estados mais dependentes do governo federal pode estar ligada ao papel do emprego público nesses estados. De acordo com Moura Neto et al (2006), estados que recebem mais transferências federais têm diferenciais salariais do setor público em relação ao setor privado maiores do que estados menos dependentes dos recursos federais. A suspeita é de que altos valores na participação do emprego público no mercado de trabalho estejam associados a transferências mais volumosas. No Gráfico 4.3, vê-se que de fato existe associação entre importância do emprego público e dependência de recursos federais<sup>26</sup>:

---

<sup>26</sup> Os valores da tabela são as médias dos anos eleitorais de 1994 a 2006 (ver Tabela D.1 no Apêndice D). A correlação entre as variáveis é de -0,947. Os valores da participação do emprego público sobre o total de trabalhadores dos estados foram calculados a partir da PNAD, segundo critérios explicitados Apêndice B.



Fonte: Elaboração própria

Quase todos os estados estão distribuídos nos quadrantes superior esquerdo e inferior direito do Gráfico 4.3, o que indica a forte correlação negativa entre a participação do emprego público no mercado de trabalho e a proporção das receitas tributárias nas receitas correntes dos estados (a correlação das médias utilizadas na construção do gráfico é de  $-0,947$ ). Temos, portanto, que os governadores são penalizados por altos índices de desemprego em estados nos quais o emprego público tem grande impacto sobre a taxa de desemprego. Nos termos da pesquisa, a hipótese H6a é rejeitada e a hipótese H6b sustentada.

Se tomada uma amostra separada das observações dos estados que estão localizados no quadrante superior esquerdo do Gráfico 4.3 (AC, AL, AP, DF, MA, PA, PB, PI, RN, RO, RR, SE e TO), percebe-se que os casos de reeleição apresentam uma média de desemprego estadual de 6,92%, enquanto a média dos casos de derrota do candidato à reeleição é de 7,88%. Se o desemprego apresentava médias maiores para os anos eleitorais de estados nos quais houve reeleição quando incluímos todas as observações (tal como na Tabela 3.3), uma

vez separado o grupo de estados mais dependentes do governo federal e com altas taxas de emprego público o resultado contra-intuitivo desaparece.

Para os demais estados, ao que parece, o aumento no desemprego aumenta as chances de reeleição. Não há nenhuma explicação teórica razoável para este resultado. Entretanto, o que pode ter ocorrido é que os estados mais dependentes do governo federal tenham influenciado a amostra e provocado um valor alto para o coeficiente da interação entre `TRIBUT` e `DESEMP_REL`, de tal maneira que para valores altos da participação das receitas tributárias nas receitas correntes o impacto do desemprego relativo nas chances de reeleição seja positivo. Infelizmente não é possível separar a amostra em dois grupos e garantir a significância estatística das variáveis devido ao baixo número de graus de liberdade. A resposta para esta incógnita deverá ser buscada em próximas pesquisas.

Uma pequena observação deve ser feita a respeito da Especificação 3 do Modelo 5 (ver Tabela C.5 no Apêndice C). Quando excluimos o ano de 1994 da análise por causa das possíveis distorções provocadas pelo cálculo do desemprego a partir das PNADs de 1993 e de 1995, a variável de interação entre o crescimento da renda relativa (`RENDA_REL`) e a participação das receitas tributárias nas receitas correntes (`TRIBUT`) ganha significância estatística ao nível de 0,1 e tem sinal positivo. Em outras palavras, quando o estado apresenta crescimento econômico acima da média nacional no ano da eleição, chances de reeleição aumentam e o impacto é maior para os estados mais autônomos em relação ao governo federal.

O mesmo ocorre com as Especificações 2 e 3 do Modelo 5 quando se muda a definição de candidato à reeleição e são inseridos as situações nas quais o governador tentou se eleger pela segunda vez consecutiva, acrescidas daquelas nas quais o candidato pertence ao partido que elegeu o governador na eleição anterior. Nos dois casos o sinal também é positivo e na Especificação 3 a variável é significativa a 0,05. Ainda que não se tenha optado por utilizar nesta dissertação essas variações do Modelo 5 dada as escolhas de pesquisa (utilizar 1994 e ampliar a definição de candidato à reeleição), vale ressaltar a possibilidade de, em pesquisas com maior número de casos ou que utilizem critérios diferentes dos desta pesquisa, a renda relativa ter importância na determinação das chances de reeleição.

#### 4.4 Avaliação dos resultados da pesquisa e comparação com demais federações

A maior parte dos trabalhos sobre voto subnacional nos Estados Unidos (PELTZMAN, 1987; CHUBB, 1988, STEIN, R. 1990; ABROMOWITZ; SEGAL, 1986; SIMON; MARRA; STROM, 1991; PIERESON; 1975; RODDEN; WIBBELS, 2005; e EBEID; RODDEN, 2001, 2006), acompanhados pelos trabalhos sobre Canadá e Argentina (REMMER; GÉLINEAU, 2003, 2005; GÉLINEAU e BÉLANGER, 2003, 2005) encontrou no *voto de referendo* o principal mecanismo de responsabilização de políticos subnacionais. Entretanto, diferentemente do que ocorre nessas federações, não se encontrou nenhum indício de que as variáveis econômicas nacionais tenham algum impacto sobre as candidaturas a governador no Brasil recente.

Na pesquisa, as hipóteses H2 e H3 foram rejeitadas em todos os testes estatísticos e não há evidências de que as eleições estaduais brasileiras sirvam como referendo da performance do governo nacional. Tampouco há evidências de que a economia nacional afete todas as tentativas de reeleição, ou seja, que os fatores nacionais tenham impacto independentemente da filiação partidária comum ao presidente da república. A ligação dos candidatos a governador com o candidato vitorioso em eleições presidenciais simultâneas também não se mostrou um fator relevante. Contrariando a maior parte da literatura sobre *voto de referendo*, ao que parece, os eleitores brasileiros dão maior importância a fatores estaduais na hora de decidir o voto para governador.

Um resultado esperado e pouco surpreendente que foi confirmado pela pesquisa é que o governador é um ator político de grande peso nas eleições estaduais e que suas chances eleitorais são maiores do que as dos demais candidatos. Quase três quartos dos governadores que se recandidataram foram reeleitos. Em pesquisas futuras, seria interessante observar os fatores que levam alguns governadores a não se recandidatarem tendo em vista que aparentemente há vantagens inerentes ao governador na disputa das eleições estaduais.

Dentre os fatores estaduais que importam para explicar a reeleição para governador, o desempenho fiscal aparece como um dos mais importantes. Em praticamente todos os modelos estatísticos a variável de desempenho fiscal teve significância estatística. Se dos eleitores de novas democracias é esperado um comportamento que incentive os políticos a aumentarem os gastos públicos com finalidades eleitorais (BRENDER; DRAZEN, 2005;

JONES; MELONI; TOMMASI, 2007), o Brasil aparece como uma exceção. De acordo com os resultados desta pesquisa, quando as despesas correntes superam as receitas correntes, as chances de reeleição diminuem. Uma das possíveis interpretações é a de que os eleitores brasileiros são “fiscalmente conservadores”, seguindo o raciocínio de Peltzman (1992) e confirmando os resultados da pesquisa de Arvate, Avelino e Tavares (2008). Segundo Peltzman, eleitores são avessos ao aumento de impostos e preferem governantes que mantenham controlados os gastos públicos.

Uma outra possível interpretação é a de que a variável de desempenho fiscal está captando aspectos ignorados na pesquisa. Não há nos testes estatísticos nenhuma variável sobre qualquer outro tipo de política pública. Se considerarmos que os eleitores se orientam não apenas por temas econômicos, pode ter ocorrido da variável de desempenho fiscal ter funcionado como uma *proxy* de (ou mesmo um fator que resuma) algo que se poderia chamar de “boas políticas públicas”. É razoável crer que governadores que tenham as despesas do governo sob controle sejam mais eficientes na elaboração e implementação de políticas e apresentem resultado operacional melhor. Em pesquisas futuras, seria interessante incluir indicadores sobre aspectos não econômicos relacionados à performance do governador para observar se os níveis de significância da variável de desempenho fiscal são mantidos. Trata-se, porém, apenas de uma suspeita a ser investigada futuramente.

O crescimento da renda estadual não apareceu em momento algum como uma variável relevante para determinar as chances de reeleição de um candidato, exceto nas variações do teste estatístico comentadas acima. Assim, quando é o desempenho do PIB estadual que está em jogo, não é possível afirmar consistentemente que exista o *voto econômico subnacional*, concordando, portanto, com a literatura que afirma que o desempenho econômico estadual não influencia a eleição para governador. Pesquisas futuras com maior número de casos talvez sejam capazes de refutar este resultado.

Em contraste com o crescimento da renda, o desemprego estadual é, de acordo com os resultados desta pesquisa, uma variável importante na avaliação que os eleitores fazem dos governantes no final dos mandatos. Eleitores brasileiros são capazes de atribuir corretamente ao governador a responsabilidade sobre a economia estadual, resultado semelhante ao de Atkeson e Partin (1995) para os Estados Unidos. Mais ainda, o desemprego é a medida relevante para os eleitores avaliarem o governador, confirmando o que afirmou Géliveau

(2002) sobre o Brasil. É importante observar que as medidas de desemprego que tiveram significância estatística foram as medidas relativas. Nos termos de Leigh e McLeish (2008), que estudaram os estados e territórios australianos, os governadores são avaliados pela parcela da economia de sua “competência” e não pela parcela da economia correspondente à “sorte”.

Entretanto, o impacto do desemprego não é homogêneo em todo o país. Como foi possível verificar, o federalismo brasileiro de fato produz diferenças relevantes entre os estados quanto ao funcionamento da política estadual. Em estados nos quais as receitas tributárias têm pouca participação nas receitas estaduais, a proporção do emprego público sobre o total de trabalhadores é maior. Justamente nestes estados, o aumento do desemprego diminui as chances do candidato à reeleição. A suspeita é de que o governador seja responsabilizado pelo desemprego onde há proporcionalmente mais empregos públicos. Para parte dos estados brasileiros, portanto, existe evidências de um comportamento retrospectivo dos eleitores na avaliação do governador quando o tema em questão é desemprego. Dito de outra maneira, há *voto econômico subnacional* referente a desemprego em estados mais dependentes do governo federal.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expectativa deste trabalho é ter contribuído com esta pesquisa para elucidar o modo como opera o controle político dos eleitores sobre os governadores de estado no Brasil. Ainda falta à ciência política brasileira aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica política dos estados. Os governos estaduais brasileiros têm muito poder, dispõem de muitos recursos e são responsáveis, às vezes de forma integral, pela produção de políticas públicas fundamentais, especialmente a partir da Constituição de 1988.

O exame da literatura sobre o voto econômico apontou que para a maioria das federações existe alguma relação entre a fortuna eleitoral dos governadores de estado e os fatores nacionais, sejam eles o desempenho macroeconômico ou a popularidade do presidente. Ainda que os resultados conjuntos da literatura, sobretudo para os Estados Unidos, sejam muito instáveis, geralmente se evidencia a ausência de responsabilização do governador no nível local. Há *accountability* estadual e os eleitores controlam os governadores, mas não pela suas políticas e performance no governo, e sim pelo desempenho nacional de seu partido. O *voto de referendo* tem maior poder explicativo do que o *voto econômico subnacional*.

Entretanto, os resultados desta pesquisa apontam de maneira geral para a independência das disputas estaduais em relação à arena política nacional. Uma das conclusões centrais é de que as teses sobre o *voto de referendo* são incapazes de explicar o comportamento do eleitorado brasileiro. Os resultados da pesquisa indicam uma direção contrária: são os fatores estaduais que importam na avaliação que os eleitores fazem de seus governadores.

Nos testes estatísticos, a variável mais importante foi o desempenho fiscal do governador. Governadores que mantêm as contas estaduais equilibradas e têm despesas proporcionalmente menores em relação a suas receitas aparentemente são recompensados pelos eleitores. Não há indícios no Brasil de que um comportamento dos governantes voltado ao aumento do gasto público para obter vantagens eleitorais tenha eficácia. Os eleitores brasileiros punem este tipo de comportamento e privilegiam governos mais responsáveis. Certamente, este é um dos aspectos mais promissores a serem estudados futuramente.

Quando foi explorada a literatura sobre o federalismo no Brasil, viu-se que as assimetrias e desproporções entre os estados estão no centro do debate da construção de instituições

democráticas no Brasil e são fatores importantes para explicar variáveis políticas. Na dissertação foi contemplada a possibilidade de que a resposta para a pergunta de pesquisa – se os eleitores responsabilizam seus governadores pelas políticas públicas – variasse de estado para estado. As duas diferenças entre os estados consideradas foram de estrutura econômica, traduzida pela participação da produção agropecuárias na produção estadual entre os estados e o grau de dependência em relação ao governo federal, representado pela capacidade do estado gerar receitas com arrecadação tributária.

As diferenças entre estrutura econômica, fator importante de mediação da relação entre economia e voto nos Estados Unidos, não teve nenhuma relevância no caso brasileiro. Eleitores de estados produtores de gêneros primários, cujos preços são afetados direta e fortemente pelas políticas econômicas nacionais, não responsabilizam o partido do presidente pela economia nas eleições estaduais. Tampouco eleitores de estados de economia mais diversificada atribuem mais responsabilidade ao governador pelo resultado econômico local.

Quando se trata das diferenças de grau de dependência em relação ao governo federal, porém, encontramos importantes efeitos mediadores da participação das receitas tributárias nas receitas correntes estaduais sobre o impacto das variáveis econômicas nas chances de reeleição de um governador. Altos níveis de desemprego tende a influenciar negativamente as eleições para governador de estados mais dependentes do governo federal. Como se demonstrou, nestes estados o emprego público representa parcelas maiores do total de trabalhadores. Resumidamente, as evidências do caso brasileiro apontam para a existência do *voto econômico subnacional* e para a responsabilização do governador pelas políticas públicas estaduais, ainda que os aspectos considerados pelos eleitores variem de acordo com as diferenças entre os estados.

Espera-se com esta pesquisa ter se contribuído para aprimorar um pouco o conhecimento da ciência política brasileira sobre a dinâmica política estadual. Nesta dissertação foram considerados apenas aspectos sobre as políticas econômicas e as finanças estaduais. Certamente há que se avançar com pesquisas que aprimorem os instrumentos de coleta e a qualidade dos dados aqui utilizados ou que incluam indicadores sobre outras políticas públicas. Mais ainda, não é apenas o controle eleitoral sobre os governadores que deve ser objeto de estudo. A formação de coalizões de governo, o controle dos políticos estaduais sobre os burocratas, as relações entre as Assembléias Legislativas estaduais, governadores e



prefeitos, os determinantes do voto para deputado estadual e a maneira como os políticos do poder executivo estadual elaboram e implementam políticas públicas são alguns dos temas de uma vasta agenda de pesquisa ainda a ser aprofundada no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWITZ, Alan I.; SEGAL, Jeffrey A. (1986). *Determinants of the Outcomes of U.S. Senate Elections*. The Journal of Politics, Vol. 48, No. 2
- ABRUCIO, Fernando Luiz (1998). *O ultrapresidencialismo estadual*. In ANDRADE, Regis de Castro (1998). *Processo Governativo no Município e Estado*. Edusp, São Paulo.
- ABRUCIO, Fernando Luiz; COSTA, Valeriano Mendes Ferreira (1999). *Reforma do Estado e o Contexto Federativo Brasileiro*. Fundação Konrad Adenauer, São Paulo, Brasil
- ABRUCIO, Fernando Luiz (2002). *Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. Ed. Hucitec, São Paulo, Brasil
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (2001). *Federalismo, Democracia e Governo no Brasil: Idéias, Hipóteses e Evidências*. BIB, vol 51, nº1
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (2005). *Recentralizando a Federação*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 24, p. 29-40
- AMES, Barry (1995). *Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation*. American Journal of Political Science, Vol. 39, nº 2, pp. 406-33.
- AMES, Barry (2003) *Os entraves da democracia no Brasil*. FGV, Rio de Janeiro, Brasil
- AMORIM NETO, Octavio (2006). *Presidencialismo e Governabilidade nas Américas*. Fundação Konrad Adenauer e Editora FGV, Rio de Janeiro, Brasil
- AMORIM NETO, Octavio (2006). *The Presidential Calculus Executive Policy Making and Cabinet Formation in the Americas*. Comparative Political Studies, vol 39, nº4
- ANDRADE, Regis de Castro (1998). *Processo Governativo no Município e Estado*. Edusp, São Paulo.
- ANDERSON, Christopher J. (2000). *Economic voting and political context: a comparative perspective*. Electoral Studies, v. 19 pp. 151–170
- ARRETCHE, Marta (1999). *Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 14, nº40
- ARRETCHE, Marta (2000). *Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da Descentralização*. Editora Revan, Rio de Janeiro, Brasil.
- ARRETCHE, Marta (2001). *Federalismo e Democracia no Brasil: a visão da ciência política norte-americana*. São Paulo em Perspectiva, 15(4)
- ARRETCHE, Marta (2007). *The Veto Power of Sub-national Governments in Brazil: Political Institutions and Parliamentary Behavior in the Post-1988 Period*. BPSR, vol 1, nº2.

ARVATE, Paulo Roberto; AVELINO, George; TAVARES, José A.. (2008) *Budget Deficits and Reelection Prospects: Voters as Fiscal Conservatives in a New Democracy*. Draft.

ATKESON, Lonna Rae; PARTIN, Randall W. (1995). *Economic and Referendum Voting: A Comparison of Gubernatorial and Senatorial Elections*. *American Political Science Review*, Vol. 89, No. 1

BRAMBOR, Thomas; CLARK, William Roberts; GOLDBERGER, Matt (2006). *Understanding Interaction Models: Improving Empirical Analyses*. *Political Analysis*. 14:63-82.

BRENDER, Adi; DRAZEN, Allan(2005). *Political Business Cycle in new versus established democracies*. *Journal of Monetary Economics*, vol. 52

BRUSCO, Valeria; NAZARENO, Marcelo; STOKES, Susan (2004). *Vote Buying in Argentina*. *Latin American Research Review*, 39:2, pp. 66-88.

CHUBB, John E. (1988). *Institutions, The Economy, and the Dynamics of State Elections*. *American Political Science Review*, vol 82 (1):133-154

DOWNS, Anthony (1999). *Teoria Econômica da Democracia*. EDUSP, São Paulo

EBEID, Michael; RODDEN, Jonathan (2001). *When and Where Do Economic Conditions Affect Elections: Evidence from the U.S. States*. Manuscrito.

EBEID, Michael; RODDEN, Jonathan (2006). *Economic Geography and Economic Voting: Evidence from the US States*, *British Journal of Political Science*, vol 36 pp. 527-547

FALLETI, Tulia G. (2005). *A Sequential Theory of Decentralization: Latin American Cases in Comparative Perspective*. *American Political Science Review*, vol 99 (3)

FALLETI, Tulia G (2006). *Efeitos da descentralização nas relações intergovernamentais: o Brasil em perspectiva comparada*. In SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (2006). *Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros*. Ed Revan, Rio de Janeiro, Brasil,

FIGUEIREDO, Marcus (1991). *A Decisão do Voto*. Editora Sumaré (IDESP), São Paulo.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando (1999). *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. São Paulo, FGV.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando (2002). *Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária*. *Dados*, vol 45, nº2

FIORINA, Morris P. (1978). *Economic Retrospective Voting in American Elections: Micro-analysis*. *American Journal of Political Science* 27:426-43.

GÉLINEAU, François (2002). *Economic Voting in Volatile Contexts National and Subnational Politics in Latin America*. Tese de Doutorado defendida na University of New México.

- GÉLINEAU, François; BÉLANGER, Eric (2003). *Economic Voting in Canadian Federal Elections*. Paper presented at Canadian Political Science Association Halifax, 2003
- GÉLINEAU, François; BÉLANGER, Eric (2005). *Electoral Accountability in a Federal System: National and Provincial Economic Voting in Canadá*. Publius, summer 2005: 407-424
- GÉLINEAU, François; REMMER, Karen (2005). *Political Decentralization and Electoral Accountability: The Argentine Experience, 1983–2001*. British Journal of Political Science, Vol 36:133-157.
- JONES, Mark; SANGUINETTI, Pablo; TOMMASI, Mariano (2000). *Politics, Institutions, and Fiscal Performance in a Federal System: An Analysis of the Argentine Provinces*. Journal of Development Economics, vol 61:305-333
- JONES, Mark P.; MELONI, Osvaldo; TOMMASI, Mariano (2007). *Voters as Fiscal Liberals*. Draft.
- KEY, V. O. (1966). *The Responsible Electorate*. New York: Vintage.
- KIEWIET, D. Roderick. (1981). *Policy Oriented Voting in Response to Economic Issues*. American Political Science Review 75:448-59.
- KIEWIET, D. Roderick (2000). *Economic retrospective voting and incentives for policymaking*. Electoral Studies, vol 19: 427-444
- KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney (1994). *Designing Social Inquiry*. Princeton University Press, Princeton, Estados Unidos
- KINZO, Maria D'Alva (1993). *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo, Konrad Adenauer Stiftung
- KRAMER, Gerald H (1971). *Short-Term Fluctuations in U.S. Voting Behavior, 1896-1964*. American Political Science Review, Vol. 65, No. 1
- LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel (1986). *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo, Brasiliense
- LEIGH; Andrew MCLEISH, Mark (2008). *Are State Elections Affected by National Economy? Evidence from Australia*. Draft.
- LEWIS-BECK, Michael S.; PALDAM, Martin (2000). *Economic voting: an introduction*. Electoral Studies, vol 19: 113-121.
- LIMA JR., Olavo Brasil de (1993). *A reforma das instituições políticas: a experiência brasileira e o aperfeiçoamento democrático*. Dados, Rio de Janeiro, 36 (1).
- LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina (1995). *Partidos políticos na Câmara dos Deputados (1989-1994)*. Dados, vol. 38, nº 3, p. 497-525.

- LIJPHART, Arendt (1999). *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 democracias*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro
- LOWRY, Robert C.; ALT, James E.; FERREE, Karen E.. (1998). *Fiscal Policy Outcomes and Electoral Accountability in American States*. American Political Science Review, Vol. 92, No. 4
- MAINWARING, Scott (1991). *Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais: O Brasil numa Perspectiva Comparada*. Novos Estudos, No. 29.
- MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. eds. (1995) *Building Democratic Institutions – Party Systems in Latin America*. Stanford, Stanford University Press.
- MAINWARING, Scott (1999). *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford, Stanford University Press, 1999
- MELO, Carlos Ranulfo Felix de (2000). *Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados*. Dados, Rio de Janeiro, 43 (2), Iuperj.
- MOURA NETO; João Silva; MARCONI, Nelson; PALOMBO, Paulo Eduardo M.; ARVATE, Paulo Roberto (2006). *Vertical Transfers and the Appropriation of Resources by the Bureaucracy: the Case of Brazilian State Governments*
- NEIVA, Pedro Robson Pereira (2006). *Os Determinantes da Existência e dos Poderes das Câmaras Altas: Federalismo ou Presidencialismo*. Dados, vol 49, nº2
- NICOLAU, Jairo (2000). *Disciplina Partidária e Base Parlamentar na Câmara dos Deputados no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)*. Dados, vol.43, nº4
- PALERMO, Vicente (2000). *Como se Governa o Brasil? O Debate sobre Instituições Políticas e Gestão de Governo*. Dados, vol 43, nº3
- PELTZMAN, Sam (1987). *Economic Conditions and Gubernatorial Elections*. The American Economic Review; May 1987; 77, 2.
- PELTZMAN, Sam (1992). *Voters as Fiscal Conservatives*. Quaterly Journal of Economics. Vol. 107, nº2.
- PIERESON, James E. (1975). *Presidential Popularity and Midterm Voting at Different Electoral Levels*. American Journal of Political Science, Vol. 19, No. 4
- POWELL, Bingham; WHITTEN, Guy (1993). *A Cross National Analysis of Economic Voting: Taking Account of the Political Context*. American Journal of Political Science, vol 37 (2)
- REMMER, Karen; GÉLINEAU, François (2003). *Subnational Electoral Choice: Economic and Referendum Voting in Argentina, 1983-1999*. Comparative Political Studies, vol 36 (7)

- REMMER, Karen; WIBBELS, Erik (2000). *The Subnational Politics of Economic Adjustment*. Comparative Political Studies, vol 33 (4): 419-451
- RODDEN, Jonathan (2002). *The Dilemma of Fiscal Federalism: Grants and Fiscal Performance Around the World*. American Journal of Political Science. 46(3): 670-87.
- RODDEN, Jonathan (2003). *Reviving the Leviathan: Fiscal Federalism and the Growth of Government*. International Organization, 57(Fall):695-729.
- RODDEN, Jonathan (2003). *Federalism and Fiscal Bailouts in Brazil*. In RODDEN et al. (2003). *Federalism and the Challenge of Hard Budget Constraints*. MIT, Estados Unidos.
- RODDEN, Jonathan (2005). *Federalismo e Descentralização em Perspectiva Comparada: sobre significados e medidas*. Revista de Sociologia Política, vol 24:9-27
- RODDEN, Jonathan; WIBBELS, Erik (2005). *Retrospective Voting, Coattails, and Accountability in Regional Elections*. 2005 Meeting of the American Political Science Association.
- RODRIGUES, Leôncio Martins (2002). *Partidos Ideologia e Composição Social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo, EDUSP.
- RUDOLPH, Thomas J. (2003). *Institutional Context and the Assignment of Political Responsibility*. The Journal of Politics, Vol. 65, No. 1
- SAMUELS, David (1997). *Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil*. Dados, vol. 40 no. 3, Rio de Janeiro.
- SAMUELS, David; ABRUCIO, Fernando Luiz (2000). *Federalism and Democratic Transitions: The "New" Politics of the Governors in Brazil*. Publius, vol 30, nº2
- SAMUELS, David (2003). *Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil*. Cambridge University Press, Nova Iorque, Estados Unidos
- SAMUELS, David (2004). *Presidentialism and Accountability for the Economy in Comparative Perspective*. American Political Science Review, Vol. 98, No. 3
- SANTOS, Fabiano G. (2001). *O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro, Ed. FGV.
- SCHMITT, Rogério (1999). *Migração partidária e reeleição na Câmara dos Deputados*. Novos Estudos Cebrap, 54, jul.
- SIMON, Dennis M.; OSTROM Jr., Charles W.; MARRA, Robin F. (1991). *The President, Referendum Voting, and Subnational Elections in the US*. American Political Science Review, Vol. 85, No. 4
- SNYDER, Richard; SAMUELS, David J. (2004). *Legislative Malapportionment in Latin America: Historical and Comparative Perspectives*. In Gibson, Edward L. (2004). *Federalism*

and Democracy in Latin America. Johns Hopkins University Press, Baltimore, Estados Unidos

STEIN, Robert M. (1990). *Economic Voting for Governor and U. S. Senator: The Electoral Consequences of Federalism*. The Journal of Politics, Vol. 52, No. 1

STEIN, Ernesto (1999). *Fiscal Decentralization and Government Size in Latin America*. Journal of Applied Economics, II(2): 357-91

STEPAN, Alfred (1999). *Para uma Nova Análise Comparativa do Federalismo e da Democracia: Federações que Restringem ou Ampliam o Poder do Demos*. Dados, v. 42 n°2

SOUZA, Celina. (2001) *Federalismo e Descentralização na Constituição de 1988: Processo Decisório, Conflitos e Alianças*. Dados, vol.44, n°3.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (2006). *Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros*. Ed Revan, Rio de Janeiro, Brasil

SOUZA, Maria do Carmo Campello de (1990). *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. Alfa e Omega, São Paulo, Brasil

TUFTE, Edward R. (1975). *Determinants of the Outcomes of Midterm Congressional Elections*. American Political Science Review, Vol. 69, No. 3

WIBBELS, Erik (2006). *Madison in Baghdad? Decentralization and Federalism in Comparative Politics*. Annual Review of Political Science, 9, 165-188

## APÊNDICE A

Como comentado no texto principal, não há no Brasil nenhuma medida de desemprego produzida para todos os estados. A solução encontrada na dissertação foi calcular a partir da PNAD uma medida que captasse a variação entre os estados e a média nacional ao longo do tempo. Esta medida não necessariamente coincide com indicadores de desemprego divulgados pelo IBGE ou outros institutos de pesquisa, mas certamente serve para a utilização em testes estatísticos.

Foram utilizadas três informações da PNAD para a construção dos valores de desemprego: se o entrevistado trabalhava (A), se estava afastado do trabalho (B) e se procurava trabalho no caso de estar desempregado (C). Calculou-se o desemprego da seguinte forma:

$$\text{Desemprego estadual: } (1 - (A + B)) / (A + B + C)$$

Onde (A+B) é o número de pessoas com trabalho (ainda que afastadas) e (A+B+C) é a população economicamente ativa. Na Tabela A.1, as perguntas a partir das quais se obteve estas informações em cada PNAD. Os valores servem apenas para indivíduos com mais de 10 anos de idade, filtrados na elaboração dos valores de desemprego.

**TABELA A.1**  
**Variável da PNAD utilizada por condição do entrevistado**

	<b>1990</b>	<b>1993</b>	<b>1995</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>
<b>Trabalhava</b>	V501	V9001	V9001	V9001	V9001	V9001
<b>Estava Afastado</b>	V501	V9004	V9004	V9004	V9002	V9002
<b>Procurava Trabalho</b>	V513	V9115	V9115	V9115	V9115	V9115

Fonte: IBGE (PNAD)

É preciso observar que não houve PNAD no ano de 1994 e os valores para este ano na pesquisa representam a média de 1993 e 1995. Na Tabela A.2 são apresentados os valores do desemprego por ano para cada estado.



**TABELA A.2**  
**Desemprego estadual calculado a partir da PNAD**

<b>Estado</b>	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>
<b>AC</b>	2,98%	9,95%	8,19%	6,38%	6,27%
<b>AL</b>	2,93%	9,36%	11,74%	8,53%	10,08%
<b>AP</b>	2,09%	10,67%	10,77%	20,40%	6,26%
<b>AM</b>	3,76%	13,47%	18,41%	12,89%	9,04%
<b>BA</b>	4,29%	7,30%	8,46%	10,22%	9,73%
<b>CE</b>	2,65%	5,33%	6,93%	8,39%	7,93%
<b>DF</b>	4,14%	8,77%	12,18%	14,18%	11,59%
<b>ES</b>	3,15%	5,37%	7,14%	10,42%	7,28%
<b>GO</b>	2,78%	6,38%	8,47%	6,78%	7,58%
<b>MA</b>	2,07%	3,25%	4,12%	5,68%	7,77%
<b>MT</b>	1,92%	5,83%	8,25%	7,00%	8,80%
<b>MS</b>	3,07%	5,90%	10,71%	8,27%	8,14%
<b>MG</b>	3,11%	5,64%	8,80%	9,80%	8,44%
<b>PA</b>	3,59%	7,94%	8,97%	10,50%	7,47%
<b>PB</b>	3,72%	4,05%	5,88%	7,47%	7,76%
<b>PR</b>	3,32%	5,73%	8,16%	7,50%	7,06%
<b>PE</b>	3,50%	7,18%	8,67%	10,50%	10,71%
<b>PI</b>	1,98%	2,77%	5,44%	5,45%	4,55%
<b>RJ</b>	4,46%	7,73%	10,94%	11,69%	11,88%
<b>RN</b>	5,04%	7,07%	7,93%	6,96%	9,25%
<b>RS</b>	2,92%	5,24%	8,27%	7,49%	6,73%
<b>RO</b>	4,07%	7,43%	6,52%	6,79%	6,31%
<b>RR</b>	2,10%	9,68%	7,91%	5,87%	8,34%
<b>SC</b>	2,35%	3,47%	7,43%	4,84%	5,10%
<b>SP</b>	4,62%	7,88%	12,66%	11,72%	10,13%
<b>SE</b>	2,01%	8,52%	10,74%	10,38%	9,70%
<b>TO</b>	-	6,20%	6,26%	7,96%	6,21%

Fonte: IBGE (PNAD)

Um procedimento semelhante foi feito com a renda estadual (para indivíduos com mais de 10 anos). Ainda que não tenha sido utilizada na dissertação, fica aqui registrada caso haja interesse em utilizá-la posteriormente em outras pesquisa. A Tabela A.3 apresenta as variáveis utilizadas e a Tabela A.4 os valores da renda estadual dos trabalhos do entrevistado e a Tabela A.5 os valores da renda de todas as fontes do entrevistado, ambos em valores e moeda corrente.

**TABELA A.3**  
**Variável da PNAD utilizada para obter valores da renda do**  
**entrevistado**

	<b>1990</b>	<b>1993</b>	<b>1995</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>
<b>Renda dos trabalhos</b>	V601	V419	V419	V419	V419	V419
<b>Renda total</b>	V602	V420	V420	V420	V420	V420

Fonte: IBGE (PNAD)

**TABELA A.4**  
**Renda dos trabalhos estadual calculada a partir da PNAD (em mil**  
**unidades)**

<b>Estado</b>	<b>1990</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>
<b>AC</b>	2.341.111	3.275.955	56.877	65.490	101.212	190.726
<b>AL</b>	12.436.224	14.521.373	254.855	272.863	313.786	607.075
<b>AP</b>	1.559.825	3.296.709	45.599	56.715	100.056	177.362
<b>AM</b>	22.241.774	14.318.235	251.572	273.989	430.803	889.427
<b>BA</b>	72.492.008	81.290.012	1.080.648	1.346.130	1.803.469	3.015.052
<b>CE</b>	28.418.883	36.216.973	557.243	693.256	968.829	1.573.450
<b>DF</b>	33.187.528	38.730.483	534.179	765.094	1.096.880	1.779.988
<b>ES</b>	24.639.107	24.971.383	432.497	507.586	802.489	1.250.443
<b>GO</b>	54.401.811	48.075.670	603.565	934.465	1.296.930	2.124.869
<b>MA</b>	19.648.824	23.074.424	318.407	450.462	669.415	1.181.083
<b>MT</b>	19.803.077	27.229.476	357.745	497.314	751.192	1.091.213
<b>MS</b>	18.248.471	21.376.281	308.098	377.996	599.560	911.478
<b>MG</b>	137.206.033	156.877.895	2.415.826	2.859.669	4.068.339	6.797.668
<b>PA</b>	22.463.181	26.424.986	350.402	442.480	840.418	1.708.067
<b>PB</b>	15.678.644	19.151.758	292.060	417.264	462.525	780.956
<b>PR</b>	82.406.118	111.002.342	1.567.276	1.965.599	2.760.790	4.521.524
<b>PE</b>	42.699.078	41.949.624	660.038	824.691	1.124.679	1.760.927
<b>PI</b>	9.645.167	12.174.913	166.729	212.149	331.547	585.705
<b>RJ</b>	153.262.813	172.857.654	2.750.275	3.481.059	4.528.869	6.950.119
<b>RN</b>	12.437.546	14.248.243	238.935	308.671	439.325	704.937
<b>RS</b>	105.713.494	136.653.879	1.856.880	2.324.379	3.031.784	4.674.935
<b>RO</b>	8.641.894	8.674.973	169.008	213.802	243.604	544.299
<b>RR</b>	2.613.808	2.690.930	36.244	39.604	52.421	126.249
<b>SC</b>	54.128.158	63.400.088	1.006.434	1.171.353	1.675.807	2.980.271
<b>SP</b>	500.796.668	566.019.827	8.683.245	10.646.594	14.139.959	21.197.880
<b>SE</b>	8.368.008	11.496.982	133.214	212.415	281.279	480.665
<b>TO</b>	0	6.888.016	96.620	145.096	205.102	358.222

Fonte: IBGE (PNAD)

**TABELA A.5****Renda estadual total calculada a partir da PNAD (em mil unidades)**

<b>Estado</b>	<b>1990</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>
<b>AC</b>	2.426.949	3.726.838	64.544	87.294	128.440	238.597
<b>AL</b>	12.840.747	19.084.912	332.441	370.109	454.904	844.751
<b>AP</b>	1.645.966	3.758.255	49.721	65.809	111.861	212.031
<b>AM</b>	22.869.654	16.476.879	297.519	311.025	507.030	1.058.297
<b>BA</b>	76.159.459	99.228.652	1.338.885	1.706.620	2.398.099	4.070.913
<b>CE</b>	30.029.012	46.593.885	720.791	939.184	1.355.105	2.212.889
<b>DF</b>	36.184.123	42.452.228	657.438	969.775	1.373.691	2.263.489
<b>ES</b>	25.780.883	31.907.601	525.505	653.308	1.044.308	1.660.024
<b>GO</b>	57.045.882	55.725.388	701.686	1.100.516	1.583.713	2.616.989
<b>MA</b>	20.458.188	27.240.419	399.427	562.222	862.977	1.574.425
<b>MT</b>	20.532.018	27.339.436	390.151	555.934	842.336	1.303.617
<b>MS</b>	19.005.253	23.774.326	349.374	452.659	713.910	1.139.922
<b>MG</b>	145.965.163	191.830.992	3.012.455	3.635.824	5.422.135	9.100.129
<b>PA</b>	23.809.763	29.983.243	422.044	532.931	1.034.293	2.120.614
<b>PB</b>	16.764.473	25.947.675	407.220	558.677	678.042	1.129.679
<b>PR</b>	86.793.595	121.994.066	1.839.456	2.380.916	3.485.466	5.762.208
<b>PE</b>	45.269.574	55.088.684	860.202	1.110.114	1.587.409	2.561.044
<b>PI</b>	10.166.449	16.060.329	225.272	292.377	503.720	861.114
<b>RJ</b>	164.173.070	222.923.522	3.651.214	4.757.683	6.399.646	10.077.443
<b>RN</b>	13.329.205	18.726.844	324.990	418.563	585.817	1.003.928
<b>RS</b>	111.625.455	165.719.115	2.344.023	3.014.739	4.109.118	6.440.369
<b>RO</b>	8.868.689	9.270.771	182.023	231.558	277.940	643.538
<b>RR</b>	2.688.033	3.214.218	41.393	43.787	59.160	148.468
<b>SC</b>	56.504.679	75.416.116	1.156.972	1.451.152	2.104.203	3.831.229
<b>SP</b>	525.871.161	645.338.895	10.187.485	13.081.221	17.524.023	26.858.485
<b>SE</b>	8.627.514	13.856.987	170.030	266.401	371.839	649.944
<b>TO</b>	0	7.350.166	108.293	163.711	240.830	442.112

Fonte: IBGE (PNAD)

Por fim, da mesma maneira se calculou a participação do emprego público no mercado de trabalho. A partir da variável V9032 da PNAD, calculou-se o total de trabalhadores do setor público (D) e se dividiu este valor pelo total de trabalhadores do estado (A + B + C). A PNAD de 1990 não contém esta variável ou outra semelhante e, portanto, foi impossível calcular o total de trabalhadores do setor público para este ano. Na Tabela A.6 são apresentados os valores desta variável por ano eleitoral e estado.

**TABELA A.6**  
**Participação do emprego público no mercado de**  
**trabalho**

<b>Estado</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>
<b>AC</b>	62,13%	52,83%	50,42%	51,09%
<b>AL</b>	45,20%	37,89%	37,61%	38,61%
<b>AP</b>	42,61%	52,47%	54,11%	40,47%
<b>AM</b>	34,98%	37,78%	30,44%	27,54%
<b>BA</b>	34,19%	30,64%	29,61%	27,24%
<b>CE</b>	38,90%	34,28%	25,41%	23,31%
<b>DF</b>	46,14%	39,64%	34,46%	35,38%
<b>ES</b>	28,64%	27,76%	22,84%	21,53%
<b>GO</b>	30,43%	26,59%	24,36%	22,73%
<b>MA</b>	42,56%	42,86%	32,57%	33,56%
<b>MT</b>	31,65%	29,23%	24,71%	26,87%
<b>MS</b>	33,17%	28,19%	24,35%	23,18%
<b>MG</b>	25,86%	22,84%	21,01%	20,46%
<b>PA</b>	33,78%	31,10%	28,90%	27,19%
<b>PB</b>	55,38%	45,66%	35,92%	37,58%
<b>PR</b>	22,59%	20,85%	19,82%	18,78%
<b>PE</b>	33,84%	32,73%	27,41%	25,68%
<b>PI</b>	47,72%	43,55%	41,60%	39,16%
<b>RJ</b>	22,45%	21,21%	22,22%	20,72%
<b>RN</b>	45,08%	39,04%	37,19%	31,58%
<b>RS</b>	23,06%	20,81%	20,03%	19,19%
<b>RO</b>	37,50%	34,49%	30,76%	30,83%
<b>RR</b>	58,03%	56,77%	61,36%	48,52%
<b>SC</b>	19,96%	20,22%	17,53%	16,41%
<b>SP</b>	17,99%	16,36%	16,12%	15,48%
<b>SE</b>	41,29%	37,03%	32,77%	31,25%
<b>TO</b>	48,94%	44,09%	43,61%	40,81%

Fonte: IBGE (PNAD)

## APÊNDICE B

Na tabela B.1 são listados os governadores eleitos em cada uma das eleições de 1986 a 2002 (note que não significa que o governador terminou o mandato). Na tabela B.2 é possível encontrar os candidatos apoiados pelos governadores de 1990 a 2006.

**TABELA B.1**  
**Governadores eleitos de 1986 a 2002**

<b>SIGLA</b>	<b>ANO</b>	<b>GOVERNADOR ELEITO</b>	<b>COLIGAÇÃO QUE ELEGEU GOVERNADOR</b>
AC	1986	FLAVIANO MELO	PMDB
AL	1986	FERNANDO COLLOR DE MELLO	PMDB(PTB-PC do B-PSC)
AP	1986	NÃO HOUVE ELEIÇÃO	NÃO HOUVE ELEIÇÃO
AM	1986	AMAZONINO MENDES	PMDB(PFL-PTB-PMB-PCB-PL-PH)
BA	1986	WALDIR PIRES	PMDB(PSC-PCB-PC do B)
CE	1986	TASSO JEREISSATI	PMDB(PDC-PCB-PC do B)
DF	1986	NÃO HOUVE ELEIÇÃO	NÃO HOUVE ELEIÇÃO
ES	1986	MAX F. MAURO	PMDB
GO	1986	HENRIQUE SANTILLO	PMDB(PL-PN-PSC)
MA	1986	EPITÁCIO CAFETEIRA	PMDB(PFL-PTB-PCB-PCdoB)
MT	1986	CARLOS BEZERRA	PMDB(-PSC-PCdoB-PSB)
MS	1986	MARCELO MIRANDA	PMDB(PFL-PDT-PCB)
MG	1986	NEWTON CARDOSO	PMDB
PA	1986	HÉLIO GUEIROS	PMDB(PDS-PTB-PCB- PC do B)
PB	1986	TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY	PMDB(PC DO B-PCB-PSB)
PR	1986	ÁLVARO DIAS	PMDB(PND)
PE	1986	MIGUEL ARRAES	PMDB(PMB-PCB-PC do B- PH-PND)
PI	1986	ALBERTO SILVA	PMDB(PDS-PCB--PC do B)
RJ	1986	MOREIRA FRANCO	PMDB(PFL,PTB,PL,PSC,PDC,PCB,PC DO B,PTR)
RN	1986	GERALDO JOSÉ DE MELO	PMDB(PCB-PC do B)
RS	1986	PEDRO SIMON	PMDB
RO	1986	JERÔNIMO SANTANA	PMDB(PSC)
RR	1986	NÃO HOUVE ELEIÇÃO	NÃO HOUVE ELEIÇÃO
SC	1986	PEDRO IVO CAMPOS	PMDB
SP	1986	ORESTES QUÉRCIA	PMDB
SE	1986	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	PFL(PL-PCB-PC do B)
TO	1986	NÃO HOUVE ELEIÇÃO	NÃO HOUVE ELEIÇÃO
AC	1990	EDMUNDO PINTO	PDS
AL	1990	GERALDO BULHÕES	PSC(PFL-PMDB-PDT-PT do B--PMN-PTB-PSDB)
AP	1990	ANNÍBAL BARCELLOS	PFL(PRN-PL-PDS)
AM	1990	GILBERTO MESTRINHO	PMDB(PDC-PFL-PTR-PL-PCN)
BA	1990	ANTÔNIO C. MAGALHÃES	PFL(PDS-PTB-PDC-PL-PST)
CE	1990	CIRO GOMES	PSDB(PDT-PDC)
DF	1990	JOAQUIM RORIZ	PTR(PRN-PST-PFL-PTB)
ES	1990	ALBUINO AZEREDO	PDT(PTB-PC DO B)
GO	1990	ÍRIS RESENDE	PMDB(PL-PCB-PTR)

CONTINUA

**TABELA B.1**  
**Governadores eleitos de 1986 a 2002**

MA	1990	EDISON LOBÃO	PFL(PTB-PSC)
MT	1990	JAIME CAMPOS	PFL (PTB-PDS-PL-PTR)
MS	1990	PEDRO PEDROSSIAN	PTB(PRN-PDS-PL-PSD)
MG	1990	HÉLIO GARCIA	PRS(PTB-PL)
PA	1990	JÁDER BARBALHO	PMDB(PST-PTR-PDC)
PB	1990	RONALDO DA CUNHA LIMA	PMDB(PST-PSDB)
PR	1990	ROBERTO REQUIÃO	PMDB(PMN-PT DO B)
PE	1990	JOAQUIM FRANCISCO	PFL(PRN-PT do B-PDS-PSD-PTR-PSN)
PI	1990	ANTÔNIO FREITAS NETO	PFL(PDS-PTB-PSC)
RJ	1990	LEONEL BRIZOLA	PDT(PCB-PC do B)
RN	1990	JOSÉ AGRIPINO MAIA	PDS(PFL-PL-PDC-PSDB)
RS	1990	ALCEU COLLARES	PDT(PSDB-PC DO B)
RO	1990	OSWALDO PIANA	PTR(PSC-PRP)
RR	1990	OTTOMAR PINTO	PTB(PDC)
SC	1990	VILSON KLEINUBING	PFL(PDS-PTB-PDC-PSC-PL)
SP	1990	LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO	PMDB(PFL-PL)
SE	1990	JOÃO ALVES FILHO	PMDB(PDS-PDC-PL-PFL-PCN-PMN-PRN-PRP-PSDB)
TO	1990	MOISES AVELINO	PMDB(PDT-PSDB--PRN-PC do B)
AC	1994	OLEIR MESSIAS CAMELI	PPR(PP)
AL	1994	DIVALDO SURUAGY	PMDB(PSB-PTB-PL-PC DO B-PSD)
AP	1994	JOÃO CAPIBERIBE	PSB(PDT-PT-PV-PC do B)
AM	1994	AMAZONINO MENDES	PPR(PFL-PTB--PP-PDT)
BA	1994	PAULO SOUTO	PFL(PTB-PSC-PL)
CE	1994	TASSO JEREISSATI	PSDB(PDT-PTB)
DF	1994	CRISTOVAM BUARQUE	PT(PSTU-PPS-PSB-PC do B)
ES	1994	VITOR BUAIZ	PT(PSB-PCdoB)
GO	1994	MAGUITO VILELA	PMDB(PL-PRN-PRP)
MA	1994	ROSEANA SARNEY	PFL
MT	1994	DANTE DE OLIVEIRA	PDT(PT-PMDB-PSDB-PSC-PMN-PC DO B-PPS,PSB,PV)
MS	1994	WILSON MARTINS	PMDB(PL-PSB-PSD-PV-PSDB-PCdoB)
MG	1994	EDUARDO AZEREDO	PSDB(PTB-PL)
PA	1994	ALMIR GABRIEL	PSDB(PDT-PTB-PCB-PPS-PFL-PSB)
PB	1994	ANTÔNIO MARIZ	PMDB(PSC-PPS-PP-PSD-PRP-PSDB)
PR	1994	JAIME LERNER	PDT
PE	1994	MIGUEL ARRAES	PSB(PDT-PT-PPS-PMN-PV-PCdoB)
PI	1994	FRANCISCO DE ASSIS DE MORAES SOUSA	PMDB(PDT-PPS-PMN-PSDB-PCdoB)
RJ	1994	MARCELLO ALENCAR	PSDB
RN	1994	GARIBALDI ALVES FILHO	PMDB
RS	1994	ANTÔNIO BRITTO	PMDB(PL-PSDB)
RO	1994	VALDIR RAUPP DE MATOS	PMDB(PSB-PSDB)
RR	1994	NEUDO CAMPOS	PTB(PSC-PRN)
SC	1994	PAULO AFONSO VIEIRA	PMDB(PTRB-PMN-PSD-PV-PRP)
SP	1994	MÁRIO COVAS	PSDB(PFL)
SE	1994	ALBANO FRANCO	PSDB(PMDB-PFL-PPR-PRP-PPS-PL-PTB-PT do B-PSC-PSD)
TO	1994	SIQUEIRA CAMPOS	PPR(PTB-PFL-PMN-PP-PV)
AC	1998	JORGE VIANA	PT(PDT/PTB/PSL/PL/PPS/PMN/PSB/PV/PSDB/PCdoB/PTdoB)
AL	1998	RONALDO LESSA	PSB(PDT/PT/PST/PTN/PPS/PSN/PMN/PV/PRP/PRONA/PCdoB/PTdoB)

CONTINUA

**TABELA B.1**  
**Governadores eleitos de 1986 a 2002**

AP	1998	JOÃO CAPIBERIBE	PSB(PT/PPS/PAN/PSB/PV/PRP/PCdoB)
AM	1998	AMAZONINO MENDES	PFL(PTB/PMDB/PST/PSC/PL/PFL/PSDC/PRTB/PRP/PSDB/PTdoB)
BA	1998	CÉSAR BORGES	PFL(PPB/PTB/PMDB/PST/PSC/PL/PRN/PTdoB)
CE	1998	TASSO JEREISSATI	PSDB(PPB/PTB/PPS/PSD)
DF	1998	JOAQUIM RORIZ	PMDB(PPB/PST/PRN/PSD/PRP/PRONA/PTdoB)
ES	1998	JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	PSDB(PPB/PL/PFL/PSDC/PV)
GO	1998	MARCONI PERILLO	PSDB(PPB/PTB/PFL/PSDC)
MA	1998	ROSEANA SARNEY	PFL(PTB/PMDB/PSL/PST/PSC/PL/PSDC/PRTB/PSD/PRP/PCdoB)
MT	1998	DANTE DE OLIVEIRA	PSDB(PMN/PSB/PV)
MS	1998	JOSÉ ORCÍRIO MIRANDA DOS SANTOS	PT(PDT/PPS/PAN/PSB/PCdoB)
MG	1998	ITAMAR FRANCO	PMDB(PSL/PST/PTN/PSC/PL/PPS/PAN/PRTB/PMN/PTdoB)
PA	1998	ALMIR GABRIEL	PSDB(PPB/PTB/PSC/PL/PPS/PMN/PSD/PV/PTdoB)
PB	1998	JOSÉ MARANHÃO	PMDB(PPB/PDT/PTB/PSL/PST/PSC/PL/PFL/PSDB)
PR	1998	JAIME LERNER	PFL(PPB/PTB/PSL/PST/PTN/PSC/PL/PPS/PRN/PSB/PSD/PRP/PTdoB)
PE	1998	JARBAS VASCONCELOS	PMDB(PPB/PST/PTN/PL/PFL/PSDC/PV)
PI	1998	MÃO SANTA	PMDB(PDT/PTB/PL/PPS/PSDC/PRONA/PCdoB)
RJ	1998	ANTHONY GAROTINHO	PDT(PT/PCB/PSB/PCdoB)
RN	1998	GARIBALDI ALVES FILHO	PMDB(PPB/PPS/PAN/PRTB/PMN/PRN/PSD/PTdoB)
RS	1998	OLÍVIO DUTRA	PT(PCB/PSB/PCdoB)
RO	1998	JOSÉ BIANCO	PFL
RR	1998	NEUDO CAMPOS	PPB(PDT/PSL/PST/PTN/PL/PAN/PGT/PSD)
SC	1998	ESPERIDIÃO AMIM	PPB(PTB/PSL/PST/PL/PFL/PAN/PSDC/PRTB/PGT/PRN/PSDB/PTdoB)
SP	1998	MÁRIO COVAS	PSDB(PTB/PSD)
SE	1998	ALBANO FRANCO	PSDB(PPB/PMDB/PSC/PL/PPS/PMN/PV)
TO	1998	SIQUEIRA CAMPOS	PFL(PPB/PDT/PTB/PST/PTN/PSC/PL/PSDC/PRTB/PGT/PSB/PV/PRP/PSDB/PTdoB)
AC	2002	JORGE VIANA	PT(PV-PT do B-PMN-PC do B-PL-PSDC)
AL	2002	RONALDO LESSA	PSB (PST-PAN-PHS-PSC-PTC-PSDC-PV-PRONA-PRP-PGT-PT do B-PSL)
AP	2002	ANTONIO WALDEZ GOES DA SILVA	PDT (PPB-PTB-PPS-PSD-PT do B-PAN-PSL-PRTB)
AM	2002	EDUARDO BRAGA	PPS (PFL-PTB-PDT-PSL-PTN-PSC-PSD-PSDC-PRP-PHS-PAN-PRONA)
BA	2002	PAULO SOUTO	PFL (PPB-PTB-PTN-PST )
CE	2002	LÚCIO ALCÂNTARA	PSDB (PPB-PSD-PV )
DF	2002	JOAQUIM RORIZ	PMDB (PFL-PRP-PSD-PSDB-PSL-PST)
ES	2002	PAULO HARTUNG	PSB (PSD-PSC-PRONA-PT do B-PV-PAN-PSL-PHS)
GO	2002	MARCONI PERILLO	PSDB (PPB-PSL-PST-PSC-PFL-PAN-PSDC-PRTB-PHS-PSD-PRP)
MA	2002	JOSE REINALDO CARNEIRO TAVARES	PFL (PST-PSDC-PSC-PMDB-PSD-PV)
MT	2002	BLAIRO MAGGI	PPS (PPB-PTN-PSC-PFL-PAN-PSDC-PRTB-PSD-PV-PRP-PT do B)
MS	2002	JOSÉ ORCÍRIO MIRANDA DOS SANTOS	PT (PSL-PTN-PSC-PL-PSDC-PSD-PC do B)
MG	2002	AÉCIO NEVES	PSDB (PPB-PSL-PTN-PFL-PAN-PRTB-PHS-PV)
PA	2002	SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE	PSDB (PRP-PPB-PT do B-PSD-PV-PST-PFL-PRTB-PRONA-PSDC)
PB	2002	CASSIO CUNHA LIMA	PSDB (PFL-PST-PSD-PV-PRTB)
PR	2002	ROBERTO REQUIÃO	PMDB
PE	2002	JARBAS VASCONCELOS	PMDB (PFL-PPB-PSDB)
PI	2002	WELLINGTON DIAS	PT (PTN-PC do B-PL-PT do B-PAN-PCB-PMN)
RJ	2002	ROSINHA GAROTINHO	PSB (PPB-PST-PTC-PSC-PRP-PSD-PGT)
RN	2002	WILMA MARIA DE FARIA (VILMA)	PSB (PGT-PST)
RS	2002	GERMANO RIGOTTO	PMDB (PHS-PSDB)
RO	2002	IVO CASSOL	PSDB

CONTINUA

**TABELA B.1**  
**Governadores eleitos de 1986 a 2002**

RR	2002	FRANCISCO FLAMARION PORTELA	PSL (PT-PST-PTN-PL-PFL-PAN-PSDC-PHS-PMN-PRP-PRONA-PC do B-PT do B)
SC	2002	LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA	PMDB (PSDB)
SP	2002	GERALDO ALCKMIN	PSDB (PFL-PSD)
SE	2002	JOÃO ALVES	PFL (PPB-PDT-PST-PPS-PHS-PSD-PT do B )
TO	2002	MARCELO MIRANDA	PFL (PPB-PSL-PST-PAN-PRTB-PRP-PRONA-PT do B-PSD-PSDB)

Fonte: TSE e Banco de Dados Eleitorais do Brasil (IUPERJ)

**TABELA B.2**  
**Candidatos à reeleição de 1990 a 2006**

<b>SIGLA</b>	<b>ANO</b>	<b>CANDIDATO À REELEIÇÃO</b>	<b>COLIGAÇÃO DO CANDIDATO</b>
AC	1990	OSMIR LIMA	PMDB
AL	1990	GERALDO BULHÕES	PSC(PFL-PMDB-PDT-PT do B--PMN-PTB-PSDB)
AP	1990	NÃO HAVIA GOVENADOR	NÃO HAVIA GOVENADOR
AM	1990	GILBERTO MESTRINHO	PMDB(PDC-PFL-PTR-PL-PCN)
BA	1990	ANTÔNIO C. MAGALHÃES	PFL(PDS-PTB-PDC-PL-PST)
CE	1990	PAULO LUSTOSA	PDS(PMDB-PFL-PTR-PSD-PT DO B)
DF	1990	NÃO HAVIA GOVENADOR	NÃO HAVIA GOVENADOR
ES	1990	JOÃO DE MEDEIROS CALMON	PMDB
GO	1990	ÍRIS RESENDE	PMDB(PL-PCB-PTR)
MA	1990	JOÃO CASTELO	PRN(PMDB-PDC-PSDB-PDS-PL)
MT	1990	AGRIPINO BONILHA FILHO	PMDB
MS	1990	GANDI JAMIL	PDT(PMDB-PTR-PSDB-PFL-PMN-PTR)
MG	1990	RONAN TITO	PMDB
PA	1990	JÁDER BARBALHO	PMDB(PST-PTR-PDC)
PB	1990	RONALDO DA CUNHA LIMA	PMDB(PST-PSDB)
PR	1990	ROBERTO REQUIÃO	PMDB(PMN-PT DO B)
PE	1990	JARBAS VASCONCELOS	PMDB(PDT-PCB-PC do B-PSDB-PSB-PMN-PS)
PI	1990	WALL FERAZ	PSDB(PMDB-PDC-PL-PTR-PRN)
RJ	1990	NELSON CARNEIRO	PMDB(PFL-PRN-PTB)
RN	1990	LAVOISIER MAIA	PDT(PMDB-PTB-PCB)
RS	1990	JOSE FOGAÇA	PMDB
RO	1990	VALDIR RAUPP	PRN
RR	1990	NÃO HAVIA GOVENADOR	NÃO HAVIA GOVENADOR
SC	1990	PAULO AFONSO E. VIEIRA	PMDB
SP	1990	LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO	PMDB(PFL-PL)
SE	1990	JOÃO ALVES FILHO	PMDB(PDS-PDC-PL-PFL-PCN-PMN-PRN-PRP-PSDB)
TO	1990	NÃO HAVIA GOVENADOR	NÃO HAVIA GOVENADOR
AC	1994	INDEFINIÇÃO	INDEFINIÇÃO
AL	1994	PEDRO VIEIRA DA SILVA	PP(PSC-PPR-PFL-PMN)
AP	1994	JONAS BORGES	PTB(PFL-PSD-PSDB)
AM	1994	AMAZONINO MENDES	PPR(PFL-PTB--PP-PDT)
BA	1994	PAULO SOUTO	PFL(PTB-PSC-PL)
CE	1994	TASSO JEREISSATI	PSDB(PDT-PTB)
DF	1994	VALMIR CAMPELO BEZERRA	PTB(PMDB-PFL-PP)
ES	1994	DEJAIR CAMATA	PSD(PRN)

CONTINUA



**TABELA B.2**  
**Candidatos à reeleição de 1990 a 2006**

GO	1994	MAGUITO VILELA	PMDB(PL-PRN-PRP)
MA	1994	ROSEANA SARNEY	PFL
MT	1994	OSVALDO ROBERTO SOBRINHO	PTB(PFL-PPR-PL-PRN-PP)
MS	1994	LEVY DIAS	PPR(PDT-PTB-PSC-PFL-PP)
MG	1994	EDUARDO AZEREDO	PSDB(PTB-PL)
PA	1994	JARBAS PASSARINHO	PPR(PMDB-PP)
PB	1994	ANTÔNIO MARIZ	PMDB(PSC-PPS-PP-PSD-PRP-PSDB)
PR	1994	ÁLVARO DIAS	PP
PE	1994	GUSTAVO KRAUSE	PFL(PP-PSDB)
PI	1994	ÁTILA LIRA	PFL(PPR-PTB-PL-PP)
RJ	1994	ANTHONY GAROTINHO	PDT
RN	1994	INDEFINIÇÃO	INDEFINIÇÃO
RS	1994	SERENO CHAISE	PDT(PMN-PP)
RO	1994	INDEFINIÇÃO	INDEFINIÇÃO
RR	1994	NEUDO CAMPOS	PTB(PSC-PRN)
SC	1994	JORGE BORNHAUSEN	PFL
SP	1994	BARROS MUNHOZ	PMDB(PL-PSD)
SE	1994	ALBANO FRANCO	PSDB(PMDB-PFL-PPR-PRP-PPS-PL-PTB-PT do B-PSC-PSD)
TO	1994	JOÃO LISBOA DA CRUZ	PMDB(PDT-PSB-PSD-PSDB-PCdoB)
AC	1998	ALÉRCIO DIAS	PFL(PPB)
AL	1998	MANOEL GOMES DE BARROS	PTB(PMDB/PFL/PGT/PSDB)
AP	1998	JOÃO CAPIBERIBE	PSB(PT/PPS/PAN/PSB/PV/PRP/PCdoB)
AM	1998	AMAZONINO MENDES	PFL(PTB/PMDB/PST/PSC/PL/PFL/PSDC/PRTB/PRP/PSDB/PTdoB)
BA	1998	CÉSAR BORGES	PFL(PPB/PTB/PMDB/PST/PSC/PL/PRN/PTdoB)
CE	1998	TASSO JEREISSATI	PSDB(PPB/PTB/PPS/PSD)
DF	1998	CRISTÓVAM BUARQUE	PT(PDT/PCB/PSN/PMN/PSB/PV/PCdoB)
ES	1998	RENATO CASAGRANDE	PSB
GO	1998	ÍRIS REZENDE	PMDB(PSL/PST/PTN/PSC/PL/PPS/PAN/PRTB/PRN/PSB/PSD/PRP/PTdoB)
MA	1998	ROSEANA SARNEY	PFL(PTB/PMDB/PSL/PST/PSC/PL/PSDC/PRTB/PSD/PRP/PCdoB)
MT	1998	DANTE DE OLIVEIRA	PSDB(PMN/PSB/PV)
MS	1998	RICARDO BACHA	PSDB(PPB/PMDB/PTN/PL/PRTB/PGT/PSD/PRP/PTdoB)
MG	1998	EDUARDO AZEREDO	PSDB(PPB/PTB/PFL/PSN/PSD)
PA	1998	ALMIR GABRIEL	PSDB(PPB/PTB/PSC/PL/PPS/PMN/PSD/PV/PTdoB)
PB	1998	JOSÉ MARANHÃO	PMDB(PPB/PDT/PTB/PSL/PST/PSC/PL/PFL/PSDB)
PR	1998	JAIME LERNER	PFL(PPB/PTB/PSL/PST/PTN/PSC/PL/PPS/PRN/PSB/PSD/PRP/PTdoB)
PE	1998	MIGUEL ARRAES	PSB(PDT/PT/PTB/PCB/PRTB/PGT/PMN/PSD/PCdoB)
PI	1998	MÃO SANTA	PMDB(PDT/PTB/PL/PPS/PSDC/PRONA/PCdoB)
RJ	1998	LUIZ PAULO CORRÊA	PSDB(PMDB/PL/PSD)
RN	1998	GARIBALDI ALVES FILHO	PMDB(PPB/PPS/PAN/PRTB/PMN/PRN/PSD/PTdoB)
RS	1998	ANTÔNIO BRITTO	PMDB(PPB/PTB/PSL/PSC/PL/PFL/PSD/PRP/PSDB/PTdoB)
RO	1998	VALDIR RAUPP	PMDB(PDT/PTB/PPS/PRN/PSDB)
RR	1998	NEUDO CAMPOS	PPB(PDT/PSL/PST/PTN/PL/PAN/PGT/PSD)
SC	1998	PAULO AFONSO	PMDB
SP	1998	MÁRIO COVAS	PSDB(PTB/PSD)
SE	1998	ALBANO FRANCO	PSDB(PPB/PMDB/PSC/PL/PPS/PMN/PV)
TO	1998	SIQUEIRA CAMPOS	PFL(PPB/PDT/PTB/PST/PTN/PSC/PL/PSDC/PRTB/PGT/PSB/PV/PRP/PSDB/PTdoB)
AC	2002	JORGE VIANA	PT(PV-PT do B-PMN-PC do B-PL-PSDC)

CONTINUA

**TABELA B.2**  
**Candidatos à reeleição de 1990 a 2006**

AL	2002	RONALDO LESSA	PSB (PST-PAN-PHS-PSC-PTC-PSDC-PV-PRONA-PRP-PGT-PT do B-PSL)
AP	2002	CLÁUDIO PINHO SANTANA	PSB (PRP)
AM	2002	EDUARDO BRAGA	PPS (PFL-PTB-PDT-PSL-PTN-PSC-PSD-PSDC-PRP-PHS-PAN-PRONA)
BA	2002	PAULO SOUTO	PFL (PPB-PTB-PTN-PST)
CE	2002	LÚCIO ALCÂNTARA	PSDB (PPB-PSD-PV)
DF	2002	JOAQUIM RORIZ	PMDB (PFL-PRP-PSD-PSDB-PSL-PST)
ES	2002	PAULO RUY	PSDB (PPB-PMDB)
GO	2002	MARCONI PERILLO	PSDB (PPB-PSL-PST-PSC-PFL-PAN-PSDC-PRTB-PHS-PSD-PRP)
MA	2002	JOSE REINALDO CARNEIRO TAVARES	PFL (PST-PSDC-PSC-PMDB-PSD-PV)
MT	2002	ANTERO PAES DE BARROS NETO	PSDB (PMDB)
MS	2002	JOSÉ ORCÍRIO MIRANDA DOS SANTOS	PT (PSL-PTN-PSC-PL-PSDC-PSD-PC do B)
MG	2002	NEWTON CARDOSO	PMDB
PA	2002	SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE	PSDB (PRP-PPB-PT do B-PSD-PV-PST-PFL-PRTB-PRONA-PSDC)
PB	2002	ROBERTO PAULINO	PMDB (PPB-PSDC-PHS)
PR	2002	BETO RICHÁ	PSDB (PFL-PSL-PAN)
PE	2002	JARBAS VASCONCELOS	PMDB (PFL-PPB-PSDB)
PI	2002	JONATHAS DE BARROS NUNES	PMDB (PST)
RJ	2002	ROSINHA GAROTINHO	PSB (PPB-PST-PTC-PSC-PRP-PSD-PGT)
RN	2002	FERNANDO FREIRE	PPB (PMDB-PSDB-PHS-PT do B-PTN-PSD)
RS	2002	TARSO GENRO	PT (PCB-PMN-PC do B)
RO	2002	JOSÉ DE ABREU BIANCO	PFL (PL)
RR	2002	FRANCISCO FLAMARION PORTELA	PSL (PT-PST-PTN-PL-PFL-PAN-PSDC-PHS-PMN-PRP-PRONA-PC do B-PT do B)
SC	2002	ESPERIDIÃO AMIN	PPB (PFL-PSL-PRTB-PST-PT do B)
SP	2002	GERALDO ALCKMIN	PSDB (PFL-PSD)
SE	2002	FRANCISCO ROLLEMBERG	PTN (PMDB-PV-PSDB)
TO	2002	MARCELO MIRANDA	PFL (PPB-PSL-PST-PAN-PRTB-PRP-PRONA-PT do B-PSD-PSDB)
AC	2006	BINHO MARQUES	PT (PP / PT / PL / PRTB / PMN / PSB / PC do B)
AL	2006	TEOTONIO BRANDÃO VILELA FILHO	PSDB(PMDB/PPS/PTdoB)
AP	2006	ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA	PDT(PP/PMDB/PV/PSC/PRONA)
AM	2006	ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO NETO	PSDB(PPS)
BA	2006	PAULO GANEM SOUTO	PFL(PP/PL/PAN/PHS/PTC)
CE	2006	LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA	PSDB(PTB/PTN/PSC/PPS/PFL/PAN/PTC/PSDB)
DF	2006	MARIA DE LOURDES ABADIA	PSDB(PMDB/PTB/PAN/PHS/PTC/PRP/PTdoB)
ES	2006	PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES	PMDB(PTB/PFL/PSDB)
GO	2006	ALCIDES RODRIGUES	PP(PTB/PTN/PL/PPS/PAN/PRTB/PHS/PMN/PV/PRP/PSDB/PTdoB)
MA	2006	ROSEANA SARNEY	PFL(PP/PTB/PMDB/PTN/PSC/PL/PFL/PRTB/PHS/PV/PRP)
MT	2006	BLAIRO BORGES MAGGI	PPS(PTB/PP/PMDB/PTN/PL/PFL/PAN/PRTB/PMN/PTC/PSB/PV)
MS	2006	DELCIDIO DO AMARAL GOMEZ	PT(PSB/PTB/PCdoB/PP/PTN/PHS/PRP)
MG	2006	AÉCIO NEVES DA CUNHA	PSDB(PP/PTB/PSC/PL/PPS/PFL/PAN/PHS/PSB/0)
PA	2006	ALMIR GABRIEL	PSDB(PP/PTB/PSC/PL/PFL;PAN/PRTB/PHS/PMN/PTC/PV/PRP/PRONA/PTdoB)
PB	2006	CASSIO CUNHA LIMA	PSDB(PPPTB/PTN/PLPFL/PTC/PTdoB)
PR	2006	ROBERTO REQUIÃO	PMDB(PSC)
PE	2006	MENDONÇA	PFL(PMDB/PTN/PPS/PHS/PSDB)
PI	2006	JOSÉ WELLINGTON BARROSO DIAS	PT(PSB/PTB/PCdoB/PL)
RJ	2006	SÉRGIO CABRAL	PMDB(PTB/PP;PSC/PL/PAN/PMN/PTC/PRONA)
RN	2006	VILMA MARIA DE FARIA	PSB(PTB/PT/PL/PPS/PHS/PMN/PCdoB/PTdoB)
RS	2006	GERMANO ANTONIO RIGOTTO	PMDB(PTB/PMN)

CONTINUA

**TABELA B.2**  
**Candidatos à reeleição de 1990 a 2006**

---

RO	2006	IVO CASSOL	PPS(PTN/PFL/PAN/PV/PRONA)
RR	2006	ROMERO JUCÁ	PMDB(PPS/PSB/PMN/PRB/PT/PCdoB/PSC/PTC/PV)
SC	2006	LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA	PMDB(PFL/PSDB/PPS/PRTB/PTdoB/PAN/PHS)
SP	2006	JOSÉ SERRA	PSDB(PFL/PTB/PPS)
SE	2006	JOÃO ALVES FILHO	PFL(PP/PTN/PSC/PPS/PAN/PHS/PV/PSDB/PTdoB)
TO	2006	MARCELO MIRANDA	PMDB(PPS/PFL)

Fonte: TSE e Banco de Dados Eleitorais do Brasil (IUPERJ)

## APÊNDICE C

Abaixo são apresentadas as variações dos testes estatísticos de cada um dos cinco modelos utilizados na dissertação. Em todas as tabelas, 1, 2 e 3 são as especificações que incluem o efeito fixo. As especificações 4, 5 e 6 são aquelas nas quais não há o ano de 1994, retirado para verificar se a construção da variável desemprego a partir das PNADs de 1993 e 1995 provocou alguma distorção nos resultados. Nas especificações 7, 8 e 9, a definição de candidato à reeleição adotada inclui todos os governadores que tentaram se eleger pela segunda vez consecutiva e todos os candidatos do partido que elegeu o governador nas eleições anteriores. Por fim, as especificações 10, 11 e 12 correspondem àquelas nas quais apenas o governador buscando o segundo mandato é considerado candidato à reeleição.

**TABELA C.1****Modelo 1: efeitos da economia estadual sobre a reeleição**

	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>
<b>GOVERN</b>	2,967 *** (0,748)	3,121 *** (0,776)	3,132 *** (0,777)	1,345 *** (0,459)	1,393 *** (0,466)	1,380 *** (0,468)	1,311 *** (0,470)	1,361 *** (0,493)	1,518 *** (0,533)			
<b>CASACA</b>	-0,204 (1,045)	-0,147 (1,051)	-0,138 (1,051)	0,313 (0,709)	0,278 (0,709)	0,337 (0,715)	0,027 (0,664)	0,001 (0,664)	0,139 (0,683)			
<b>DEFICIT</b>	0,034 * (0,020)	0,036 * (0,020)	0,036 * (0,020)	0,024 ** (0,014)	0,029 ** (0,014)	0,026 * (0,014)	0,024 * (0,014)	0,026 * (0,014)	0,025 * (0,012)	0,075 * (0,041)	0,082 * (0,043)	0,081 * (0,043)
<b>RENDA_REL</b>	0,001 (0,020)		0,007 (0,022)	0,018 (0,016)		0,020 (0,017)	0,016 (0,018)		-0,004 (0,037)	0,015 (0,034)		0,012 (0,036)
<b>DESEMP_REL</b>		-0,092 (0,101)	-0,103 (0,106)		-0,002 (0,065)	-0,029 (0,069)		-0,016 (0,076)	0,212 (0,154)		0,108 (0,160)	0,098 (0,162)
<b>CONSTANTE</b>	-0,945 (1,261)	-0,460 (1,365)	-0,420 (1,378)	-0,765 (0,324)	-0,713 (0,551)	-0,568 (0,562)	-0,642 (0,345)	-0,472 (0,577)	-1,313 (1,376)	0,177 (0,574)	-0,720 (1,542)	-0,694 (1,540)
<b>Efeito Fixo</b>	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não	não
<b>N</b>	123	123	123	104	104	104	91	91	91	41	41	41

Variável Dependente (REELEITO): 1 se houve reeleição; 0 se não houve reeleição

Os valores entre parênteses abaixo dos coeficientes são os erros padrão

\*\*\* significante a 0,01; \*\* significante a 0,05; \* significante a 0,1

**TABELA C.2**

**Modelo 2: efeitos da economia estadual e nacional sobre a reeleição**

	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>
<b>GOVERN</b>	2,989 *** (0,750)	3,087 *** (0,802)	3,255 *** (0,866)	1,457 *** (0,474)	1,444 *** (0,495)	1,518 *** (0,524)	1,440 *** (0,487)	1,385 ** (0,538)	1,355 ** (0,596)			
<b>CASACA</b>	-0,175 (1,050)	-0,163 (1,053)	-0,143 (1,062)	0,415 (0,729)	0,307 (0,718)	0,445 (0,738)	0,146 (0,686)	0,013 (0,672)	0,115 (0,696)			
<b>DEFICIT</b>	0,035 * (0,020)	0,035 * (0,021)	0,034 (0,021)	0,029 ** (0,014)	0,030 ** (0,014)	0,029 ** (0,014)	0,028 * (0,015)	0,026 * (0,015)	0,028 * (0,015)	0,079 * (0,044)	0,099 * (0,053)	0,107 * (0,061)
<b>RENDA_REL</b>	0,007 (0,025)		0,002 (0,026)	0,032 (0,022)		0,032 (0,022)	0,040 (0,027)		0,041 (0,028)	0,023 (0,042)		0,018 (0,045)
<b>RENDA_NAC</b>	-0,008 (0,032)		0,033 (0,058)	-0,006 (0,028)		0,006 (0,063)	-0,021 (0,034)		-0,033 (0,057)	-0,015 (0,095)		-0,037 (0,110)
<b>DESEMP_REL</b>		0,115 (0,172)	-0,128 (0,181)		0,017 (0,089)	0,027 (0,093)		-0,010 (0,092)	-0,021 (0,094)		0,084 (0,167)	0,065 (0,173)
<b>DESEMP_NAC</b>		-0,082 (0,119)	-0,179 (0,210)		-0,024 (0,099)	-0,047 (0,221)		-0,028 (0,124)	0,051 (0,212)		1,045 (1,501)	1,166 (1,666)
<b>CONSTANTE</b>	-1,012 (1,271)	-0,557 (1,487)	0,173 (1,999)	-0,841 (0,331)	-0,549 (0,764)	-0,486 (1,662)	-0,709 ** (0,350)	-0,390 (0,913)	-1,065 (1,472)	0,251 (0,616)	-9,636 (14,294)	-10,730 (15,748)
<b>Efeito Fixo</b>	sim	sim	sim	não	não	não	não	não	não	não	não	não
<b>N</b>	123	123	123	104	104	104	91	91	91	41	41	41

Variável Dependente (REELEITO): 1 se houve reeleição; 0 se não houve reeleição

Os valores entre parênteses abaixo dos coeficientes são os erros padrão

\*\*\* significante a 0,01; \*\* significante a 0,05; \* significante a 0,1

**TABELA C.3**

**Modelo 3: efeitos da economia nacional sobre a reeleição, considerando associação dos candidatos com o presidente da república**

	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>
<b>GOVERN</b>	3,081 *** (0,768)	3,231 *** (0,829)	3,548 *** (0,912)	1,493 *** (0,481)	1,468 *** (0,498)	1,560 *** (0,531)	1,487 *** (0,513)	1,447 *** (0,555)				
<b>CASACA</b>	-0,577 (1,279)	-0,937 (1,262)	-0,267 (1,585)	0,088 (0,870)	-0,017 (0,843)	0,328 (1,028)	-0,375 (1,079)	-0,709 (909,000)				
<b>DEFICIT</b>	0,039 * (0,021)	0,039 (0,022)	0,037 * (0,022)	0,030 ** (0,014)	0,031 ** (0,014)	0,029 ** (0,014)	0,028 * (0,015)	0,027 * (0,015)	0,028 * (0,015)	0,100 ** (0,048)	0,117 ** (0,054)	0,117 ** (0,059)
<b>RENDA_REL</b>	0,007 (0,025)		0,003 (0,027)	0,033 (0,022)		0,034 (0,023)	0,040 (0,027)		0,041 (0,027)	0,016 (0,039)		0,006 (0,044)
<b>RENDA_NAC</b>	-0,020 (0,036)		0,028 (0,063)	-0,010 (0,031)		-0,010 (0,072)	-0,032 (0,036)		-(0,031) (0,063)	-0,011 (0,104)		-0,024 (0,118)
<b>RENDA_NAC * PART_PRES</b>	0,079 (0,132)		0,183 (0,221)	0,013 (0,081)		0,066 (0,016)	0,065 (0,177)		0,061 (0,183)	4,880		1,962
<b>DESEMP_REL</b>		-0,131 (0,177)	-0,134 (0,189)		0,014 (0,090)	0,029 (0,094)		-0,027 (0,095)	-0,039 (0,096)		0,092 (0,166)	0,082 (0,181)
<b>DESEMP_NAC</b>		-0,118 (0,130)	-0,219 (0,229)		-0,032 (0,104)	-0,008 (0,244)		-0,072 (0,130)	-0,008 (0,228)		0,079 (1,502)	0,824 (1,650)
<b>DESEMP_NAC * PART_PRES</b>		-0,980 (0,610)	-0,689 (0,922)		0,010 (0,291)	-0,233 (0,581)		0,025 (-2,289)	0,111 (2,346)		-1,702 (10,175)	-14,436 ***
<b>PART_PRES</b>	0,559 (1,087)	2,073 (5,547)	6,479 (7,481)	0,484 (0,742)	0,419 (2,543)	2,240 (4,441)	0,787 (1,449)	1,026 (21,637)	-0,192 (22,177)	-1,834 (1,348)	18,119 (96,655)	137,344 (0,035)
<b>CONSTANTE</b>	-1,198 (1,286)	-0,450 (1,513)	0,050 (2,146)	-0,917 *** (0,347)	-0,568 (0,806)	-0,860 (1,837)	-0,805 ** (0,362)	-0,181 (0,928)	-0,780 (1,571)	-0,347 (0,782)	-7,825 (14,257)	-8,042 (15,489)
<b>Efeito Fixo</b>	sim	sim	sim	não	não	não	não	não	não	não	não	não
<b>N</b>	123	123	123	104	104	104	91	91	91	41	41	41

Variável Dependente (REELEITO): 1 se houve reeleição; 0 se não houve reeleição

Os valores entre parênteses abaixo dos coeficientes são os erros padrão

\*\*\* significante a 0,01; \*\* significante a 0,05; \* significante a 0,1

**TABELA C.4**

**Modelo 4: efeito da economia estadual sobre a reeleição, considerando diferenças de estrutura econômica entre os estados**

	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>
<b>GOVERN</b>	3,378 *** (0,843)	3,301 *** (0,852)	3,467 *** (0,950)	1,528 *** (0,490)	1,403 *** (0,501)	1,552 *** (0,547)	1,509 *** (0,504)	1,473 *** (0,551)	1,390 *** (0,613)			
<b>CASACA</b>	-0,405 (-1,087)	-0,507 (1,103)	-0,557 (1,124)	0,393 (0,737)	0,292 (0,726)	0,407 (0,745)	0,111 (0,699)	-0,041 (0,690)	0,026 (0,713)			
<b>DEFICIT</b>	0,039 * (0,021)	0,031 (0,022)	0,030 (0,022)	0,029 ** (0,014)	0,030 ** (0,014)	0,030 ** (0,014)	0,028 * (0,015)	0,025 * (0,014)	0,028 * (0,015)	0,084 * (0,046)	0,112 * (0,059)	0,136 * (0,076)
<b>RENDA_REL</b>	-0,030 (0,047)		-0,029 (0,049)	0,009 (0,039)		0,003 (0,041)	0,041 (0,050)		0,045 (0,051)	0,031 (0,054)		0,036 (0,063)
<b>RENDA_REL * AGROPEC</b>	0,003 (0,004)		0,001 (0,004)	0,002 (0,003)		0,002 (0,003)	0,000 (0,004)		0,000 (0,004)	0,001 (0,006)		0,002 (0,007)
<b>RENDA_NAC</b>	-0,001 (0,034)		0,015 (0,062)	-0,005 (0,029)		-0,003 (0,064)	-0,022 (0,034)		-0,040 (0,058)	-0,025 (0,096)		-0,051 (0,112)
<b>DESEMP_REL</b>		0,187 (0,249)	0,181 (0,261)		0,174 (0,164)	0,128 (0,171)		0,008 (0,159)	-0,073 (0,172)		0,057 (0,281)	-0,033 (0,313)
<b>DESEMP_REL * AGROPEC</b>		-0,043 (0,028)	-0,045 (0,031)		-0,022 (0,022)	-0,011 (0,023)		0,006 (0,021)	0,016 (0,022)		0,022 (0,042)	0,036 (0,047)
<b>DESEMP_NAC</b>		-0,050 (0,135)	-0,105 (0,242)		-0,025 (0,105)	-0,018 (0,225)		-0,003 (0,130)	0,113 (0,220)		1,139 (1,702)	1,467 (1,932)
<b>AGROPEC</b>	0,078 (0,069)	0,056 (0,075)	0,051 (0,078)	0,010 (0,038)	0,016 (0,041)	0,011 (0,041)	0,044 (0,042)	0,059 (0,049)	0,067 (0,052)	0,056 (0,076)	0,101 (0,109)	0,142 (0,120)
<b>CONSTANTE</b>	-1,606 (1,486)	-1,459 (1,925)	-0,924 (2,578)	-0,973 (0,487)	-0,825 (0,097)	-0,893 (1,778)	-1,190 (0,579)	-1,124 (1,103)	-2,072 (1,701)	-0,273 (0,940)	-11,265 (16,140)	-14,629 (18,353)
<b>Efeito Fixo</b>	sim	sim	sim	não	não	não	não	não	não	não	não	não
<b>N</b>	123	123	123	104	104	104	91	91	91	41	41	41

Variável Dependente (REELEITO): 1 se houve reeleição; 0 se não houve reeleição

Os valores entre parênteses abaixo dos coeficientes são os erros padrão

\*\*\* significante a 0,01; \*\* significante a 0,05; \* significante a 0,1



**TABELA C.5**

**Modelo 5: efeito da economia estadual sobre a reeleição, considerando diferenças de autonomia dos estados em relação ao governo federal**

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<b>GOVERN</b>	3,204 *** (0,841)	3,077 *** (0,889)	3,267 *** (0,942)	1,429 *** (0,481)	2,148 *** (0,635)	2,499 *** (0,718)	1,376 *** (0,515)	1,624 *** (0,613)	1,837 *** (0,720)			
<b>CASACA</b>	-0,344 (1,072)	-0,127 (1,086)	-0,043 (1,109)	0,486 (0,746)	-0,640 (0,817)	0,213 (0,865)	0,233 (0,723)	-0,144 (0,743)	-0,017 (0,798)			
<b>DEFICIT</b>	0,035 * (0,021)	0,031 (0,021)	0,031 (0,021)	0,030 ** (0,014)	0,026 ** (0,014)	0,030 ** (0,015)	0,031 * (0,016)	0,023 (0,015)	0,035 ** (0,017)	0,078 (0,049)	0,094 (0,061)	0,088 (0,072)
<b>RENDA_REL</b>	0,026 (0,057)		-0,039 (0,085)	-0,010 (0,047)		-0,086 (0,062)	-0,095 (0,060)		-0,131 * (0,074)	-0,217 (0,170)		-0,196 (0,243)
<b>RENDA_REL * TRIBUT</b>	-0,001 (0,001)		0,001 (0,002)	0,001 (0,001)		0,003 * (0,002)	0,003 * (0,002)		0,004 ** (0,002)	0,005 (0,004)		0,005 (0,005)
<b>RENDA_NAC</b>	-0,006 (0,033)		0,045 (0,060)	-0,004 (0,029)		0,063 (0,076)	-0,025 (0,036)		-0,001 (0,062)	0,011 (0,103)		0,034 (0,143)
<b>DESEMP_REL</b>		1,241 * (0,693)	-1,442 * (0,741)		-1,439 *** (0,497)	-1,777 *** (0,586)		-0,724 ** (0,366)	-0,963 ** (0,445)		-1,843 * (0,955)	-2,078 * (1,217)
<b>DESEMP_REL * TRIBUT</b>		0,026 * (0,014)	0,030 * (0,016)		0,032 *** (0,010)	0,039 *** (0,012)		-0,017 ** (0,007)	0,023 ** (0,009)		0,034 ** (0,017)	-0,039 * (0,021)
<b>DESEMP_NAC</b>		-0,109 (0,128)	-0,247 (0,228)		-0,067 (0,106)	-0,244 (0,265)		-0,097 (0,138)	-0,079 (0,233)		1,121 (1,780)	0,489 (2,019)
<b>TRIBUT</b>	0,030 (0,042)	-0,005 (0,046)	-0,016 (0,048)	-0,009 (0,014)	0,005 (0,015)	0,005 (0,016)	-0,026 * (0,015)	-0,020 (0,014)	-0,022 (0,016)	-0,047 (0,034)	-0,030 (0,035)	-0,029 (0,040)
<b>CONSTANTE</b>	-1,484 (1,435)	-1,318 (1,818)	-0,204 (2,344)	-0,373 (0,824)	-0,668 (1,226)	0,431 (2,343)	0,779 (0,943)	1,271 (1,445)	1,029 (-1,962)	2,863 (2,012)	-8,475 (17,181)	-2,594 (19,593)
<b>Efeito Fixo</b>	sim	sim	sim	não	não	não	não	não	não	não	não	não
<b>N</b>	123	123	123	104	104	104	91	91	91	41	41	41

Variável Dependente (REELEITO): 1 se houve reeleição; 0 se não houve reeleição

Os valores entre parênteses abaixo dos coeficientes são os erros padrão

\*\*\* significante a 0,01; \*\* significante a 0,05; \* significante a 0,1

## APÊNDICE D

Na tabela abaixo são apresentados os valores médios em anos eleitorais para as variáveis TRIBUT (participação das receitas tributárias nas receitas estaduais) e EMPPUB (participação de trabalhadores do setor público no total de trabalhadores) que deram origem ao Gráfico 4.4.

**TABELA D.1**  
**TRIBUT e EMPPUB**  
**(Média dos anos eleitorais)**

<b>Estado</b>	<b>TRIBUT</b>	<b>EMPPUB</b>
AC	15,99%	54,12%
AL	41,83%	39,83%
AP	14,72%	47,42%
AM	60,24%	32,69%
BA	55,74%	30,42%
CE	51,62%	30,48%
DF	42,20%	38,90%
ES	71,07%	25,19%
GO	70,92%	26,03%
MA	34,57%	37,89%
MT	62,72%	28,11%
MS	66,03%	27,22%
MG	70,24%	22,54%
PA	45,64%	30,24%
PB	39,26%	43,64%
PR	61,39%	20,51%
PE	57,00%	29,91%
PI	34,57%	43,01%
RJ	68,94%	21,65%
RN	43,70%	38,22%
RS	68,66%	20,77%
RO	48,00%	33,40%
RR	16,84%	56,17%
SC	68,37%	18,53%
SP	79,63%	16,49%
SE	36,42%	35,58%
TO	26,56%	44,36%

Fonte: IBGE (PNAD); STN/MF

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)